

Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Sociais  
Departamento de Antropologia  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

# Entre a Guerra e o Poder: Tráfico e Política na cidade de Ceilândia

Leonardo Leocádio da Silva

Dissertação de Mestrado

Orientador: Luis Roberto Cardoso de Oliveira

Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Sociais  
Departamento de Antropologia  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**ENTRE A GUERRA E O PODER: TRÁFICO E POLÍTICA NA  
CIDADE DE CEILÂNDIA**

**AUTOR: LEONARDO LEOCÁDIO DA SILVA**

**Orientador: Prof. Doutor Luis Roberto Cardoso de Oliveira (DAN/UnB)**

**Banca: Carla Costa Teixeira (DAN/UNB)**

**Caetano Ernesto Pereira de Araújo (SOL/UNB)**

## Agradecimentos

Tenho uma lista imensa de pessoas a agradecer, muitos contribuírem de uma maneira ou de outra no percurso que marcou a escrita dessa dissertação. Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu pai e a minha mãe que sempre apoiaram meus estudos independente das condições ou problemas enfrentados, é a eles a quem dedico essa dissertação. Agradeço também aos meus irmãos Joanes e Tatiane pelas ajudas em momentos difíceis e por me aturar em qualquer situação que me encontrava. Agradeço aos nossos amigos e a Dona Aparecida pelos conselhos e carinho. À tia Socorro ao tio João e a Manu por me motivarem sempre. Agradeço em especial o meu orientador professor Luis Roberto, que apesar das múltiplas tarefas que possuía encontrou tempo para me ensinar e conversar, sendo uma pessoa que possui o meu mais sincero reconhecimento e estima. Agradeço também a professora Ellen Woortmann e ao professor Klaas Woortmann, que contribuíram de forma indireta para a escrita dessa dissertação, mais de forma direta para a minha formação me introduzindo nos estudos de campesinato. Agradeço a professora Mariza Peirano que apesar dos problemas que enfrentei ao realizar suas disciplinas, teve paciência, dando valiosos conselhos e ajudando a desenvolver meu estilo de escrita. Agradeço ao professor Gabriel Omar pela ajuda e pela amizade. Ao professor Brasilmar Ferreira por ter me introduzindo durante a graduação nas pesquisas referentes à cidade de Ceilândia. À professora Antonadia Borges cujas aulas e pesquisas foram de suma importância para esse trabalho. Ao professor Gustavo Lins Ribeiro e Paul Little pelas discussões e conversas, dentro e fora de aula. A Rosa, Paulo e Adriana que sempre me ajudaram de todas as formas possíveis no departamento.

A minha amiga Ivanise e aos meus colegas de Corumbá, em especial aqueles que se tornaram verdadeiros amigos durante o nosso penoso percurso Goiás, Rodrigo, Vitor, Papa, Marcel, Débora, Thais e Danilão. Agradeço aos meus amigos do INCRA que me apoiaram nos momentos finais, Marta, Roberto, Alba, Leslye, Rui, Vanilton, Bruno, Julia, Guilherme, Fátima e Ivete. E por fim, agradeço a Dona Hermelinda e a todas as pessoas que participaram grandes amigos que fazem parte do meu dia-a-dia.

## **Resumo**

Bandido, tráfico de drogas e política, palavras que possuem inúmeros significados para diferentes sujeitos, mas que sempre estiveram presentes na experiência de vida e etnográfica que tive na cidade de Ceilândia. Entre o estranhamento e a proximidade, esta dissertação reflete o anseio de entender como se constroem a relação dos moradores com duas importantes esferas da vida na região pesquisada; o tráfico e a política. Os jornais e a opinião pública falam da violência na Ceilândia como a maior representante da criminalidade no DF. No entanto, poucos ouviram realmente os moradores, gerando e promovendo um mito que sustenta uma moralidade específica no qual identidades locais são invisibilizadas. Esta pesquisa busca, sobretudo, a compreensão das significações que surgem da interação dos moradores com mundo social, tendo como foco como a discussão da moral e o funcionamento do sistema de classificação interacional local que fabrica identidades constantemente. Dessa forma, ao longo dessa dissertação, demonstrarei elementos de reconhecimento identitário que funcionam como verdadeiros aglutinadores que possibilitam o indivíduo se ligar à sociedade, evidenciado como as relações entre o tráfico e a política fazem parte de um sistema social que “enquadra” todos, de forma a assegurar a integridade da comunidade e a coerência das representações que tem sobre si mesmo e sobre o mundo.

## **Abstract**

Bandit, traffic of drugs, politic, words with many means for different subjects, but always been present in life and ethnographic experience that I had in Ceilândia city. Between the stranger and the proximity, this dissertation reflects the longing of understanding the way that build the relation of residents with two important sphere of life on the research region; the traffic and the politic. The newspapers and the public opinion speech of Ceilândia violence like the greater representative of criminality in DF. Although few people have really listened the residents, making and promoting a mite that supports a specific morality which local identities are invisibles. This research searches, above all, to understand the significations that emerge of the interaction of the residents with the social world, like main idea the discussion about moral and the work of the local interacional classification system that fabric identities constantly. According to this, along this dissertation, I will demonstrate the elements of identity reorganization that work with true agglutinaters which provides the individual connect on society, indicating how the relations between the traffic and the politic are part of a social system that “frame” all people, so that to assert integrity of the community and the coherent of the representations that they have about they self and the world.

# Índice

<b>Introdução.....</b>	<b>7</b>
<b>Tráfico, uma instituição local .....</b>	<b>20</b>
Honra e reputação, aspecto de uma identidade .....	22
A polícia, o terceiro da relação .....	33
A riqueza do tráfico.....	35
Fases da guerra.....	40
A família do tráfico .....	46
Aspectos morais, o dilema do tráfico.....	50
<b>A política das identidades.....</b>	<b>67</b>
A CJC e os tramados políticos .....	73
Da galinhada ao milhão.....	87
Escondendo o jogo .....	95
Cadê a grana? .....	101
O re-encontro .....	113
Considerações finais.....	116
<b>Conclusão – Da política ao tráfico via identidade e cidadania.....</b>	<b>121</b>
<b>Glossário.....</b>	<b>128</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>129</b>

## Introdução

Esta dissertação busca, sobretudo, compreender uma experiência de vida que, posteriormente, se transformou em uma experiência etnográfica. Não se trata de uma etnografia sobre um grupo distante, mas de um singelo estudo sobre a vida social de uma comunidade na qual possuo fortes ligações. A cidade de Ceilândia, local alvo dessa etnografia, não é uma cidade desconhecida; sempre tive amigos e parentes na região, sempre fui às suas feiras, sempre participei, de várias formas, da vida da cidade. No entanto, em 2004 conheci Dona Hermelinda e por consequência a Casa de Justiça e Cidadania, situada na QNN 07. Dona Hermelinda era, nessa época, um dos membros dessa instituição que realizava mais atividades, uma liderança que rapidamente me proporcionou acesso aos moradores e à sua vida. Durante quatros anos desenvolvi trabalhos de auxílio à Casa, dei aulas, ajudei em termos organizacionais, participei de atividades políticas, vivi um pouco do cotidiano da região.

De tanto ouvir histórias e conviver com os moradores, percebi que havia vários pontos da vida social daquele lugar que mereciam maior esclarecimento, tanto para mim, como cidadão, quanto pesquisador. Dessa forma, resolvi sistematizar, a partir do olhar etnográfico, os vários eventos e discursos que presenciava diariamente. Esta transformação de ator social para pesquisador não alterou laços e identidades sociais, mas apenas a minha atitude reflexiva diante dos fatos do dia-dia. Não era Léo, o pesquisador, mas sim, Léo o trabalhador da Casa. Vantagens e desvantagens ocorreram dessa transformação, sendo que a minha escrita reflete intensamente isso.

Acredito que devido a esse tipo de inserção o acesso a informações sobre a vida das pessoas foi amplo. Não era um estranho que vinha de um lugar distante; era uma pessoa conhecida que, apesar de diferente, já fazia parte da paisagem local. Isso promovia uma cumplicidade, uma confiança que permitia as pessoas me convidarem para tomar um café em suas casas e conversarem sobre muitos assuntos delicados.

Acreditavam que os dados que obtive seriam usados de forma moderada, sem comprometê-los. Sem dúvida, este foi um dos principais fantasmas que enfrentei durante a escrita do texto. Não sabia que caminho os dados etnográficos poderiam me levar. Como tratar de violência, drogas, assassinatos, paixões, amores, mentiras públicas, suborno, política, pobreza, sexo, sem comprometer aqueles que falavam sobre isso?

Dessa forma, acredito que boa parte do que vi e ouvi não estão presentes nessa dissertação<sup>1</sup>. Escrever é selecionar; algumas vezes selecionar para se tornar claro, algumas vezes selecionar para explicar uma tese, mas outras vezes selecionar para proteger aqueles que falam e de que se fala. Assim, apesar de muitos dados etnográficos aqui apresentados tratarem sobre aspectos polêmicos da vida pessoal e pública dos moradores (descritos nesta dissertação com nomes fictícios), a comunidade avaliou de forma positiva o trabalho, principalmente pela visibilidade que traria a região, autorizando totalmente a exposição dos dados obtidos nessa dissertação. Dessa maneira, esta dissertação também é um instrumento político, no qual as pessoas daquela comunidade, naquela região, falam sobre a sua vida e, principalmente, sobre as suas batalhas, para o mundo.

Em contraposição, a minha inserção como ator social não apenas rendeu frutos em termos de dados, ela também restringiu campos de análise. Frequentemente me vi entre ‘fogo cruzado’, pois tinha que me engajar, preparar um discurso e estabelecer alianças. Em momentos de conflito, falar com alguém errado poderia significar uma traição, resultando em uma espécie de ostracismo social, ou até em perigo físico. As ações de pesquisas foram cuidadosamente pensadas, tinha que saber com quem falar, como falar e aonde falar. Nesse sentido, o trabalho que desenvolvia na comunidade, bem como as amizades já consolidadas, foi essencial para que escolhesse os caminhos da pesquisa e pudesse ser aceito pelo grupo.

---

<sup>1</sup> Os dados que não apresento nessa dissertação dizem respeito a crimes, tipos de violência e mesmo conversas que por seu caráter ilícito, ou pela delicada situação política que caracteriza a região etnografada, não poderiam ser relatadas, pois poderiam trazer transtornos para os informantes.



De toda maneira, essa dissertação representa apenas um quadro da intensa vida social daquela comunidade. Ainda hoje, frequento o local e observo como a dinâmica social e o quadro analítico que desenhei durante essa dissertação continuam a se modificar, apesar de um substrato relativamente estável. Mudanças sutis ocorrem, novos atores, novas perspectivas, novas esperanças. Apesar disso, a relação da comunidade com o tráfico e a política continua de forma intensa. Pouco se modificou e o desânimo da população quanto à sua limitada condição material, assim como em relação às alternativas que utilizam para superar as suas principais necessidades e enfrentar o mundo, se tornam aspectos fundamentais para o desenvolvimento de uma vida social.

## I

A cidade de Ceilândia está localizada em um antigo vazio ocupacional que no momento da sua fundação, tinha como objetivo afastar a população pobre do Plano-Piloto em construção. É uma cidade formada como um Centro de Erradicação das antigas invasões do IAPI, as vilas Tenório, Esperança, Bernado Saião e Morro do Querosone no final da década de 60. Sua fundação remonta ao início da década de 70, o que a transforma em uma das cidades mais antigas do DF. Em termos espaciais, Ceilândia faz limite com as cidades de Taguatinga e Samambaia, formando um grande conglomerado urbano separado apenas administrativamente e no imaginário social.

Em termos populacionais as três cidades juntas somam cerca de 35% <sup>2</sup> da população do Distrito Federal, apesar de ainda estar em plena expansão por meio de invasões localizadas em seus limites. Tal porcentagem populacional acaba por tornar essas cidades alvos de políticos que buscam garantir sua chegada ou reprodução no poder, atuando, prioritariamente, na tentativa de criar e sustentar verdadeiros currais eleitorais por meio de práticas paternalistas (Palmeira e Goldman, 1996).

---

<sup>2</sup> Dados PDAD 2004.

Na esfera estatal, o que se percebe é que a implementação de políticas sérias que buscam uma melhoria efetiva da população da cidade ainda é uma realidade distante, sendo que poucos equipamentos urbanos localizados na cidade encontram uma real eficácia para a população, tornando-a extremamente dependente de Taguatinga e do Plano-Piloto. A crise de aparelhos públicos se reflete em uma crise institucional, na qual a polícia como, instituição mais visível localmente, é a principal representante.

Cabe ressaltar que Ceilândia, junto com Taguatinga, são as cidades que apresentam maiores indicadores de criminalidade em todo o DF. Contudo, a criminalidade já faz parte da construção identitária da cidade, algo tão freqüente que a torna banalizada a ponto de a “bandidagem” manifesta pelo roubo, a sonegação e a informalidade constituir projetos individuais (Shultz 1979) que visam oferecer alternativas financeiras frente à irrisória oferta de postos de trabalho na cidade. Alguns desses projetos são institucionalizados através do tráfico e, apesar de serem percebidos como algo notoriamente negativo para a comunidade, são habituais e fornecem alternativas de segurança e de “trabalho” aos moradores da cidade.

## II

Ceilândia, berço da malandragem e da bandidagem do Distrito Federal. Essa frase parece até uma citação de algum rapper famoso da região, entretanto, essa é a imagem estigmatizada e carregada por seus moradores. Para quem não conhece Ceilândia, o fato de morar na cidade implica automaticamente em uma desvalorização identitária do interlocutor, promovendo estigmas e segregação. Não compartilhava desses pressupostos, não sentia medo da cidade, desde pequeno a conhecia e estava habituado com os seus moradores e com as suas paisagens. A comunidade entografada percebeu isso, não me tornando um elemento exógeno, desde o princípio, eu era praticamente “um vizinho”.

Para quem não a conhece, ir a Ceilândia é chegar pela sua porta principal, ou seja, pegar a Avenida Hélio Prates, que corta Taguatinga, e seguir sempre reto. Logo

após o Setor M-Norte, passando o cemitério de Taguatinga, pode se ver 8º Batalhão de Incêndio do Corpo de Bombeiros e a placa, “Bem vindo à cidade de Ceilândia”. Essa é a principal entrada da cidade. Seguindo pela mesma pista, no sentido de quem vai de Taguatinga para o centro de Ceilândia, tudo o que está à direita é tido como Ceilândia Norte, e da mesma forma, tudo o que está à esquerda é Ceilândia Sul.

Seguindo pela Hélio Prates, há algumas dezenas de metros do Corpo de Bombeiros, já se pode observar a intensa vida social da cidade. Antigamente, naquele local, uma multidão de barracas se amontoava, onde eram vendidos desde roupas até artigos de informática. Aquele formigueiro de pessoas quase intransitável hoje é um local de circulação para os que se dirigem aos centros comerciais da cidade<sup>3</sup>. ‘Ceilândia é uma cidade de gente’ como vários moradores costumavam dizer, algo que se diferenciava do Plano Piloto, uma cidade onde não se vê o fluxo de pessoas. Passando o cruzamento, logo acima da feira central já se pode observar as quadras pares da QNM, começando a partir da 02 e terminando na 10, sempre tendo como referência o centro. Na próxima interseção da pista, já na altura do Beer House (um bar famoso da cidade) e a loja Beth e Lily, à direita encontram-se as quadras ímpares da QNN.

Quando vinha por Taguatinga, percorria esse caminho freqüentemente. Ele não era de forma alguma estranho pra mim, já o percorrera várias vezes antes da pesquisa. No entanto, quando estava realizando a etnografia, sempre buscava estranhá-lo. Em vários momentos, quando entrava já nas quadras ímpares da QNN, observava o transitar das pessoas, buscando ‘enquadrá-las’ a partir do olhar que as narrações etnográficas me mostravam. Mães solteiras, mulheres de bandido, patricinhas, playboys, traficantes, trabalhadores, evangélicos, enfim, toda a sorte de categorias gerais e locais que acompanhavam o dia-a-dia das falas dos moradores se tornavam cada vez mais o foco para o qual direcionava meu olhar.

---

<sup>3</sup> O Governo do Distrito Federal ainda promoveu recentemente a revitalização do centro da cidade, retirando as diversas barracas e mudando-as para uma feira popular localizada próxima à administração regional.

Na estrada, tinha a mesma postura classificatória: ‘carro de polícia’, ‘carro de bandido’, ‘carro de playboy’, ‘carro de trouxa’. Classificações, que com o tempo se tornaram ‘automáticas’, e que eram fruto da interação no espaço público que enquadrava tão fortemente as pessoas. Classificação essa que se tornava crucial na medida em que regulava e criava expectativas sobre a conduta dos outros, formando uma linguagem local tão freqüente que com o tempo também apreendi a utilizá-la tal como os moradores. Sempre os tratei como iguais, pois conhecia os impactos que o estigma social da pobreza imprime sobre os indivíduos, mas sabia também que esse estigma era acionado, principalmente, pela postura ostensiva de estranhos a realidade local. Eu era um desses estranhos, contudo, com o tempo passei a me tornar familiar, a ser inserido na própria dinâmica da comunidade, a ser um agente social, um voluntário, e depois um amigo.

### III

O foco empírico da presente dissertação se dirige às quadras 03, 05, 07 das QNNs e 08 da QNM, no lado norte da cidade. Foi neste local que concentrei boa parte da etnografia realizada, sendo que os demais locais e moradores, apresentados ao longo dessa dissertação, foram introduzidos por intermédio dos moradores dessas quadras. A escrita, bem como os aportes teóricos utilizados, ilustram de forma reduzida uma pequena parte da complexa rede de relações que compõe o universo social do grupo. No entanto, toda escrita foi subordinada e orientada para a análise dos dados etnográficos considerados mais importantes para a comunidade, aqueles que possuem maior impacto em seu imaginário e que formam e orientam condutas estandardizadas, ou seja, a opção pelo tráfico e sua vinculação à política.

As QNNs são quadras construídas na década de 70, seguindo o plano de erradicação das favelas do planejado Plano Piloto. Junto com as QNMs, estas são as quadras mais antigas da Ceilândia, agregando uma grande parcela do contingente

populacional da cidade. As quadras 03, 05 e 07 são quadras paralelas divididas apenas por uma pista, enquanto que a quadra 08 fica no sentido oposto, do outro lado da pista central, junto com as demais quadras de números pares da QNM. Como a maior parte das quadras da cidade, estas são formadas por duas áreas, as entre-quadras e os chamados conjuntos. As entre-quadras são locais em que se concentram os comércios e serviços coletivos, como postos de saúde, escolas e igrejas. É o local onde as pequenas necessidades de consumo da comunidade são satisfeitas. Sendo também um espaço de socialização, pois é nessas entre-quadras que se encontram drogarias, bares, mercadinhos e quadras de futebol, sempre cheias, seja durante o dia ou à noite.

É na entre-quadra da QNN 05/07 que se encontra a CJC (Casa de Justiça e Cidadania), uma instituição construída pelos moradores, que depois de legalizada passou a prestar assistência jurídica para a comunidade. Todavia, a CJC nunca se limitou unicamente a atender esse propósito, fornecendo diversos tipos de serviço à comunidade, de casa espírita kardecista a um centro esportivo que reúne crianças das várias quadras próximas<sup>4</sup>. Logo acima da CJC se localiza o Centro Educacional 08, o principal colégio de Ensino Fundamental da região. Do outro lado da pista que liga as quadras da QNN de menor numeração com as de maior está localizado o Centro de Ensino Médio 07, sendo que o conjunto das duas escolas se torna a principal referência educacional naquela região.

O outro espaço que compõe as quadras são os conjuntos, ou ruas, como os moradores denominam. Estes conjuntos são organizados por letras, possuindo um total de 18 conjuntos por quadra, indo da letra A à P. Cada conjunto possui cerca de 44 casas emparelhadas em lotes de 200 m<sup>2</sup>. As casas erguidas nesses lotes foram formadas no sistema de mutirão, onde contava a princípio com uma “habitação provisória” (*barraco* de madeira) e posteriormente sendo erguidas as casas de alvenaria na parte da frente do lote com financiamento do governo (Tavarez 2005). Esse financiamento, intermediado pela cooperativa dos trabalhadores, junto com o planejamento do governo, fez com que

---

<sup>4</sup> Descrevo as características da Casa de Justiça e Cidadania no capítulo 2.

as casas da QNN e QNM e quase toda a Ceilândia, assim como a maior parte de Taguatinga, tivessem casas com arquitetura idênticas.

Ainda hoje, alguns conjuntos possuem casas com o formato original. No entanto, o que a maior parte dos conjuntos apresenta são casas reformadas, acompanhadas por *barracos*, agora não mais de madeira, mas de alvenaria. Atualmente, os barracos se tornaram habitações permanentes, uma espécie de local diferenciado da casa onde geralmente habita uma outra família. O tamanho desses barracos é quase sempre menor que a casa principal, sendo comum também não haverem casas principais, apenas barracos<sup>5</sup> em alguns lotes. Estas construções, tais como as casas atualmente, variam bastante no seu formato, mas pelo seu tamanho, são quase sempre fáceis de identificar.

Os barracos representam, sem dúvida, uma alternativa à subsistência material encontrada pelas famílias para sobreviverem à situação adversa que marca a moradia no Distrito Federal. Em sua grande maioria, os barracos são utilizados como casa para aqueles filhos que casaram, mas não tem condição de adquirir sua própria moradia, ou para abrigar parentes que não possuem casa, em função da migração, ou mesmo pela dificuldade comumente encontrada para sobreviver nas ditas cidades grandes. Em certa medida, a conduta relacionada à construção dos barracos se assemelha àquela encontrada no campesinato brasileiro, no qual o parcelamento de terra entre os familiares é uma das formas de manter a unidade familiar (Wortmann 1995, Moura 1978).

Ou seja, os barracos são formas de apropriação espacial que possibilitam a reprodução da unidade familiar, se tornando uma das alternativas financeiras mais viáveis frente ao alto custo financeiro das moradias no DF. Uma outra possibilidade de uso dos barracos é o aluguel. Os proprietários mais abastados que possuem barracos em seu lote os alugam de forma a conseguirem alguma renda extra. É interessante notar que esta prática é um dos investimentos preferidos por parte dos moradores da região para os

---

<sup>5</sup> Segundo Borges, (2003) referindo-se ao Recanto das Emas, o barraco reflete a própria condição da cidade, sendo uma maneira mais dinâmica de estar no espaço ao contrário da casa, elemento mais fixo por envolver maior investimento material.

quais o aluguel é a forma mais estável de investimento. “Casa ninguém toma da gente.” Uma frase recorrente durante toda etnografia, sempre aludindo ao trauma causado pela poupança tomada na época do governo Collor.

## IV

A rua é a principal unidade básica de socialização para os moradores da região. Ela é intermediária, no sentido que se difere da casa, como um lugar público, mas ao mesmo tempo constitui um espaço que possibilita a entrada de estranhos ao mundo familiar da casa. É interessante notar que absorção de pessoas por parte da família é baseada, preferencialmente no casamento, contudo o pertencimento tanto na família quanto local é algo construído essencialmente pelo tempo. A maior parte dos moradores da região é constituída de moradores antigos, que vivem naquela localidade há mais de 30 anos, possuindo ainda os lotes doados pelo governo. Geralmente, os atuais chefes de família formam a segunda ou terceira geração a ocupar a mesma propriedade, implicando em um conhecimento íntimo sobre o universo privado dos seus vizinhos apoiado na convivência diária e uma constante troca de histórias.

Por conseguinte, a vida social nas ruas é bastante intensa. Durante o dia é possível acompanhar pessoas circulando de uma casa para a outra, jovens brincando ou jogando “golzinho”, velhos sentados com suas cadeiras na frente das calçadas conversando, rapazes fumando maconha ou traficando nas esquinas, bêbados cambaleando pela rua, policiais revistando os jovens “dando bacu”<sup>6</sup>, enfim pode-se observar uma rica vida social em um espaço tornado familiarizado, um território que por mais problemático que seja, é conhecido e internalizado pelos moradores. Nesse sentido, a espontaneidade da cidade promove um contraste sensível com a “rigidez” do Plano Piloto planejado (Brasilmar 2004, Pavini 1987).

Como suporte para a sociabilidade aparecem as diversas instituições sociais nas quais os moradores participam em várias instâncias. As instituições religiosas como igrejas católicas, evangélicas e centros espíritas são as mais visitadas. Com a mesma intensidade, os botecos e bares sempre estão cheios. Contabilizando um número significativo, em média um boteco ou bar para cada dois conjuntos habitacionais, estes

---

<sup>6</sup> Ver glossário.



são estabelecimentos locais onde a fofoca circula. Apesar dessa vida intensa nas ruas ou conjuntos, Ceilândia não é uma cidade capaz de gerar grandes quantidades de postos de trabalho. É uma cidade populosa, que concentra boa parte dos empregos disponibilizados nas feiras populares, mas ainda encontra-se subordinada, estruturalmente e em termos de relações empregatícias à cidade de Taguatinga e ao Plano Piloto.

Vários moradores da localidade trabalham como faxineiros, empregados domésticos, pedreiros, cozinheiros e muitas outras profissões que permitem “tirar um dinheirinho” para sustentar a sua família. A construção de permanentes relações econômicas e sociais entre a Ceilândia e as demais cidades faz com que o trânsito de pessoas seja constante na própria cidade e para além dela, gerando diversas conseqüências para a dinâmica de afirmação e reconhecimento identitário de seus moradores, algo vivenciado tanto pelo pai de família, quanto pelo traficante da esquina. Contudo, nota-se que boa parte da apreensão e compreensão do mundo externo à cidade tem como referência o espaço de socialização que compõe a rua, algo que torna a não apenas um local, mas uma categoria explicativa do mundo, implicando noções éticas e morais próprias, tal como evidenciado nos capítulos que seguem.

## V

Esta dissertação pode ser dividida em dois grandes eixos analíticos que se mostraram relevantes em meio à construção da etnografia, a saber, o tráfico e a política. A introdução buscou contextualizar o leitor sobre aspectos da região entográfica em que foi realizada a pesquisa, bem como problematizar o papel do pesquisador durante o trabalho de campo e os dilemas por ele enfrentados.

No primeiro capítulo trato sobre o tráfico. Explicito as características principais dos meios de reprodução desse sistema, bem como a sua relação com as noções de honra e reputação. Busco interpretar o tráfico como uma instituição que promove modificações na carreira moral dos seus participantes e que atende a um fim específico, qual seja, a

reprodução e continuidade dos seus mecanismos. Trato da relação entre o tráfico e polícia, aqui interpretada como uma peça fundamental que dota o sistema do tráfico com determinados conteúdos. Explicito aspectos sobre a riqueza do tráfico, como funciona o acesso a bens de consumo e qual a lógica mercantil que segue a produção, para em seguida tratar dos aspectos da “guerra” local e da traição. Na penúltima seção do capítulo falo sobre a família enfatizando as repercussões do tráfico para a organização familiar e os aspectos geracionais do tráfico. E na última seção concluo o capítulo tratando do problema chave para a pesquisa: as justificativas éticas e morais da esfera do tráfico, o que permite demonstrar como ocorre a relação de moralidades e como o ‘ser’ ou tornar-se traficante é também uma expressão de uma relação identitária.

No segundo capítulo trato sobre as relações políticas e de como estas são percebidas localmente. O que se torna interessante no trabalho desenvolvido é como o universo político é presente no cotidiano dos moradores, seja na forma da política pública executada pelo legislativo/executivo, ou por meio das micro políticas realizadas ao nível das relações sociais. A exposição dos fatos segue a relação de eventos vivenciados durante a execução da etnografia. Nesse sentido, destaca-se o papel da intermediação entre os políticos e a comunidade, realizado pelas lideranças, a instrumentalização e os projetos individuais pautados em ambições políticas, a retórica dos políticos profissionais, os dilemas morais e os tramas desenrolados nessa esfera.

No último capítulo busco relacionar as diversas percepções sobre o mundo social por meio da relação entre o tráfico de drogas e a política a partir dos aspectos morais e éticos. O que por fim, assume destaque nesse capítulo é a correlação entre diferentes cenários sociais que apesar de serem complexos e estruturados a partir de pontos de vistas particulares formam uma totalidade quase orgânica, que permite a sustentação de várias identidades locais como de moralidade ancoradas na sustentação de vínculos sociais.

## Capítulo I - O tráfico

*“Se você tiver na rua e um menor te abordar... Cara, entrega tudo, principalmente se você perceber que o moleque é réu primário...Eles não sabem “enquadrar”, qualquer coisa assustam e metem bala, sem dó. Esses são os mais perigosos”*

*(Um ex-presidiário, ex-ladrão, ex-traficante, hoje apenas um morador da comunidade)*

*“Para que haja um desafio é preciso que aquele que o lança considere o que recebe digno de ser desafiado, isto é, capaz de receber o desafio, que o reconheça, em suma, como seu rival em honra. Desafiar alguém é reconhecer-lhe a qualidade de homem, reconhecimento que é a condição de qualquer troca e do desafio de honra como primeiro momento de troca; é reconhecer-lhe também a dignidade como homem de honra porque o desafio, como tal, requiere a resposta e, por conseqüência, dirige-se a um homem considerado capaz de jogar o jogo da honra e jogar bem, o que pressupõe primeiro que lhe conhece as regras e, depois, que possuiu as virtudes indispensáveis para as respeitar. “*

*(Bourdieu in Perestiany 1971: 162)*

## Tráfico, uma instituição local <sup>7</sup>



Esta frase estampada na boca de fumo na esquina do conjunto I na QNN 07 é um signo não verbal de grande significação local. Simboliza, pelo seu caráter icônico (Peirce 1977), toda uma gama de valores referentes ao mundo do tráfico e sua relação com a comunidade. É um index, uma imagem que se conecta organicamente com objeto a qual se refere; no entanto, a interpretação dos moradores não necessariamente se vincula, literalmente, a esta conexão (Peirce 1998). Os traficantes, tanto quanto os moradores, têm consciência que o tráfico vivenciado na região é substancialmente

---

<sup>7</sup> Os trechos de entrevistas realizadas ao longo deste capítulo foram realizadas com pessoas que se envolveram direta e indiretamente como o mundo do tráfico, alguns em vários períodos da sua vida, mantendo uma relação de proximidade, mas não de inserção, até hoje.

diferente do tráfico no Rio de Janeiro. Têm consciência que a cidade de Ceilândia, e, principalmente a localidade em que moram, não é um morro no qual a força do tráfico compete com a força policial.

Sabem que por mais que um traficante seja poderoso, todo mundo está sujeito a ‘cair’, afinal, o tráfico é isso, um mundo perene, fulgaz que se modifica a todo instante. A única coisa que tem certeza é que existe algo que parece que não ter fim, as *guerras*. Elas acontecem diariamente, seja entre os próprios traficantes ou entre estes com a polícia. As *guerras* são, dessa forma, a materialização local da violência. Contudo, o tráfico no Rio de Janeiro, por ser evidenciado como o berço do tráfico crime organizado brasileiro e dramatizado pela mídia por meio de filmes e noticiários, se torna uma expressão semântica daquilo que o tráfico local pode e gostaria de ser, sendo assim uma representação ideal que a dinâmica do tráfico tenta alcançar e reproduzir.

Sexo, drogas e dinheiro. Palavras que parecem comuns ao serem descontextualizadas, mas que são centrais para se entender o filme de ação que todos os dias os traficantes da Ceilândia protagonizam ao viverem perigosamente, correndo de um lado para o outro, evitando a polícia e trocando tiros entre si. O tráfico é, sem dúvida, uma alternativa, uma forma que o indivíduo encontra de conquistar tudo aquilo que a sociedade de consumo o priva; o tráfico nasce e sobrevive entre os pobres, mas se sustenta a partir de sua relação com os ricos. Na região etnografada, o tráfico é uma instituição social, onde traficantes, bandidos, ladrões e assassinos não são gente estranha, mas pessoas da localidade, vizinhos, parentes e irmãos, cuja escolha da forma de vida não impede que ainda façam parte da família e da comunidade.

Ser traficante é ser reconhecido socialmente como tal. É fazer parte de uma “galera”, de uma turma, formada preferencialmente na rua. Os integrantes do tráfico são pessoas da comunidade, que todo mundo conhece desde pequeno, que cresceram naquela rua, que pertencem a um território, a um “pedaço” o qual o traficante tem obrigação de proteger, independente dos conflitos com os outros grupos ou com a polícia (Magnani 1998). Ou seja, é ser parte de um conglomerado complexo de

rivalidades com outros grupos em torno de uma posse simbólica por um determinado espaço, que também é o seu nicho de trabalho.

Essa rivalidade que se manifesta principalmente pela violência tanto a nível material como simbólico, faz parte de uma organização social na qual a busca por reputação por meio da honra, um dos principais mecanismos de acesso a bens materiais, se torna o elemento essencial para a sobrevivência e sustentação do tráfico. Dessa forma, inicio o capítulo tratando dos mecanismos sociais do tráfico e sua relação com os indivíduos e concluo tangenciado questões referentes à ética e moralidade, como princípios que permitem visualizarmos a reflexividade dos sujeitos no processo de interação social, bem como de suas identidades.

### **Honra e reputação, aspecto de uma identidade**

Tratar de honra e tráfico pode parecer, em um primeiro momento, algo contraditório, afinal, honra, tal como significada pelo senso comum, assume um caráter positivo em contraposição ao tráfico, por sua vez, negativo. Honra, como concebida na modernidade<sup>8</sup>, diz respeito à dignidade. As pessoas dignas agem de acordo com um corpo de conduta apreciado eticamente pela sociedade em que está inserido. Já o tráfico não compartilha tais princípios éticos e diz respeito à esfera da ilegalidade, associando-se ao roubo, ao vício e ao crime. Todavia, um olhar mais detalhado sobre o mundo do tráfico nos permite perceber uma instrumentalização da honra a partir de uma realidade local, interpretada pelos sujeitos etnografados como um dos mecanismos mais importantes para o funcionamento do complexo maquinário que motiva e sustenta a maior parte dos relacionamentos ligados ao tráfico de drogas.

---

<sup>8</sup> Para maiores detalhe da noção de honra e sua relação com a noção de reconhecimento identitário e de ofensa moral ver L. Cardoso de Oliveira (2004).

Dessa forma, é necessário contextualizar a noção de honra que este texto utiliza. Honra, no sentido adotado ao longo dessa dissertação, é uma referência direta à honra tal como percebida pelos antropólogos que trabalharam nas sociedades ditas simples do mediterrâneo. É um conjunto analítico de valores que são centrais para orientação da conduta dos indivíduos e para o reconhecimento e diferenciação social entre eles. É aquilo que pode ser acumulado na forma de reputação, ligando-se diretamente ao sistema de prestígio capaz de avaliar e ordenar diversas identidades sociais no contexto social em que está inserida.

Ou seja, é uma forma apropriada de classificar e hierarquizar os outros em relação a uma totalidade, algo que promove uma diferenciação de níveis, que envolve uma relação de englobamento e complementaridade entre as partes (Dumont 1992). Por conseguinte, na esfera do tráfico, honra é o substrato da relação e da diferenciação entre fornecedor, traficante, cliente, polícia e morador local. Contudo, essa diferenciação não é um fato natural absorvido de imediato pelas pessoas que participam do tráfico. É algo construído socialmente por um processo de socialização coercitivo no qual qualquer pessoa que resolva fazer parte deste mundo é obrigatoriamente submetido.

Nesse sentido, o tráfico é uma instituição que promove mudanças significativas em vários níveis no indivíduo de maneira a provocar mudanças na carreira moral dos iniciados, o que configura uma transformação nas crenças que ele possui a seu respeito e a respeito dos outros (Douglas 1998, Goffman 1974). Este processo é realizado de duas formas; por uma violência coercitiva em relação aos seus pressupostos básicos do eu, principalmente pela tentativa de diferenciação do universo do tráfico *versus* o universo de valores familiares, e pela relação de prêmios e prebendas, manifesta por meio de reconhecimento e admiração que, quando conectadas pela reputação, faz com que as ações públicas demandadas ocasionem a fama do traficante.

Como toda instituição, o tráfico possui uma estrutura que permite atender o seu objetivo primeiro, que é a venda de drogas. É uma estrutura formada essencialmente pela sociabilização, sendo que na maioria das vezes, amigos de rua conhecidos, que já foram absorvidos pelo tráfico, são os principais elos para recrutamento dos jovens,

garantindo o funcionamento da dimensão temporal do tráfico. Durante a pesquisa de campo, uma das questões recorrentes era a escolha moral realizada pelos traficantes, algo que implica uma escolha identitária por parte deles, marcando um momento de várias dúvidas por parte do jovem. O trecho abaixo é a fala de um ex-traficante.

*L: Mas como é que foi que você começou com isso, o pessoal te influenciou, os amigos?*

*B: Sempre tem que ter alguém né, tem que ter alguém. Você tá aqui, nunca mexeu com isso, pra você começar a mexer com isso, você tem que andar com alguém que mexe, e se você tá andando com alguém que mexe, se o cara não dá confiança pra você, você não vai querer mexer. Mas se o cara, começa a dar confiança: “Ou, guarda lá pra mim. Ou, vai pegar o negócio pra mim. Ou, pesa lá pra mim.” Ai você começa, você começa a se envolver que nem vê, quando você vê você já tá dentro. Tá no comboio, você já tá andando junto com os caras. Se você não entrar lá dentro os caras falam: “Pô, esse bicho é comédia. É avião.”*

*L: Avião?*

*B: É avião, esse bicho é comédia é avião. Então ou você entra logo, ou sai fora. Porque ninguém respeita avião não.*

*L: Por que avião?*

*B: Avião é aquele cara que leva droga pra um lado e para o outro.*

*L: Só leva.*

*B: Só leva. Vamos supor você vai pegar ali dez latas de merla...Aqui na Ceilândia rola mais merla... Detalhe, ai você roda e cagoeta o cara...tá morto, tá morto. Cagoetar o cara, pode sumir do mapa. Se pegar, Ave Maria, é mal. Então é por isso que ninguém quer ser laranja...*

Os dois mecanismos básicos da estrutura do tráfico são, em termos materiais, a possibilidade de lucro (de dinheiro fácil, e, por consequência, o acesso à diversão por



parte dos traficantes) e, em termos simbólicos, a busca por prestígio entre aqueles que fazem parte do comércio do tráfico e, paralelamente, dos moradores locais. Esse prestígio baseia-se na respeitabilidade advinda da possibilidade de conquistar ou manter uma posição ancorada no sistema de reputação local, assemelhando-se aos valores que acompanham a noção de hombridade e masculinidade. Ou seja, são valorizações sociais que partilham, por não serem naturalmente dadas, mas socialmente construídas, o bojo de sanções sociais, no qual o júri são os seus colegas e a sentença é o julgamento que fazem quanto à imagem social que o traficante tenta sustentar. Dessa forma, a reputação do bandido é o reflexo puro da personalidade social no espelho dos ideais sociais da comunidade local que supõe a existência de padrões de medidas capazes de estabelecer juízos entre os seus participantes e os “de fora”, mesmo em situações em que não existe um público ou um júri em si.

“...o valor que uma pessoa tem aos seus próprios olhos, mas também aos olhos da sociedade. É a sua apreciação de quanto vale, da sua pretensão a orgulho, mas também é o reconhecimento dessa pretensão, a admissão pela sociedade da sua excelência, do seu direito a orgulho.” (Perystiani 1986:13)

É interessante notar que a citação acima, apesar de escrita por um estudioso do mediterrâneo, segue a mesma noção de honra tal como proposta por Weber (1974), em que esta não possui um conteúdo substantivo, trata-se de um atribuidor relacional de valor social que se estrutura a partir do sistema de valores de cada sociedade e que sempre implica reconhecimento, como também alguma espécie de pertencimento <sup>9</sup>. Nesse sentido, a honra aqui tratada possui o seu significado construído dentro do tráfico, mas se estende para além dele influenciando na esfera local.

---

<sup>9</sup> A noção de honra encontra repercussão em várias esferas de valores na vida social. Teixeira (1997) explica que honra é o valor central que promove a própria identidade e diferenciação da esfera de ação política. Algo que será mais bem abordado no capítulo seguinte.

Contudo, tal classificação não é perfeita. Os indivíduos não se enquadram precisamente, o que acaba por reforçar o sentimento de insegurança e incerteza do que se pode esperar em relação ao outro, surgindo o medo e a vergonha. Até certa medida, essa instabilidade é uma instabilidade estrutural, onde a conduta do indivíduo reflete a conduta do corpo social no qual ele está inserido. Não obstante, essa classificação frágil se torna mais aguda quando buscamos entender as imagens sociais, as representações que trabalhadores possuem sobre si e em relação ao tráfico.

De um lado tem-se os trabalhadores que, na visão dos traficantes, são sempre “otários” por não ganharem o dinheiro que poderiam ganhar mexendo com o tráfico. Do outro lado, os trabalhadores que têm os traficantes como “covardes”, pessoas que sempre estão de arma em punho, prontos a resolver qualquer problema na base do tiro, não seriam homens capazes de brigar de forma limpa, digna. São moleques irresponsáveis, utilizam menores para roubar, matar e assumirem a responsabilidade das ações criminosas que na maioria das vezes não foram realizadas por eles.

Entretanto, em termos restritos, para aqueles que fazem parte do mundo do tráfico, a honra é percebida como reputação, um tesouro a ser disputado a tapa pelos traficantes, sendo aquilo que divide o seu mundo em dois: os que têm reputação e aqueles que não a têm. Os que não têm são os “cagões”, os “aviões”, aqueles que são feitos de otários por qualquer um, que não tem “peito” para cobrar uma dívida, que não possuem as habilidades necessárias para ser um traficante forte, logo, aqueles que têm menos possibilidade de ganhar dinheiro com a prática do tráfico. Já os que possuem “peito” e conseguem conquistar essa reputação, são os que realmente fazem parte do mundo da bandidagem, aqueles que fazem e acontecem para conseguir dinheiro e, ironicamente, tal como os trabalhadores, conseguem se sustentar, tendo no tráfico o seu ganha pão. Em uma das entrevistas com um ex-traficante ele me explicou como funciona o sistema da reputação para com os “clientes” e entre os traficantes:

*L: Mas aí, o pessoal pagava direitinho?*

*C: Ah, se não pagar não leva e se pegar e não pagar...Tem que ser louco da cabeça....Porque é o seguinte, eu pego na mão do cara...O cara lá não quer saber não, quer que pague ele....E por causa de um, dois, eu não vou pagar o cara...É doido, dá confusão das brabas, confusão das brabas mesmo....*

*L: É mesmo?*

*C: Dá...Por isso que é muito difícil o cara vender droga fiado, ninguém vende não...Vende nada, porque se vender dá morte. Hoje mesmo, tava passando de moto...O cara tava devendo 45 reais, e se não me engano esse Jô eu conheço, ele é daqui da cinco. Perguntei pro irmão, ele falou que tava devendo 45 reais e não pagou....e eram dois peão, um ele matou e o outro conseguiu correr. Ai ele falou que vai matar o outro....Por causa de 45 reais.....*

*L: O Marcos tava falando que tinha um pessoal aí, que matava por 1 real...*

*C: Mata...mata...Mas às vezes também a questão é o seguinte, tem que ver o outro lado, muitas vezes a pessoa não morre por causa de 1 real...1 real não é dinheiro não, é por causa do desaforo, pela falta de respeito, por que tem cara que não tem respeito. Eu pego um dinheiro com você emprestado, pego da sua mão...Eu tenho que pagar você. Ai os caras às vezes, vê você com dinheiro, você curtindo, você fazendo tudo e ai você vai cobrar o cara. Quando você cobra o cara, ele fala que não vai pagar tudo, que paga quando quiser....Quer dizer, quando você precisou do cara, o cara tava ali pra ajudar e agora que você tem não quer pagar o cara, você não tá fazendo favor, você tá pagando o que tu pegou, ai é que o cara morre, mas não morre por causa do dinheiro não, morre por causa do desaforo, entendeu? Ai, detalhe, o cara tá nesse mundo, tá todo mundo em volta vendo ele, se ele deixa o cara fazer isso, vai todo mundo fazer com ele, daqui a alguns dias ele não tem moral com ninguém, com ninguém, um*

*menino tá batendo nele. Tem que cortar o mal pela raiz, tem que mostrar que não pode brincar com ele não porque se brincar é mal, porque se deixa amigo, virá bagunça, vira bagunça, todo mundo vai querer fazer e acontecer...*

*L: Os caras são folgados....*

*C: “Hum...Ei C eu vou te pagar....” - Não, me paga quando quiser não esquento com isso não... Ah, se fosse há um tempo ele já tinha me pagado, de um jeito ou de outro...tinha...*

A aceitação da identidade social do traficante é baseada na possibilidade de reconhecimento que se liga estritamente à reputação advinda da conquista e manutenção dessa espécie de honra local. Nesse sentido, a manutenção e a conquista desse reconhecimento identitário não é algo que se alcança facilmente, o bandido tem que saber fazer a sua reputação, não pode nunca ser “trouxa”, “dar pra trás” ou deixar ser enganado; ele “tem que ter a bandidagem como religião”. Ou seja, ser bandido envolve uma apreciação de quanto vale a sua identidade e de como é percebida a sua pretensão a ser “um bandido forte”, na forma de reconhecimento dessa pretensão, o que implica a admissão pela sociedade da sua excelência.

Este esforço para conquistar uma posição materializada pela identidade social, está subordinada a dois mecanismos essenciais para o funcionamento do tráfico: busca pelo dinheiro e capital simbólico conquistado através da reputação. A conexão de ambos implica a criação de um vínculo e estabelecimento de uma rede de trocas que marca a relação entre fornecedor, traficante e cliente. O bandido que consegue sustentar esse vínculo por maior tempo possível, sem ser preso ou ficar pobre, é um bandido esperto e tem grandes possibilidades de ser tornar um bandido forte. Até certa medida, isto implica um comprometimento quase total com o tráfico.

O vínculo estabelecido é essencial para o funcionamento do sistema. A quebra ou mau funcionamento de alguns destes elos tem como resultado possível a cadeia ou a morte. Nesse sentido, envolve grandes perdas, o que reforça a necessidade extrema de

cumplicidade entre os envolvidos no esquema. O elemento que faz com que esta cumplicidade ocorra, promovendo a seletividade com quem é lícito trocar, principalmente na relação entre traficante e fornecedor é, mais uma vez, a reputação.

Dessa forma, a reputação se torna um importante sistema relacional, sendo capaz de amenizar um dos ‘pontos fracos’ do tráfico, a venda de drogas pelo sistema do “fiado”. Fator comum na relação traficante-cliente e traficante-fornecedor, o “fiado” é uma espécie de dívida, que se torna necessária para o funcionamento e circulação de dinheiro e mercadorias no sistema do tráfico. Nem sempre o traficante que vai buscar grandes quantidades de drogas com o fornecedor possui o dinheiro necessário para comprá-la nesse momento firma-se um compromisso de que no período estipulado o traficante tem que quitar a dívida contraída. Se durante este período o traficante ‘fuma’ sua parte, a polícia apreende a droga ‘melando o esquema’, ou mesmo se alguém o trai e rouba toda a remessa de droga, como dizem os traficantes, ‘já era’. Restam-lhe três alternativas; a morte, porque certamente o fornecedor vai atrás dele; fugir para evitar ser morto, ou ainda, pagar a dívida contraída. Essa última é a alternativa que os traficantes escolhem com mais frequência. Isto significa que eles vão se arriscar em roubos de casa, banco, carro, assaltos à mão armada, enfim, dedicar-se-ão a toda sorte de atos ilícitos que lhes permitam ganhar dinheiro rápido.

Já na relação entre traficante e usuário, o “fiado” é tido como o principal responsável pelos óbitos, como ilustrado pela fala acima. Se o usuário, que está sempre em uma posição subordinada ao traficante, resolve não pagá-lo, isso é tido como uma ofensa à sua reputação, podendo esta ofensa destruir toda a sua fama conquistada, o que exige que a honra seja restaurada por meio do sangue derramado. Esta é uma diferença essencial entre o tráfico realizado no Plano-Piloto e do tráfico realizado na Ceilândia. Segundo os entrevistados, no Plano-Piloto, o usuário é mais esperto, pois geralmente compra a droga e paga na mesma hora, procurando não estabelecer uma relação de dívida a ser quitada futuramente.

Contudo, isso não é regra. É muito frequente ver vários ‘carrões’ circulando na região. Estes ‘carrões’ nem sempre são dirigidos por usuários que vêm do Plano Piloto

comprar drogas. Muitas vezes quem os dirige são os próprios traficantes. A dívida contraída por parte dos ‘playboys’, por vezes, pode somar valores exorbitantes, onde surge a necessidade de penhorar o carro até conseguir dinheiro. Estes playboys chegam a penhorar quase tudo o que têm; sendo assim, para os moradores que esperam uma conduta mais reta das pessoas ricas, a droga demonstra a fraqueza das classes mais abastadas, evidenciando a degradação humana, algo que inverte qualquer lógica, remetendo a dignidade humana que seria universal e independente da condição de nascimento. A fala abaixo ilustra bem essa situação. Aqui o entrevistado fala de uma época que vendia drogas no Cruzeiro e das pessoas que eram seus clientes.

*B: Moço lá era só filho de coronel, filho de tenentes, só gente forte que comprava lata lá. Forte, forte mesmo. Eu ficava era de cara, cada menina linda, linda. Eu olhava pra você e falava, não dá pra acreditar que essa menina usa droga não, eu olhava pra ela....O que é isso, pelo Amor de Deus. O cara vê cada coisa nesse mundo ai que não acredita não, na madrugada então... Vixi, o cara vê coisa na madrugada. Vem mulher te oferecer; “Não moço, eu transo com você e você me dá tanto.” Mulher bonita, chega de carro você vê, só princesa. Tu olha assim, o que que é isso. To te falando.*

*L: E já aconteceu assim...*

*B: Oxi, demais... Demais, demais mesmo. Duas três mulheres, começam a usar droga ai param, não tem mais, não tem dinheiro pra comprar também e ai vai dar pra usar droga.*

As relações que envolvem o tráfico são relações frágeis, qualquer erro das partes pode ser fatal. Não se trata de um sistema dádivo em si, no qual as quatro condicionantes básicas da dádiva (interesse x desinteresse; obrigação x liberdade) contribuem para instaurar a ação social visando sustentar o vínculo. O que sustenta esse vínculo é, simplesmente, o medo, o qual sempre faz referência à desconfiança e a incerteza de uma traição. É o medo que provoca o constrangimento que induz a dar

continuidade ao vínculo, sendo que a única garantia de salvaguarda por parte dos envolvidos é a fama que cada um possui no mundo da bandidagem.

Ninguém quer vender droga para “bandido mané”, já que estes são os primeiros a serem pegos pela polícia, correndo o risco de “cagoetar” os seus parceiros.

*L: Você ficava gelado assim?*

*C: Fica, como é que não fica...*

*L: Direto...*

*C: Oxi, todo dia é aquele ditado, você mata um Golias. Tem que agradecer se o cara consegue passar um dia todo na rua, a polícia é o tempo todo atrás de peão, o tempo todo, se os caras vacilar vai preso mesmo...*

*L: É mesmo? Eu pensei que a polícia aqui fosse meio...*

*C: Nada. Ela é quando quer, tem que mostrar serviço pra sociedade.*

*L: Mas porque você acha que a polícia não acaba com o tráfico?*

*C: Tem muita polícia envolvida, não é só polícia não, tem muita gente forte envolvida. Basta entender como essa droga chegou no Brasil. Como é que a cocaína da Colômbia veio parar aqui e daqui virou a pasta da merla. Porque só vem de fora, Mato Grosso, de fora. Vem mais do Mato Grosso, o pessoal compra a pasta da cocaína mais do Mato Grosso para eles irem fazer a merla... Você fica se perguntando... Como é que a própria polícia não pega. Como é que passa pelos aeroportos, passa pelas barreiras, não dá pra entender não. Tem gente envolvida demais...*

*L: Mas passa assim?*

*C: Passa...se eles pegam cem quilos passou 3 toneladas, 4 toneladas, mas eles tem que mostrar serviço também... Vem cá não prendeu nada esse mês, tem alguma coisa errada com essa polícia, entendeu? Então eles tem que prender alguém pra mostrar serviço, passa muita droga por ai, eles sabem que passa, ganha dinheiro com isso, eles facilitam, tudo isso tem...tem....*

Nesse sentido a confiança baseada no medo se apresenta como a garantia do funcionamento dessa relação. Contudo, todo traficante sabe que confiar é se expor e que a qualquer momento pode ser traído. Afinal, o tráfico segue uma lógica de mercado, calcado nas disputas por pontos de distribuição de drogas e por capital simbólico na forma de reputação, o que justifica a competição constante entre os traficantes. Tal como nas nações do mediterrâneo, onde honra conquistada é honra demandada, a honra na forma de reputação é sempre um objeto de disputa, cuja confiança e traição se tornam duas faces de uma mesma moeda. Ser um bom traficante é ser esperto, é sobreviver às tentativas da polícia de ser preso, mas é, principalmente, sobreviver à “guerra” local, ou seja, independente do que ocorra, significa sobreviver às traições, principal catalisador das disputas que produzem a “guerra”.

*... Ai eu vou e mato o cara porque o cara tá me devendo. Ai eu pego e conto pra você e você fica sabendo, você tá querendo o meu ponto e ai você mesmo vai e conta pra polícia... o fulano de tal matou um cara, assim, assim, fulano de tal tem uma lombra ai que vai chegar na casa dele tal dia. Já era, você cai, vai preso e eu que sou seu concorrente, vou ficar na rua ganhando dinheiro. Entendeu, aconteceu isso.....*

*L: É mesmo?*

*B: Oxi, demais...*

*L: Traição.*

*B: É, acontece demais, só que o seguinte eu to pensando que você é meu amigo, mas eu não sei, eu não sei, entendeu? Uma vez, um chegado meu rodou por causa disso. Chegou em mim, “Pó B vamo pegar, vamo pegar dois quilos” - Rapaz você pega o seu que eu pego o meu, não vou mexer contigo não - “Não o meu vai vim por tal lugar” - Rapaz, pega o seu que eu pego o meu...Só que o seguinte eu falei que o meu ia vim do mesmo lado do dele, só que eu botei o meu*



*pra vim do outro lado. Tava passando lá a polícia me parou, pegou o dele todinho e o meu passou. Por que? Se eu conto que o meu tava vindo pro mesmo lado tinha pegado o meu, entendeu? Se você fala pro cara, eu to vindo pela norte, vai pela sul. Tem que sempre enganar você nunca pode falar aonde você tá, senão te pega na hora.*

Dessa forma, as disputas de honra são disputas por um lugar na hierarquia, na qual quem se submete à precedência de outros reconhece a sua posição social inferior dentro do mundo do tráfico. Por conseguinte, as disputas realizadas na busca por hegemonia das bocas de fumo possuem uma dimensão de conquista, em que quem atribui ou não honra ao indivíduo é o sentimento público expressado nos inúmeros círculos sociais em que se comentam os “feitos” dos traficantes. Ou seja, adquirir uma boa imagem frente a esse sentimento público, significa, por exemplo, ter o reconhecimento geral que fulano de tal é **O** chefe da boca.

### **A polícia, o terceiro da relação**

Nas variáveis que formam o mundo do tráfico, a polícia é terceiro elemento que dota de sentido a relação do traficante com os clientes. É a polícia que permite a compreensão de como se constrói os medos e as estratégias presentes em todos os relacionamentos dessa esfera. No entanto, o seu papel é ambíguo na fala de vários moradores da região; antes mesmo de me aprofundar na etnografia, a polícia já era vista como bandida. Segundo os moradores, os policiais atuam de forma corrupta, aparecem apenas quando a situação estava incontrolável quando não tem mais forma de resolver o conflito, ou quando um crime bárbaro já havia acontecido.

Ao longo da pesquisa, conversando com policiais e traficantes, percebi um outro ponto de vista. A corrupção da polícia existe, mas se torna menos importante em vista de

sua funcionalidade, algo que ameaça mais diretamente o tráfico. Por mais que se encontre corrupção, principalmente nos níveis mais altos da hierarquia policial, como afirmaram categoricamente os traficantes, isto é assumido como um dado *a priori*, pois poucos sabem os nomes das pessoas realmente envolvidas, o que torna a corrupção algo distante, quase invisível. Sabem, porém, que no mecanismo do tráfico tem uma grande parcela de dinheiro que simplesmente some, na maioria das vezes, antes que a droga realmente chegue na rua. De qualquer forma, para o traficante, a polícia ainda funciona, e se ele der boabeira, pode acabar sendo pego por ela. Talvez essa seja a razão pela qual a comunidade apresenta muitos receios em relação à ação policial, já que representa risco de vida não somente a traficantes e usuários, mas aos moradores como um todo. Pessoas que antes de fazerem parte do tráfico pertencem a algum círculo familiar local.

Tal como os traficantes, os vínculos da polícia com a comunidade são mais estreitos do que se pode imaginar. Durante toda a etnografia pude notar que boa parte das famílias que onde haviam pessoas envolvidas no tráfico possuíam, também, pelo menos um policial como membro. Seguir o caminho do crime é uma opção que nem sempre cria uma oposição que finaliza os vínculos familiares. Os bandidos sabem que tem polícia e polícia, que nem todos são iguais e não devem ser tratados como tais. Ter um policial na rua é mais uma forma de assegurar a integridade do seu território, é garantir que “bandidos folgados” estranhos à comunidade não venham meter o seu nariz aonde não foram chamados, porque “não existe coisa pior do que bandido que rouba pobre”. De forma geral, o que os entrevistados registraram em termos de medo da atuação da polícia se concentrava nas ações organizadas e intensivas que resultavam em confrontos diretos com trocas de tiros e, principalmente, nos processos de investigação. Um dos motivos do medo da população se baseia na noção de serem monitorados. “O nosso Big Brother”, como brincavam os moradores, era algo que acontecia por meio de investigações policiais, ou por mecanismos tecnológicos, principalmente, através de instalação de grampos e câmeras nas ruas. Com base nestas informações, pode-se concluir que as investigações assumem diversas formas, mas a maior parte se baseia no elo mais fraco da corrente do tráfico, o consumidor. As investigações citadas nas

entrevistas funcionavam de forma simples, da seguinte maneira: um policial se disfarça como usuário e compra drogas, pega a droga na mão de determinados traficantes, uma, duas, três vezes. Na quarta pede uma quantidade maior, uma quantidade que dê pra “enquadrar” o vendedor por tráfico. O traficante desatento fica empolgado com a venda e leva a droga. A polícia pega o traficante em flagrante, leva pra cadeia “desce porrada”, e se o traficante for fraco, libera o nome do fornecedor. Quando isso acontece, a vida do traficante está por um fio: ou a polícia pega o fornecedor em flagrante, ou o traficante tem que ser isolado, pois, independente do pavilhão que ficar na PAPUDA, ele será eliminado por alguém a pedido do fornecedor.

### **A riqueza do tráfico**

Como foi dito anteriormente, os dois mecanismos principais do tráfico são o enriquecimento material e a reputação, sendo que essa última se torna o elemento básico da relação entre fornecedor, traficante e consumidor. A reputação é o único princípio capaz de fundamentar o vínculo de confiança que a ilegalidade imprime nos círculos de relacionamento que formam o tráfico. No entanto, a reputação é apenas um dos pesos que permitem a confiabilidade, e contrapondo-se ao princípio de traição, constitui a balança pela qual os indivíduos concebem os outros e baseiam suas ações. Contudo, antes de adentrar na dinâmica da traição, algo essencial para entender a guerra promovida pelo tráfico, é necessário falar um pouco sobre a imagem que moradores e traficantes possuem sobre si e em relação aos outros, ou seja, é necessário falar de pobreza, da riqueza e do mercado do tráfico.

O enriquecimento material é contundente. Jovens que nunca tiveram possibilidade de adquirir bens de consumo como tênis e roupas de "marca" passam a ter acesso rapidamente por meio do tráfico. Alguns chegam a conhecer o valor do trabalho subalterno no qual recebem um salário irrisório e não raro sofrem diversos tipos de

humilhação, mas a maioria nem chega a acessar outras formas de trabalho durante a sua infância ou adolescência. No entanto, reconhecem que a sua condição de nascimento os coloca em um local diferenciado em relação aos ricos, sendo que o tráfico passa a ser uma alternativa plausível para inverter essa lógica hierárquica, representando em alguns a noção de revolta (Zaluar 1985).

Ser bandido é ter uma profissão, pelo menos é dessa forma que é percebido pelos traficantes, como um trabalho. É uma escolha racional que envolve uma prática utilitária baseada na possibilidade de ganhos individuais que se alia a uma justificativa moral sustentada a partir de uma noção de “bom viver”. Trata-se de ter tudo aquilo que sempre sonhou, mas que só os playboys do Plano têm, aquilo que permite aproveitar o mundo de forma plena e assim superar a sua condição de nascimento. Tal situação não significa que, no escopo de escolhas, outras alternativas não sejam importantes, que preceitos morais que remetam à idéia de justiça e igualdade estejam alheios à realidade desses indivíduos. Entretanto, os sujeitos avaliam cada possibilidade de escolha identitária de acordo com os projetos que almejam, existe sempre o momento em que o paradoxo das duas identidades em oposição, bandido X trabalhador, surge e briga o indivíduo a escolher uma das identidades e a lidar com as conseqüências de sua escolha.

Explicar como um bandido surge, não é simplesmente atribuir falhas ao Estado, dizer que ele é fruto da ação repressora policial, ou da ineficácia do judiciário. É antes, explicitar certas formas de sociabilidade que encontram no tráfico uma alternativa de vida e de sobrevivência. Sem dúvida, a rua se torna um território no qual as galeras, grupos de jovens, dominam. É um espaço seguro, que produz noções de mundo bem como de masculinidade e sexualidade para aqueles que nela crescem. É na rua que os jovens aprendem a “pegar” mulheres, a brigar quando provocados e a reagir quando desafiados.

É na rua que se apreende a ser homem e a buscar isso. Sabem que mamãe e papai não podem lhes dar aquilo que eles querem. Apesar de muitos reconhecerem a luta dos pais, trabalhadores honestos, que “se viram” trabalhando de “oreia seca” pra conseguir o pão, utilizando de inúmeras estratégias para manter um emprego e trazer sustento para a

casa, percebem que eles vão ter que “ralar” muito para conseguir uns trocados. Se eles quiserem “pousar de gatinhos” pra dar uns “pegas” e ter alguma vida sexual, eles têm que ter grana.

Os “gatinhos” é uma das expressões utilizadas para se referir àqueles que têm dinheiro, os playboys do Plano Piloto. É interessante perceber que estes se tornam a imagem da ambigüidade já que são, por um lado, aqueles viciados que não sabem nada da vida, mas que por outro personificam o ideal de personalidade social que os traficantes desejam, ou seja, os *bon vivan* da época moderna. Aqueles que aproveitam o melhor da vida por terem dinheiro e juventude.

Dessa forma, a maior parte do dinheiro ganho é investido em farras e objetos de consumo, como roupas e sapatos, algo que permite uma categorização de riqueza imediata na interação social, uma mudança da fachada pessoal cujo objetivo principal é conquistar as mulheres. Mais do que apenas um mimetismo, ou uma colagem, na forma de difusão cultural, que nunca, entretanto, alcança à reprodução exata da versão original (Zaluar 1997, Ortiz 1994), tal postura reproduz uma aversão ao sentimento de serem portadores de um estigma pelo fato de morarem em lugares onde se concentra a pobreza, a violência e problemas de toda a ordem. Esse mimetismo se apresenta como uma das diferentes estratégias que tem como finalidade gerir este estigma espacial.

Já os “frevos” são uma das recompensas que o mundo do tráfico dá aos traficantes. Alguns, na maioria jovens, apenas trabalham com o tráfico para os dias de farra. É o acesso a um mundo que a necessidade econômica os privou de freqüentar. É dessa forma que alguns justificam os exageros na noite. Um traficante pode chegar a gastar enormes quantias, de forma que os “frevos” seriam uma maneira de ostentar a riqueza que dificilmente alcançariam se não fosse pelo tráfico. O relato abaixo é de um ex-traficante, ele narra a última vez que fechou um bar para beber.

...( ) *A gente chegou no bar e tava quase fechando. - E ai cadê o seu bar? “Ta ai.” - Vamos fazer o seguinte, me leva pro seu bar e tudo que*

*tá lá dentro eu vou tomar. “Sério?” - Sério mesmo. Então fomo lá. Nesse dia, eu acho que a gente levou umas cem gramas de cocaína.*

*L: É grana...*

*D: Umis oito a dez pessoas, só eu vendi pra ele uma sete, oito lata de merla. Isso a gente ficou de cinco horas da manhã, cinco e meia até oito horas da noite. Tudo que tinha dentro a gente bebeu, tudo, fora a droga, eu paguei pra ele mais de 900 reais, só de bebida, eu não tava preocupado, tava rindo, querendo caçar é mais dinheiro. E isso era de sábado pra domingo, eu falei, “Não agüento mais não” os caras que tava comigo ainda foram sair com a mulherada, ainda foram curtir, eu falei, não agüento mais não. Vou pra minha casa, a gente foi e saiu....Outro dia eu tava aqui na cinco e os caras me chamou pra uma festa: “Ei D, vamo lá pra oito.” E ai a gente tava lá na festa, muita mulher...Sabe aquelas bandejas grandes, o cara tava com uma pedra deste tamanho em cima da bandeja, ai os caras chegavam quem quisesse cheirar era só rapar. Moço, que ignorância era aquela. Ai acabou aquela os caras trouxeram outra do mesmo tamanho. Só via gente caindo pros lados drogado, eu falei, cerveja comendo, a muiezada, que é isso....A pegada dos caras eram fortes, os caras não eram brinquedo não. E só mulher filé, tudo ali do Pacato, já ouviu falar?*

*L: Não.*

*D: Puteiro, entre a três e a quatro, lá só tem filé. Os caras fechavam e levava a mulherada pra lá, era foda. Eu chegava a gastar assim, em torno de uns quatro mil, cinco mil por semana, só no frevo.*

O tráfico é um comércio que se torna mais atrativo em razão da grande possibilidade de lucro, aquilo que os trabalhadores chamam de “dinheiro fácil” que se contrapõe ao dinheiro difícil, ao dinheiro suado, aquele que o pai de família luta diariamente pra conseguir. Essa idéia é um dos atributos mais significativos do tráfico, é

aquilo que permite uma diferenciação identitária local e que reforça os vínculos formados com a mesma galera que frequenta o tráfico.

De fato, o lucro do tráfico de drogas é extraordinário. Para se ter uma idéia, um traficante de merla que fabrica a pasta na sua casa, a situação mais comum do tráfico na Ceilândia, compra a base da cocaína, o resto do resto da cocaína, por oito mil reais o quilo. Para misturar a pasta com os produtos restantes, soda cáustica, fluido de bateria, cal, entre outros, o traficante gasta no máximo mil reais e produz por volta de dez a 15 quilos no final da etapa de processamento. O lucro final do traficante gira em torno de 45 mil a 50 mil reais com a quantidade de droga produzida.

Estes valores de referência são em épocas normais de consumo. No entanto, é comum “os grandes” prenderem a droga em determinados períodos do ano, aquilo que os traficantes chamam de “falta”. Isso faz com que o preço da droga se torne extremamente elevada, valendo até oito vezes a mais do que valor normal. Para se ter uma idéia, a lata de merla custa de quarenta e cinco a cinquenta reais, normalmente, mas nos períodos de “falta” chega a atingir facilmente trezentos reais. Mesmo os traficantes que não produzem diretamente a merla ganham também na compra da droga. Na “falta” se o traficante comprar uma latinha por cem reais, este a “pica”, a divide, e pode ganhar cerca de quinhentos reais por lata.

Com a possibilidade de manejar grandes quantidades de dinheiro, este perde o valor que teria, caso tivesse sido ganho com “trabalho suado”, sendo gasto de forma rápida e desordenada. Poucos traficantes adotam uma perspectiva empresarial, acumulando o dinheiro do tráfico e revertendo-o em imóveis ou lojas de comércio. Geralmente, quem age dessa forma se torna um “traficante forte” que, frequentemente, apesar de manter vários comércios na praça e uma situação estável, ainda continua a traficar, mas agora “sem botar a mão na droga.”

É interessante notar que, talvez para diminuir a concorrência e manter estável o preço das drogas, ou mesmo por um “acaso”, as bocas de fumo da Ceilândia Norte não concorrem entre si; cada uma se especializa na venda de determinados tipos de drogas, o que diminui também os confrontos entre as bocas. Dessa forma, a quadra cinco vende

prioritariamente merla, a quadra sete vende maconha, a quadra oito cocaína, as quadras vinte e dezenove vendem cocaína também, e a quadra treze vende merla e maconha. A quadra tida como mais forte, em termos organizacionais, é a quadra oito, sendo que algumas pessoas falam que naquela quadra moram traficantes que chegam a negociar as drogas em dólar.

### **Faces da guerra**

*L: Me explica a guerra entre a cinco e oito...*

*B: Entre cinco e a oito agora parou, morreu todo mundo da cinco, não agüentou. Agora tá com a guerra entre a cinco e a três, o próprio pessoal da cinco. O negociim é escroto, é esquisito.*

*L: Mas como é que é, a cinco é um conjunto, a guerra é com a boca de lá? Como é que é?*

*B: Cara, aqui tem boca de mais... Quase toda rua tem boca por ai...quase toda rua...O M, o N, o K, o L, o E, o E não, o H, tudo tem boca...*

*L: Ai a galera briga entre si?*

*B: Teve o ano passado... teve uma briga, o próprio pessoal da mesma rua, um tinha uma boca na ponta de cá, o outro na ponta de lá, ai eles brigaram, uns irmãos até morreram. Um desses irmãos deu tiro no cara e teve que mudar daí.*

Guerra é o nome utilizado para descrever os conflitos entre traficantes de uma área X traficantes de outra área, ou entre polícia X traficante. A primeira modalidade de guerra é a que assume maior destaque discursivo, pois a guerra contra a polícia é habitual, já faz parte da estrutura do tráfico. As guerras entre traficantes são lutas por



território e por conquista de uma reputação, algo que permite a boca de fumo crescer e assim gerar lucros. São conflitos sempre coletivos por envolverem grupos de bandidos rivais, mas são acionadas individualmente tendo o caráter de disputa e permitindo que os competidores desse sistema conquistem honras por seus feitos.

Quando começa uma guerra entre bocas de fumo? Quais são os principais fatores envolvidos na guerra? Existe alguma organização hierárquica entre os traficantes? Os donos das bocas respondem a um terceiro? Todas essas eram perguntas feitas no começo da etnografia. Muitas delas foram bem respondidas, outras apenas parcialmente, mas o que percebi é que as guerras funcionam como vendetas, disputas em torno de ofensas recebidas que levam a uma espécie de vingança para se recuperar a honra.

Abaixo segue um exemplo de como esse conflito funciona. Substituo partes do trecho original visando preservar a identidade dos interlocutores, tendo em vista que este conflito ainda não está totalmente finalizado e é amplamente conhecido na região.

Zé tinha uma boca de fumo na quadra II e vendia droga com João, seu compadre. Em uma rua próxima da deles, havia uma outra boca de fumo herdada, passada de pai pra filho, essa boca era comandada por Marcos. Marcos era menor de idade e irresponsável, meio doido. João namorava a irmã de Marcos. Um dia Marcos “folgou”, começou a falar desaforo pra João. João bateu em Marcos que ameaçou matar ele. Quando Zé chegou na sua casa, já à noite, recebeu a notícia que Marcos havia atirado no braço de João. João, angustiado procurou Zé pedindo um revólver, ele falou que só tinha o revólver de boca, não podendo tirar ele da rua, mas que ia levar ele na Estrutural pra comprar as “máquinas”. Depois que comprou as armas, Zé falou: “Pronto, vai lá atrás do cara. Agora você tá bem, vai atrás do cara. Mas não atira no pé do cara não, vai na cabeça pro sangue rolar...”. Aí João vai e fica amigo de Marcos, e ainda “coloca pilha” dizendo que Zé foi que mandou ele matar Marcos.

A partir daí Marcos, “pira”. Ameaça Zé quando este está jogando “golzinho” na rua e atira na frente da casa dele. Um dia chega com mais três comparsas pra “meter bala” em Zé quando este estava tomando cerveja com um cunhado na esquina. Zé e o

cunhando escapam graças a um carro que passava na hora e distraiu a atenção de Marcos, dando tempo para eles correrem. Zé volta pra sua casa, pega a sua arma e fica esperando Marcos na esquina; este não aparece e Zé resolve deixar pra outro dia.

Um dia depois do acontecido, Zé estava passando na rua e encontrou um dos seus grandes amigos, Gustavo, irmão de João. Ele estava querendo deixar o tráfico, “sair da malandragem”, e montou uma barraca de cachorro quente na frente da sua casa. Nesse dia, ele disse para Zé ir lá comer um cachorro mais à noite. Zé chegou na sua casa e logo depois ouviu um barulho, correu pra rua e rapidamente chegou a notícia: um menor mandado por Marcos havia matado Gustavo na frente da casa dele.

Dois dias depois Zé havia arranjado um emprego pra João e tava conversando com ele e a mulher dele, quando chega um conhecido deles, desesperado, da rua de baixo e fala: “ João, o Marcos falou o seguinte... Mandou matar teu irmão e é pra tu ficar ligado que domingo ele veio aqui te matar, mas tu tava no Z. Ele disse que não anda no Z, não, que os caras tem máquina, mas ele falou que vai te pegar também, qualquer dia desses.” Nessa hora, Zé falou: “Ele disse que ia te matar, agora quem vai comprar a bronca sou eu. Vamo apagar o moleque.”

Zé arranja três revolveres. Ele quer pegar o “pé de pano”. Explica ele com uma analogia: “Se o cara tá preso e você vai e toma a mulher do cara, pode preparar que você vai morrer. Não é por causa da mulher não, mas é por causa **da traição**, o cara tá preso, não pode fazer nada e tu vai lá e toma a mulher do cara.” Ou seja, Marcos é considerado “pé de pano” por ter pego na covardia uma pessoa que já estava querendo sair da malandragem, que não podia reagir. Zé junto com seus amigos resolvem montar uma “casinha” pra matar o cara.

Pegou um corcel e pediu para os amigos esperarem com o carro próximo à casa de Zé. Eles estavam em três, sendo que ele disse para um dos amigos dele: “Flávio, ele não te conhece, você chega no cara e escala ele, escala ele. Tu não chega atirando não, escala ele.” Zé seguiu para a esquina, no entanto, Marcos não estava só, estava com quatro mulheres, uma na frente e três atrás dele, e ele só tinha uma faca. Flávio, ao

contrário do que era esperado, já desceu atirando, só que quando Flavio deu os primeiros tiros Marcos foi pra trás de uma das mulheres.

“Agora fudeu” pensou Zé, “Como é que eu vou matar essa mulher, a mulher me conhece....Porra meu !!! Eu já to aqui agora eu não volto não.” Ele e Flávio atiraram em Marcos, alguns tiros pegaram nele, mas eles erraram a maioria. Marcos ficou com seqüelas. Mesmo debilitado prometeu pegar Zé, mas acabou fugindo da região. Zé fez o mesmo, mudando para uma cidade próxima, voltou apenas quando todos os “amigos” de Marcos já haviam morrido. Atualmente, ainda busca Marcos pelas cidades próximas. “Não pode dar as costas pra cobra.”

Até certa medida, este exemplo ilustra uma forma representativa de atuação do mecanismo da guerra. As bocas, pela sua proximidade, são grandes concorrentes; este é o pano de fundo. No entanto, tal proximidade não se torna um empecilho à convivência; o problema começa a surgir quando os relacionamentos entre os representantes da boca começam a se desgastar. O mundo da bandidagem permite que os traficantes utilizem de recursos que em situação normal não utilizariam. Em outros contextos, a desavença seria resolvida na “porrada”. A utilização de armas culminando com a morte reflete a essência da disputa, onde a “ofensa” recebida por parte do traficante tem que ser lavada com sangue <sup>10</sup>.

A primeira ofensa não tem como justificativa o pressuposto da guerra entre as bocas. Zé, tal como João, interpreta a ofensa como um disparate de um “menor” que acha que em função de gozar de impunidade legal pode fazer o que quiser. A coisa se torna complexa quando Marcos atira em João. Entretanto, brigas não levam necessariamente a desencadear o conflito, mas, no momento em que a vida de alguém está em jogo, a regra da rua passa a ser matar ou morrer.

A traição de João, se aliando ao inimigo dele, até o momento, não era percebida como uma grande ofensa por parte de Zé, tendo em vista que a ofensa realizada por

---

<sup>10</sup> Sem dúvida a referência imediata que se pode estabelecer é a Bourdieu in Peristiany (1988), como pontos de disputa em relação a honra.

Marcos, um tiro em João, se configura como a ofensa máxima recebida, pois exigiria uma reparação de honra por parte de João, para que este não se torne um “cagão”. Até o momento, Zé ainda não foi ofendido diretamente, apesar de João ter colocado “pilha” em Marcos. A relação entre Zé e João não está totalmente comprometida, são compadres e amigos.

A ofensa que se configura no real conflito vem quando Marcos ameaça matar Zé e em seguida mata o amigo dele, Gustavo. Isso desencadeia a “casinha” armada por Zé culminando com o tiro recebido por Marcos. João recupera a sua reputação ao participar da “casinha”, sendo uma das pessoas a acertar Marcos. O conflito ainda continua, apesar de ter várias mortes posteriores por parte dos amigos de Marcos, o qual ainda tem a possibilidade de se vingar, pois está vivo. No entanto, dificilmente ele irá voltar para o local, já que além deste conflito direto com Zé, Marcos ainda carrega uma má fama. Ele é “cabrito”, “X9”, ou seja, pessoa que entrega os parceiros de tráfico, e se ele voltar para a região é possível que seja “apagado” por alguma desavença até anterior ao conflito relatado.

Um outro fator essencial para se compreender os conflitos são os boatos. Mexericos, “disse-me-disse”, papos de bar e na boca da esquina, são importantes por representarem a opinião pública, muitas vezes, catalisando o “conflito” de forma mais significativa do que a própria ofensa recebida durante a interação social. Ou seja, é comum bandidos interessados em produzir conflitos para obter ganhos “fazer a caveira de outros”, gerando ofensas que em várias situações nem sequer ocorreram.

Os boatos se tornam mais perigosos quando se relacionam com a dúvida e com o medo, variáveis presentes no dia a dia do tráfico. O medo da traição reflete um instinto de conservação pelo simples fato de que os traficantes sabem o que está em jogo, e caso ocorra algum vacilo, é a sua própria vida. É esse medo que gera o “demônio” do tráfico, ou seja, reflete aspectos de uma vida incerta, perigosa, aonde qualquer deslize é fatal. Esta situação faz com que o traficante tenha que estar atento a todo o tipo de movimentação, tenha que desconfiar de tudo e de todos. É nesse sentido que vida no tráfico é a vida de quem “deve”, a qual se contrapõe à vida de quem trabalha de forma

digna, tendo consciência que ganha pouco, mas com trabalho honesto. A fala abaixo reflete bem essa situação.

*L: Mas assim, de vez em quando não rola vontade de voltar não (voltar para o tráfico), por causa da grana?*

*D: Não, quero nada. Deus me livre, Deus me defenda. É melhor ficar o jeito que tá... é doido. Você colocar a cabeça no travesseiro e ir dormir tranqüilo é bom demais. Ficar com medo da policia invadir o seu barraco, ficar com medo de andar na rua...Viver com medo da polícia te prender, não poder falar em telefone, em celular...Ave Maria, hum é duro.*

*L: Você ficava gelado assim?*

*D: Fica, como é que não fica...*

*L: Direto...*

*D: Oxi, todo dia é aquela ditado, você mata um Golias. Tem que agradecer se o cara consegue passar um dia todo na rua, a polícia é o tempo todo atrás de peão, o tempo todo, se os caras vacilar vai preso mesmo...*

Dessa forma, o medo que persegue a incerteza do tráfico é também ocasionado pela fragmentação das bocas. A guerra, em si, não é uma guerra geral em que uma quadra como um todo se opõe a outra. Na fala dos entrevistados, o traficante é autônomo e depende apenas do trabalho na sua boca, o que significa o não repasse do seu lucro pra ninguém a não ser para aqueles que trabalham com ele em parceria, distribuindo a droga por meio da boca aos “amigos da rua”. Isso faz com que a causa dos conflitos tenha como estopim as relações pessoais, não podendo, o tráfico local, tal como se encontra atualmente, ser considerado como uma organização criminosa complexa e organizada.

Contudo, os “traficantes fortes” existem. Geralmente, são aqueles que prosperaram com o tráfico, o que lhes permitem assumir uma postura menos perigosa, mais impessoal e formando uma estrutura na qual a sua relação direta com a venda não

pode ser percebida. Ao que parece, os “grandes mesmos” estão na etapa de envio da droga para o fornecedor e na sua produção, nunca na rua. Esses “grandes” se apresentam quase como uma entidade abstrata, o que permite uma analogia da droga com o capital, onde o fetiche da mercadoria faz com que o produto se torne um ente desligado das relações de produção. No caso do tráfico, os “grandes” são os deputados, juízes, delegados, pessoas que têm dinheiro e que ganham enormes quantias para fazer com que o tráfico aconteça.

De vez em quando, ao longo da pesquisa, um entrevistado me falava: “Mas vem cá, a polícia tem conhecimento de todas as bocas de fumo, sabe quem as lidera, sabe como e onde dá o flagrante... É claro que bandido esperto não facilita, mas você não acha que se eles realmente tivessem interesse em acabar com o tráfico eles não acabariam?” O que acontece é que os grandes não permitem. Se o tráfico fosse combatido com veemência, eles não iriam ganhar a parte deles. E isso não seria apenas em relação ao produto do tráfico, a droga em si, mas também as outras etapas que fazem com que a droga chegue à rua, principalmente, o dinheiro destinado ao suborno e a extorsão.

## **A família do tráfico**

O tráfico é uma instituição que encontra a sua existência no espaço social da rua. A rua, como foi dito, é a região que se contrapõe ao espaço doméstico, no qual o indivíduo cresce e passa a escolher que projeto de vida pretende ter, bem como a identidade social que melhor satisfaz os seus anseios. Contudo, o tráfico, apesar de ser uma instituição local, para os moradores da comunidade que não estão vinculados direta ou indiretamente a ele, o tráfico é sempre tido como algo negativo.

Nesse sentido, entre as unidades familiares que se vinculam ao mundo do tráfico, podemos operar nossa análise a partir de duas categorias de famílias relacionadas aos

tráfico de duas formas distintas: a família dos viciados e a família dos traficantes. A primeira é aquela cujo tráfico sempre remete a problemas. Geralmente são famílias em que algum filho ou filha é viciado. Nesse caso, a família sofre com as repercussões nocivas que a sustentação do vício acarreta em sua estrutura. Trata-se de crises sucessivas, roubos de todo âmbito para trocar por drogas, afastamento dos amigos, medo e ameaças constante por parte dos traficantes. A fala abaixo é de uma mãe que teve seu filho envolvido com drogas se tornando viciado na adolescência, com 14 anos e deixando a droga com 20 anos de idade.

*Eu enfrentei revolver, enfrentei boca-de-fumo tarde da noite sozinha, sem energia, andando em cada lugar, cada quadra horrível, que não é todo homem que tem coragem de entrar não, era eu e o meu irmão. Às vezes ia sozinha, um pegava a moto ia para um lado, outro pegava a moto e ia para o outro, e eu a pé, né. Eu não tinha um veículo para me deslocar e eu entrava em vários lugares assim perigosos, às vezes tinha tanta gente usando droga e palavrões, imagina o que já escutei. Outra hora a gente conseguia, quando localizava ele, a gente ia e tirava. A minha mãe, uma velhinha ela entrou em boca de fumo e tomou coisas dos traficantes: “Se quiser buscar você vai na delegacia dar queixa.” Então...tem aqueles (traficantes) que tem coragem pra matar e outros não, esses que ela foi que eu fui, que a gente catou roupa...Então...era uma luta constante nossa, procurando, buscando, pedindo muito a Deus, mas nada tocava o meu coração mais do que quando ele chegava e falava: “Eu quero ajuda.”*

Percebe-se claramente nessa fala que a condição de viciado do filho acarretava mobilização de toda a família para tentar de alguma forma amenizar a situação. Com o tempo, o laço do viciado com a família se torna problemático e às vezes até perigoso.

Em vários casos, o viciado acaba por dever ao traficante e, nesse sentido, o perigo chega a bater a porta de casa. Todas as pessoas entrevistadas, cujas famílias tinham algum membro na posição de viciado, relatam que os traficantes vinham bater na porta de casa, chegando a ameaçar as mães caso os filhos não pagassem a dívida.

Fora o perigo, sustentar um vínculo com o viciado como membro de uma família significa sacrificar outros laços.

*Chegou a ponto dele pegar as roupas do filho dele, do filho dele se desesperar porque era uma coisa que ele gostava muito, criança sabe como é que é...Ai foi essa luta, eu não dormia, eu não vivia, eu vegetava, eu não tinha mais....E por causa disso eu abandonei os outros dois que é o Flávio e a Ronilda, abandonei assim...Porque eu não tinha tempo pra cuidar deles, o momentinho que eu tinha de paz, era um momento que eu tava em casa, fechava tudo pra ele não sair.*

Até certa medida, o viciado é visto como um doente no qual a família com diversos sacrifícios busca recuperar. Diante da comunidade, o viciado chega a estar em um patamar inferior ao traficante em termos de prestígio social, pois o traficante ainda produz algum bem estar com o dinheiro que acarreta; já o viciado, apenas gera problemas.

Em outro extremo existem famílias alimentadas diretamente pelo tráfico. Na Ceilândia como um todo, o tráfico de drogas é uma realidade com a qual os moradores convivem desde a fundação da cidade, existindo pais, avós, filhos e netos que participam ativamente nessa esfera. Ou seja, o tráfico para essas famílias é visto como um projeto familiar no quais avós e pais são quem introduzem os jovens às drogas. A fala abaixo é fruto de uma entrevista de duas mães que tiveram seus filhos envolvidos com drogas.

*H: A Márcia estudou comigo e a H. Era uma família de bem, a Lucélia se envolveu na droga porque começou a namorar com esse*



*rapaz e o pai dele já era traficante, então ele começou a mexer com as coisas por causa disso, e nisso mataram esse rapaz e Lucélia continuou no lugar dele vendendo droga, certo dia, a polícia deu batida na casa dela e prendeu ela e tia dela, elas ficaram 4 anos na COMEIA e as filhas sendo criadas pela vó, pela família...*

*S: E as filhas traficando...*

*H: Ai agora que a Lucélia retornou ela não mexe mais, não tá nem ai. Ela fala assim, que todas as privações que ela tá passando na vida é pagando pra Deus, o tanto de adolescentes que ela desviou que ela influenciou e levou para o caminho da droga. Ela fala que tá pagando, entende? Hoje ela tá com duas filhas, uma é a Márcia que presta serviço pra CJC, que foi pra PAPUDA visitar o namorado e levou droga nos órgãos genitais na hora da revista....*

*S: Ai pegaram ela...*

*H: Pegaram, na hora da revista. Ai ela saiu, presta serviço na CJC. Ai, a outra, a mais nova, fez da mesma forma, foi pega do mesmo jeito. Tá na COMEIA e deve tá saindo agora. Agora a Márcia vive no mundo de meu Deus, tá prestando serviço pra CJC, mas vive no mundo de Meu Deus.*

As famílias do tráfico são localmente conhecidas, são emblemáticas e visivelmente “famosas”. Até certa medida, em função do tráfico de drogas constiuir um mundo fulgaz onde seus participantes vivem sob intensa tensão, na medida em que qualquer erro pode levar à prisão ou à morte, as famílias que se aperfeiçoam em traficar e convivem com isso por gerações tendem a alcançar certa prosperidade. Porém, esta realidade não é regra, tendo em vista que algumas famílias cujo pai ou a mãe são iniciados no mundo das drogas em idade avançada (principalmente quando entram no mundo do tráfico como “drogado”) e depois introduzem os filhos, tendem a acabar rápido. Nesses casos a maior parte das mortes se dá por overdose de cocaína.

Contudo, as famílias que alcançam a prosperidade no tráfico conquistam maior riqueza material e assim, são as mais faladas. É o caso de uma vovó do tráfico, quase um mito local. Ela mora na quadra oito e há muitos anos distribui drogas no senado e na câmara dos deputados, principalmente cocaína. Seu filho, acompanhando a mãe, possui clientes no Lago Sul e no Lago Norte que o procuram frequentemente pra comprar maconha. Dizem que na casa dessa família tem de tudo, até piscina, um dos maiores sinônimos de prosperidade local.

Cabe ressaltar que a família é sempre a referência imediata para se opor à esfera do tráfico, o que torna paradoxal a situação moral e identitária das pessoas cujas famílias inteiras fazem parte da instituição. No entanto, a prosperidade material relativiza as percepções locais sobre essas famílias. Aquelas que sabem fazer do tráfico um negócio lucrativo são “espertas”, e mesmo não sendo bem vistas na comunidade, têm certa aceitação social. Já outras em que o tráfico destrói a estrutura familiar, principalmente por meio do vício, rapidamente, a comunidade retoma um discurso religioso onde o tráfico é “ferramenta do diabo” e corrompe até as coisas mais sagradas. Essas famílias “corrompidas” e desestruturadas recebem o apoio das redes de reciprocidade da comunidade, contudo, gozam de um estado de prestígio social que os designa como uma família “doente”.

### **Aspectos morais, o dilema do tráfico**

*L: Mas você não se complicava com isso não? (dar fim aos clientes que ficavam devendo ele)*

*B: Nada, era só saber fazer, porque policia não tem bola de cristal, se ninguém ver, se ninguém contar...A polícia não vai meter a mão ali e ver o que tá acontecendo, entendeu? Polícia só prende os outros por causa que tá conversando, não sei o que, vê...entendeu? Porque se*

*fizer calado, ninguém vê, ninguém sonha, ficar só pra você, morre ali. Agora se você ficar só conversando vai chegar ao ouvido dela, e detalhe, nesse meio, ou você tá dentro dele, ou não tá dentro dele.*

Esta passagem é bem rica em significados, sendo que o ponto de vista que o entrevistado queria enfatizar é dos perigos, medos e desconfianças que são variáveis constantes na vida de um traficante. No entanto, tem que se considerar previamente, a seguinte passagem: *“Nada, era só saber fazer, porque policia não tem bola de cristal, se ninguém ver, se ninguém contar...A polícia não vai meter a mão ali e ver o que tá acontecendo, entendeu?”* Confesso que quando ouvi essa frase, no meio da entrevista a associação, que me veio a cabeça foi a da famosa obra de Dostoiévski, Crime e Castigo.

No livro, o personagem principal Ródia encontra-se em uma situação financeira difícil e depois de ponderar bastante, planeja o crime perfeito: um assassinato seguido de roubo de uma senhora que empresta dinheiro a juros. Considera todos os pormenores friamente e acaba realizando o latrocínio da senhora bem como de uma amiga que apareceu repentinamente quando este estava na casa da vítima. No livro, apesar de ter deixado poucas evidências materiais que o ligassem ao assassinato, a sua atitude mental de culpa e a atitude inquisitiva do detetive faz com que ele confesse o latrocínio e seja preso, encontrando consolo através da doce Sônia.

O que me permite associar Ródia com os traficantes locais são as características sociais em que se encontram (necessidades materiais) e os dilemas morais que ambos enfrentam de acordo com o contexto em que vivem. Porque optar pela ilicitude? Como os atos dos traficantes repercutem na formação do seu ego e o que isto implica na identidade social? O que os sujeitos pensam sobre as suas ações? Enfim, o que é moral?

De imediato, a associação entre Ródia e os traficantes implica uma elaboração mental intuitiva, mas que busca entender a moralidade das ações dos sujeitos com os quais dialoguei a pesquisa. A pergunta chave que emerge nas várias situações que enfrentavam remetia à própria condição humana: o que leva uma pessoa a considerar a vida da outra de forma tão leviana? Nesse sentido, talvez ao formular tal questão esteja

agindo como um agente moral que, tal como os traficantes, possui uma identidade social em que considerações desse tipo são importantes e que refletem a moral como um algo construído socialmente, mas internalizado nos indivíduos, inclusive no próprio pesquisador, a partir de seus paradoxos e dilemas, independente do meio social em que os agentes morais foram socializados.

No entanto, o trabalho aqui apresentado não busca entender a moral apenas como construto que encontra plausibilidade como justificção de determinado juízo individual. Considerar a moral como constituída apenas por diferentes condições subjetivas, psicológicas, históricas e socioeconômicas dos sujeitos é dar um caráter pessoal e psicologizante à moral, encerrando-a apenas nas exigências do Ego, algo que retiraria o caráter compartilhado dos juízos morais, fazendo com que ela perdesse o que possui de mais significativo, os julgamentos de valores sobre as ações de outros e exigência da adequação social aos preceitos estabelecidos por ela. Dessa maneira, não caberia um entendimento do porque do outro agir, já que a justificativa e o entendimento dela estaria contido no sujeito, anulando a caráter recíproco da moral, um dos fundamentos da reflexão que desenvolvo aqui.

O caso citado no começo desta seção, como todos os outros que foram expostos ao longo deste capítulo, formam uma espécie de compêndio onde estão reunidas formas de pensar e agir no mundo, as quais são significadas localmente pelos atores. O que me intrigou durante todo o trabalho de campo foi a reflexão sobre os juízos morais e éticos utilizados pelos autores em suas justificções discursivas. Dessa forma, nas linhas que seguem, busco compreender tais juízos por meio da interseção entre a antropologia e a filosofia, envolvendo a noção de moralidade e ética, sendo que tal seção apresenta também as conclusões desse capítulo, conectando-o diretamente com o seguinte.

Faço assim, um percurso teórico que busca analisar não apenas o caráter obrigatório das normas (Mauss 1981, Gluckman 1967), mas essencialmente, como os indivíduos justificam suas ações. Nesse sentido, não ignoro as proposições da Ética Discursiva como uma ferramenta reflexiva para abordar o universo empírico em alguns casos mais interessantes do que as noções de moralidade propriamente dita, que, devido

às obras chaves de Kant, remetem a uma racionalidade transcendental como fundamentação, fugindo do universo das relações concretas entre os sujeitos (apud L. Cardoso de Oliveira 1996).

No entanto, a noção de moralidade não está exclusivamente contida em Kant; várias noções foram desenvolvidas por linhas filosóficas posteriores ao autor onde a distinção entre uma esfera normativa<sup>11</sup> e outra valorativa, baseada no “bom viver” de Aristóteles e problematizada por Heidegger, se tornam nebulosas (apud L. Cardoso de Oliveira 1996 105:109).

O empreendimento contido nessa seção, por ser baseado na etnografia, toma como objeto de análise privilegiado os atos de fala dos sujeitos, partindo do pressuposto que, tal como propõe Austin (1962), as palavras não só podem ser referências, mas também fazem coisas por meio de seu pronunciamento. Ou seja, por mais que o discurso dos traficantes tenha uma força assertórica que enfraquece a possibilidade de validação, suas proposições normativas são também ações comunicativas que explicam como os sujeitos agem sendo algo basilar para entender como os indivíduos pensam suas ações.

Ao longo desta seção faço um percurso no qual a divisão entre norma e valor, ética e moralidade, dever e ser, não são rígidas. Tal flexibilidade se torna necessária na busca pela interpretação adequada dos dados etnográficos, algo que possibilitaria uma melhor compreensão das dinâmicas sociais que acompanham o tráfico, de forma a não restringir o escopo analítico, ou seja, possibilitaria a construção de um conhecimento hermenêutico, essencialmente reflexivo.

Em primeiro lugar, cabe observar alguns aspectos da moralidade que permitem entendê-la como algo imperativo. Retomo assim a discussão sobre fato moral em Durkheim (1999) no qual o autor sugere que a moral produz um sentimento de coerção, internalizado pelos indivíduos através das instituições sociais que imprimem regras de condutas e nos orientam a agir. Ou seja, a moral seria algo formado socialmente e que

---

<sup>11</sup> Alvo da Ética Discursiva formulada por Apel e Habermas.

implicaria, pela “letra”, deveres, cuja violação acarretaria em um envolvimento coletivo de repreensão.

Dessa forma, independente do substrato cultural da sociedade ao qual o sujeito se relaciona, a moral seria a expressão da própria sociedade, possuindo um caráter total e imprimindo a sua força sobre os sujeitos.

“Ela não está inteiramente fora de nós: ela está também em nós. Ela não é verdadeiramente real e viva a não ser nas consciências particulares. Ela está em nós e fora de nós. Ela é a melhor parte de nós mesmos. Tudo aquilo que em nós existe de verdadeiramente humano nos vêm da sociedade, tudo o que constitui nossa consciência enquanto homens nos vêm dela” (Durkheim 1992, p. 619, apud Weiss 2007).

Segundo Tugendhat (1997), a coerção imprimida sobre os sujeitos tenderia a se manifestar não só de forma racional, pela “letra”, mas por componentes emocionais, aquilo que o autor denomina *afeto moral*. Esse sentimento, apesar de fazer referência a objetos predicativos distintos, hierarquizado por meio das diferentes culturas, possui uma essência comum, sendo fator decisivo no processo de escolha dos conjuntos morais a que gostaríamos de pertencer. É interessante notar que essa essência é o que nos permite constatar que apesar da existência de múltiplas moralidades, como conjuntos normativos que possuem um sentido local, é necessário considerar a relação entre esses conjuntos. Dessa forma, aquilo que poderia ser considerado justo é aquilo que faz sentido dentro de uma moralidade, aquilo estabelecido por uma ordem normativa compartilhada, à qual os indivíduos estejam submetidos reciprocamente. A ordem moral é a expressão da sociedade e cada indivíduo estaria nela inserido, sendo ao mesmo tempo, origem da norma e objeto dela. Ou seja, se um indivíduo fere a sua própria regra, ele fere as regras coletivas.

Entretanto, conjuntos normativos só são validos se o indivíduo for membro de uma comunidade moral. Se seu ego é estruturado de forma que as normas são ao mesmo tempo dele e da própria sociedade, significa que as normas do conjunto se encontram justificadas para todos que a compartilham. É um sistema social cuja vigência conta com a aceitação dos participantes, que difere do sistema normativo mantido pela forças, no qual uma pessoa promulga as ordens a uma outra que obedece, o que faz com que seja um sistema que tenha sentido localmente e se contraponha àquele sistema normativo cunhado apenas a partir de leis externas. Ou seja, formam-se conjuntos no qual cada sistema normativo possui coerência própria, mas ao mesmo tempo se liga a outros sistemas através de pontos de intersecção possuindo o seu caráter orientado a partir da identidade social que o indivíduo aciona no contexto em que se insere.

Pensando na lógica local e seguindo os pressupostos da operacionalização desses conjuntos normativos, nota-se que a equidade é a condição necessária para que o compartilhamento de um conjunto não se torne um fardo para o indivíduo. O que implicaria que a iniquidade consistiria na idéia de preservar um sistema em que não é totalmente justo a partir de uma referência individual, como o sistema penal que ilegaliza o tráfico, fazendo com que os policiais tornem-se “bandidos” por atentarem contra a comunidade moral local ao agirem contra a instituição do tráfico. A adesão ao sistema é a adesão a um conjunto social composto por relações sociais, o que não implica anulação do desejo individual de que o sistema fosse tão iníquo a seu favor quanto possível; e, se ao final produzisse certa equidade, seria o resultado da negociação com os outros <sup>12</sup>.

Tal princípio lembra as proposições de Rawls sobre a justiça. Ou seja, “a justiça como equidade para o autor reflete um contrato social no qual os atores escolhem, por

---

<sup>12</sup> Algo que remete à formulação de Habermas e Apel que acreditam na tese universalização da ética, na medida em que o jogo normativo se dá pela adesão e pela própria fundamentação discursiva da norma em si, que envolve proposições pragmáticas-transcendentes que não podem ser contraditas em termos performativos por envolver uma incoerência lógico formal. Entre estas incoerências destaca-se a contestação da própria existência do sujeito que, caso colocada em dúvida, estaria refutando o próprio ato de fala (L Cardoso de Oliveira, 1996).

meio de uma ação conjunta, os princípios que devem atribuir os direitos e deveres básicos e determinar a divisão de benefícios sociais.” (Rawls 1972: 11) Sendo a estrutura “básica da sociedade” concebida pelo autor regulada pelos princípios de justiça, promove uma distribuição de bens primários no qual cada um tem os seus interesses, pelo menos como agentes racionais tentando assegurar os meios necessários para atingir seus fins. Esses bens encontram-se de forma escassa, o que faz com que os indivíduos percebam tal diferença que é posta pela condição de nascimento e busquem acumulá-lo. Assim, seguindo a lógica desse sistema, uma pessoa acumula duas posições relevantes, a cidadania e a estratificação social.

Destaca-se, nas formulações de Rawls, a articulação de duas teorias distintas na sua teoria de equidade, ou seja, a da bondade e da racionalidade. A teoria da justiça deve ser independente do conflito de interpretações a respeito do que é bom para seres humanos. Essa separação deontológica significa para a justiça como equidade, a redução do conceito de racionalidade à racionalidade econômica, da utilização dos meios para se alcançar um fim e da redução correspondente dos planos da vida e do bem para meras “propensões e inclinações”.

Cada indivíduo tem que ter, em primeiro lugar, uma razão para entrar em uma comunidade moral e nesse primeiro passo só uma utilidade para ele pode contar. Tal como foi abordado ao longo deste capítulo, esta escolha é baseada em várias justificativas, formadas por projetos individuais que encontram a sua limitação dentro da gama de possibilidades que o meio social propicia. No entanto, quando se faz parte de uma comunidade moral, a distinção da autonomia coletiva e individual, baseada simplesmente no caráter humano que os juízos morais contêm, implica uma relação de equilíbrio à qual as exigências que cada um impõe para os outros é a exigência sob a qual ele mesmo se quer ver. Algo que estaria fora da teoria da Rawls na medida em que o desequilíbrio de recursos seria inerente ao sistema, ou seja, consideraria várias moralidades dentro de uma comunidade, ou talvez a legitimação de posturas imorais centradas no indivíduo egoísta que apenas busca satisfazer seus interesses subordinando a comunidade moral a um princípio utilitário.



Assim, quando um indivíduo escolhe determinado conjunto moral, escolhe também determinado corpo social, estabelecendo vínculos sociais nos quais as exigências morais passam a ter caráter recíproco, compondo uma moralidade. Da mesma forma, a adesão a uma moralidade pode possibilitar diferenciação entre aqueles onde seria legítimo ter considerações morais e aqueles onde não seria legítimo tê-las. Essa seria uma noção chave para entender a razão pela qual os traficantes “consideram” apenas aqueles que participam desse universo como sujeitos morais dignos de alguma relevância. Sendo assim, os outros (clientes, playboys, traficantes folgados ou policiais) seriam pessoas de fora do seu conjunto normativo, algo que permite desconsiderá-los moralmente e assim encontrar justificativa para ações violentas.

Enfim, trata-se de explicar a moralidade por meio do imperativo da socialização, tal como sugere Tugendhat (1997). Ou seja, para o autor, boa parte da socialização dos jovens baseia-se em ser bom e isso constitui um fundamento para suas identidades, o que implica que esses atributos sejam relacionais e esvaziados de conteúdo, algo que permite que o jovem dentro do escopo de identidades sociais passível de encontrar justificativa moral para aderir à identidade de traficante.

Fundamentação semelhante foi sugerida por Habermas (L. Cardoso de Oliveira 1996 105:142) na qual o autor afirma que toda interação intersubjetiva supõe processos de socialização entre membros da mesma comunidade. A dependência destes processos produz uma insegurança crônica em relação à identidade dos sujeitos, fazendo com que a moralidade venha atuar exatamente sobre essa insegurança. Essa atuação consiste na possibilidade de enfatizar a inviolabilidade do indivíduo por meio da postulação ao respeito igual pela dignidade de todos e à proteção da rede de relações intersubjetivas de reconhecimento mútuo através dos quais os indivíduos sobrevivem como membros da comunidade. Esse processo sugere, dessa forma, a necessidade dos pressupostos da justiça (igualdade e respeito aos direitos) e da solidariedade (empatia e benevolência para o bem estar do próximo) (L. Cardoso de Oliveira 2004).

Os dados de campo indicam que a moralidade se encontra impressa (mas também se imprime) no indivíduo por meio do processo de socialização, sendo a

identidade social uma das expressões dessa moralidade. Esse sistema moral tem um sentido e hierarquiza valores definindo identidades que são mais ou menos prestigiadas segundo os seus pressupostos. Essa comunidade moral vem a definir o conteúdo para o jovem do que é ser “bom”, algo que pode ser exemplificado no tráfico quando percebe que “bom” é o traficante forte, aquele que tem reputação. Logo, as normas que orientam as ações dos atores podem fixar o que é ser “bom”, sendo que tal fixação implica uma internalização da sua sanção, sendo que aquilo que é “mau” seria representado por meio do sentimento de vergonha. Aquilo que é “bom” se torna, nesse sentido, produzido pela comunidade moral que o significa através de suas vontades e interesses, e fornece o princípio identitário do “bom” ator social.

No tráfico, a sua moralidade dota a identidade social do traficante de atributos valorativos, delegando a noção de autonomia frente às outras moralidades. A moralidade do tráfico cria uma justiça local e o traficante delega a si mesmo um sentimento de superioridade, de privilégio, algo que se materializa pela indexação do porte de arma, instrumento de diferenciação social por natureza. Talvez esse seja um dos fundamentos mais fortes da moral do traficante, que, ao mesmo tempo, encontra o seu avesso na moral do Estado, representada pela identidade social do policial.

Nesse sentido, a violência encontra justificativa na desconsideração pelas pessoas que não pertencem a essa comunidade, mas não de forma absoluta, pois os traficantes percebem a contradição desta postura ao exigir respeito a outros atores sociais, como por exemplo, a polícia, os políticos e os playboys. Agindo dessa forma, justificam suas ações fazendo referência ao respeito à condição humana que estabelece de maneira radical uma igualdade entre todos os seres humanos vivos, algo evidenciado quando os traficantes, bem como os moradores, falam da degradação que o vício acarreta, principalmente por meio da doença e da violabilidade do corpo <sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> É interessante notar que tais desconsiderações identitárias que justificam tratar desrespeitosamente o outro que não faz parte da sua comunidade moral, mas ao mesmo tempo exige para si reconhecimento daquele que agride, lembra a noção de ofensa moral tal como desenvolvida por L. Roberto Cardoso (2002). O autor, ao falar sobre a política de reconhecimento a luz do filósofo Charles Taylor, analisa nos EUA, Canadá e Brasil as diferentes percepções dos sujeitos advindas de situações conflituosas e define “a

Reconhecem que existem outras moralidades, mas agem e justificam a sua conduta por meio da moralidade que produz a sua identidade social. Dessa forma, interpretam as outras identidades sociais a partir de sua lógica moral, agindo de maneira a sustentá-la quando ameaçada. Sendo assim, a possibilidade de obter coisas muitas que fazem falta em função da situação social em que vivem justifica a conduta do traficante. Ou seja, o nascimento que perpetua a igualdade da condição humana acaba por diferenciá-los socialmente, o que reforça a construção de mecanismos seguros que permitem uma reação a essa diferenciação. Os traficantes utilizam a desconsideração para com os outros como uma forma de se considerarem privilegiados por meio do tráfico, o que também possibilita a estes terem acesso ao dinheiro, algo que alivia a sua condição humana, na medida em que existe a possibilidade de satisfação das necessidades materiais, sexuais e afetivas, bem como de angariar mais prestígio social.

Tomar tal caminho, percebido por eles como o “caminho do mau”, na medida em que existe o imperativo do “bom”, ou seja, do respeito e reciprocidade pelos outros, não é percebido como algo natural, é antes, uma escolha do indivíduo. Não se pode pensar que o indivíduo que está inserido no tráfico seja um desviante, apesar da sua escolha moral. Nesse sentido, moralmente falando, aquele evangélico que busca a religião para se sentir como predestinado a encontrar o paraíso, não é diferente do traficante que utiliza das armas e do dinheiro para se diferenciar. Trata-se de buscar uma justificativa moral para se diferenciar e assim diferenciar o outro, buscando o prestígio ou o reconhecimento social a partir do prisma que o conjunto moral produz.

Os desviantes seriam indivíduos assim classificados pelo mundo do tráfico que sofreram a mesma socialização, mas que optam por continuar pertencendo a tal mundo, agindo de forma contraditória às normas estabelecidas. O caso abaixo ilustra bem esta condição. O traficante que mata sem motivo é “psicopata”, “doido”, bandido que age sem medir o perigo de suas condutas. Por conseguinte, aqueles que estão iniciando no

---

*desconsideração*, ou os atos de *desconsideração*, como o reverso do reconhecimento, [...] falar de *desconsideração*, ao invés de falta de reconhecimento, para marcar o insulto moral que se apresenta quando a identidade do interlocutor, por vezes de maneira incisiva, não é indubitavelmente reconhecida” (p. 118).

mundo do tráfico, que têm uma ambição maior, pouco “juízo” na cabeça, e ainda não apreenderam de forma completa as regras do jogo, são justamente aqueles propensos a agirem de forma mais violenta, podendo prejudicar não apenas a si mesmos como também toda a estrutura em que estão inseridos. De forma geral, todos os entrevistados afirmam que o perigo não está naquele traficante “das antigas”, que tem sua clientela e sabe mexer com o negócio, mas nas crianças e adolescentes, nos menores de idade, que não possuem um senso mais apurado de funcionamento do mundo e são amparados pela impunidade criminal e pelo Estatuto do Jovem e Adolescente. São os menores de idade que não sabem distinguir o que é certo do que é errado, avaliando como única verdade aquilo que aprendem com o tráfico.

*D: Hoje o Zé Cabeça é de maior, o Zé Cabeça acho que passou uns quatro anos preso, lá no CAJE, saia e voltava, saia e voltava... não tava nem ai, nem ai pra nada, pensa em um nego ruim. Ruim, mas é ruim, eu nunca conheci um cara ruim como ele de menor na minha vida não, nunca vi não. Nunca vi, nunca vi de menor não. Ruim, ruim demais, ruim demais. Eu olhava assim, o que, que é isso, como o cara faz isso, teve uma vez que ele matou foi dois policiais, dois polícia civil. Rapaz a policia fechou de helicóptero a cinco atrás dele, ele pulando telhado, a policia atirando. A policia fechou a cinco só atrás dele, só atrás dele....*

*L: Ele ainda saiu de boa?*

*D: O cabra é ruim moço, to te falando, depois desse dia que ele fechou a cinco, tava lá bebendo e ele chegou, ele e o dono da boate Houston, agora acabou a boate. Mas os donos dessas boates são todos bandidos, só traficante...Piaco, da 17, é dono da ilha, maior traficante de pó, cadê ele, a policia só vive na área... Ai ele chegou, tava bebendo entre a 3 e a 5 ali e ele chega, muito doido... “E ai B vamos cheirar?” Eu falei, ih cara, eu parei com isso. Ai ele pegou, então eu vou cheirar, ele e o dono da boate...ai cheirando e ele com*

*um oitão aqui em cima. Ai veio um cara, e eu acho que ele não sabia dirigir, o cara veio na contramão aqui da cinco e foi subir pelo meio da três, só que quando o cara virou a belina ele cantou o cavalo de pau, pra que o cara fez aquilo moço? Moço ele puxou o revolver e começou a meter bala no cara. Nunca viu o cara na vida, mas meteu bala no cara...Quando começou a meter bala no cara, eu falei eu vou embora daqui, não vou ficar aqui nada, tu é doido é...”Ei B, pera ai...” Eu falei: - Pera ai? Meu amigo... Montei na minha Kombi e dei no pina, matou o cara de graça....*

*L: Matou?*

*D: De graça, nunca vi aquilo na minha vida não... “Que nada, o cara fica vacilando” Ai passou pouco tempo depois ele foi preso, pegaram ele com uma arma aqui na cinco e ele foi preso, passou uns três meses só. Ai ele voltou, nos tava ali na cinco...nos temos um time ali na cinco, a gente tinha ganhado o jogo e tava bebendo, ai ele chega... Ai eu ia comprar cerveja, eu tava de moto... Ai ele falou: “Ei B, deixa eu ir contigo...” Eu falei - Tu é doido, eu não ando contigo de moto não neguinho. Ai um chegou meu pegou e foi, moço quando o cara chega na esquina do conjunto G começa a dar tiro pra cima, ai a polícia vem e prende ele de novo.*

*L: Do nada começa a dar tiro?*

*D: Tava muito doido moço, toma Rupinol e fica doido, tá preso de novo*

A percepção da ofensa moral assume atributos relacionais de acordo com a instituição na qual o indivíduo se insere. É a instituição que dita os conteúdos simbólicos das identidades a ela articuladas; logo, é a instituição que define que tipo de ofensa agride o seu corpo ideológico. Dessa forma, em alguma medida, a ofensa moral como desvalorização identitária implica uma valorização da identidade social da pessoa que ofende, principalmente quando a instituição a que se refere é o tráfico. Logo, classificar

as pessoas como “cabrito” ou “cagão”, acaba sendo uma ofensa de proporções tão significativas naquele meio quanto xingar um evangélico de “mundano” ou “pecador”. Ao mesmo tempo, a tentativa de restituição identitária tem que reverberar com o corpo ideológico da instituição, não podendo ser algo imoral tal como a ofensa recebida. Ao contrário, a restituição tem que ser racionalmente explicada dentro do conjunto. Diante disso, matar um outro traficante é algo imoral, contudo, matar um traficante em função de ter sido ofendido, é algo racionalmente explicável à luz do conjunto moral e perfeitamente compreensível.

Ironicamente, o traficante ao invés de agir de forma recíproca e considerar moralmente o outro por meio daquilo que o torna igual, a possibilidade de escolhas de diferentes moralidades que refletem a sociedade em que vivem, tenta obter apenas aquilo que sente falta pela desconsideração do outro. É interessante notar que, nesse sentido, a valorização de uma pretensa igualdade se torna até mais significativo do que a própria vingança. Dessa forma, a tentativa de restauração da identidade através da disputa, do duelo, no qual a situação de ambos os adversários seriam iguais no risco que ambos enfrentam, é algo notoriamente moral.

Ser moral (no sentido atribuído à dignidade) é sempre uma escolha, uma opção dentro do universo social. No entanto, ao que parece, escolher ser moral e ter consideração pelo outro acaba sendo um vetor, contrário à própria sociedade. Fazer essa escolha significa que a moralidade se tornaria uma espécie de “abrir mão”, de recuar um pouco nesse apelo pela realização de vida. Ser moral seria considerar também “um pouco” aqueles que estão fora do tráfico que não tem nada a ver com a sua opção de vida, seria ouvir a mãe que apela para o filho para parar de traficar, seria não roubar dos vizinhos pra compensar as dívidas do tráfico, seria respeitar aqueles que diferente deles e que resolvem ganhar a vida de forma digna trabalhando. Seria, até mesmo, compreender e respeitar a polícia.

Há sempre um momento facultativo no qual o ser humano “decide” (dentro de seus limites socioculturais) se quer assumir-se ou não como pertencente a uma ordem social de recompensas e punições e assim escolher se diferenciar do outro. Acredito que

essa escolha seja contínua e é neste instante em que percebo a possibilidade de existência de qualquer moralidade, pois é nos momentos de escolha que o indivíduo reflete sobre as instituições analisando o conjunto moral que lhe trará maiores benefícios. Ou seja, a todo o momento o indivíduo está sujeito a ser inserido em determinada instituição social, o que implica agir moralmente de acordo com os preceitos estabelecidos por essa instituição de forma que o indivíduo sofra um processo de socialização distinto e adequado para se relacionar a partir de um prisma institucional. A simples fuga institucional, sem “quebrar o contrato social” faz com que se crie desviantes, algo que não impede, no entanto, que o indivíduo faça parte de várias comunidades morais dotadas de conteúdos específicos, supondo várias identidades sociais, sendo que o único ponto comum seria a consideração e desconsideração em relação aos outros, presentes em todas as comunidades morais. Apesar disso, existem pontos de interseção entre os conjuntos de moralidade que permitem a comunicação desses conjuntos bem como a sua troca de conteúdos. A fala abaixo ilustra como um ex-trafficante justifica a sua entrada para o mundo do tráfico.

*É o seguinte cara, eu fiz isso porque eu quis, eu entrei porque eu quis. Necessidade, foi...Tinha um pouquinho, mas pô....Se quisesse trabalhar...Eu sempre trabalhei de orelha seca, há três anos atrás que eu apreendi a profissão, de ser montador de moveis, quando eu apreendi a profissão...Trabalhava de oreia seca, vigiando carro, ajudante de pintor, eu não sei pintar um carro, mas eu sei preparar um carro. Meu padrinho me ensinou...Por dia eu, por dia (no tráfico) eu ganhava nada, nada 600, 700 não tinha frescurinha não... Isso pra não vender nada, pra não vender nada, eu ganhava muito dinheiro...Então, quer dizer, é muito dinheiro que rola.*

A reflexividade sobre as escolhas realizadas, leva-nos a considerar aspectos da consciência moral. Ao que parece, esta funciona como uma instância de fundamentação

interna da moral e que dota o sistema de capacidade de mudança. Isso significa que qualquer que seja a moral que adotarmos e o tipo de “consciência moral” que constituirmos socialmente, haverá uma consciência moral reagindo aos preceitos da socialização, localizada na integridade do ego que gerência as diversas identidades sociais, bem como avalia as suas escolhas (R. Cardoso de Oliveira 2006).

Esta resistência se manifesta especialmente na capacidade de escolha do indivíduo. Ou seja, escolher se diferenciar dos outros a partir de uma instituição é escolher pertencer a determinado grupo ou comunidade, desconsiderando, em alguma medida, o outro que não pertence a esta instituição, o que significa um agir moral relacional, onde a moralidade é justificável em um corpo social local e limitado.

De forma resumida, podemos pensar que os preceitos morais que baseiam as ações sociais relacionadas ao tráfico, são baseados nos pontos que se seguem. O tráfico como instituição promove uma socialização que forma e é formada pelos sujeitos, constituindo um tipo de moralidade exclusivista, que produz identidades sociais e permite considerar ou desconsiderar as pessoas que não fazem parte da instituição. No entanto, a condição social da moral, que produz a coerção do sistema na forma de “letra”, também produz o espírito....

Mas sob a letra há o espírito que o anima; há os laços de todo tipo que ligam o indivíduo ao grupo de que ele faz parte e a tudo o que interessa ao grupo; há todos os sentimentos sociais, todas as aspirações coletivas, as tradições a que se têm apego e respeito, que dão um sentido e uma vida à regra, que anima a maneira pela qual ela é aplicada aos indivíduos (Durkheim 2002: 40).

Ligando-se à condição humana de terminalidade, a certeza da mortalidade e dos perigos que envolvem a vida implica em uma moralidade recíproca na busca por aliviar os “sofrimentos” e legitimar a busca pelo “prazer”. Ou seja, apesar de limitada, a condição humana, tal como pensava Heidegger, possibilita preservar os laços sociais, no



qual a família do tráfico, por exemplo, significa identificar a que entes humanos se dirige o “esquema” a que é submetido. Uma espécie de estrutura motivacional-teleológica circular, em que as coisas intramundanas, nós mesmos e os outros estamos sempre necessariamente incluídos. Ou seja, exige-se executar um movimento circular: partindo do ponto de aplicação, chega ao a-fim-de-quem e, no caminho de regresso, retornar do a-fim-de-quem ao ponto inicial. Ou seja, ainda sim está presente uma moralidade que por meio da reflexividade dos sujeitos em considerar e avaliar os diferentes conteúdos morais apreendidos nas diferentes socializações institucionais permite perceber que a reciprocidade é uma postura racional e assim optar por ela. Tal noção de reciprocidade possui o seu substrato na moral que movimento dádivo produz, refletindo e possibilitando a própria existência da sociedade em si, como postulava Durkheim, pois um ator pode optar por fazer parte de uma instituição ou moralidade específica, mas não pode optar por não fazer parte de nenhuma comunidade.

## Capítulo II – Política

All of us are identifiable as being of another  
kind, to one or another degree, both  
enduringly and momentarily.  
(Michael Silverstein  
p.11 2003)

## A política das identidades

Se o tráfico é o principal elemento para entender o estabelecimento de redes sociais e moralidades, a partir do processo de socialização, dando um caráter local às identidades sociais imprimidas no bojo do substrato cultural da região, a política era a esfera de valor, a instituição<sup>14</sup> que assume destaque por extrapolar o nível local e permitir um reconhecimento a nível estatal.

Nas casas dos moradores, famílias cujo tráfico não é um projeto coletivo se reuniam por meio de igrejas e instituições de natureza humanitária ou religiosa. A Casa de Justiça e Cidadania, CJC, ou simplesmente Casa,<sup>15</sup> é uma dessas instituições. Este capítulo busca entender a dinâmica da CJC e o reflexo de suas ações na esfera pública e privada da comunidade. Ao longo das páginas que seguem, trato da organização política interna do grupo e elucido quais os mecanismos de funcionamento e sustentação das diversas identidades sociais e qual é o papel da moralidade nesse contexto.

A CJC foi a porta que me permitiu acesso à comunidade. Comunidade aqui entendida como um complexo de relacionamentos que conecta várias pessoas de uma determinada região por meio de redes sociais cuja formação está relacionada a processos de socialização semelhantes, ligadas a mecanismos de sociabilidade formados institucionalmente, como o tráfico e as igrejas. Na região, ser vizinho de alguém é, por si só, estar exposto à sociabilidade que a rua promove. Contudo, estar na rua não significa pertencer a um local determinado, sendo que a interação e o tempo são os principais atributos que permitem o reconhecimento coletivo e a sustentação de identidades sociais dentro da comunidade.

Como o meu acesso foi via institucional, não precisei morar na localidade etnografada para participar da comunidade. Trabalhando na CJC, conheci a comunidade

---

<sup>14</sup> A instituição no sentido adotado por Douglas, 1986.

<sup>15</sup> Utilizo ao longo do texto mais a denominação de Casa para se referir a CJC por ser a forma no qual a comunidade se referia a ela.

e fiquei conhecido por ela. Desde o primeiro dia percebi que a minha participação estaria condicionada ao tipo de classificação que a comunidade imprimiria sobre a minha pessoa. Esta classificação interacional é, em menor ou maior grau, um atributo compartilhado por todos os moradores (algo que mais nítido no tráfico de drogas em função da periculosidade que envolve os relacionamentos). É uma forma de garantir a homogeneidade do grupo, ao mesmo tempo que funciona como mecanismo de preservação da integridade moral e física dos moradores contra agentes externos que podem trazer prejuízos para a comunidade.

Tais agentes prejudiciais, por incrível que pareça, estão locados no Estado, principalmente, policiais e políticos. Os primeiros, como foi apresentando no capítulo anterior, combatem o tráfico de forma violenta, estando presentes quando os conflitos locais atingem grandes proporções. Pela atuação policial, moradores da comunidade que não fazem parte da guerra do tráfico são vinculados a ela, tornando-se informantes, vítimas ou cúmplices. As investigações, os interrogatórios e também os tiroteios, envolvem um grande conjunto de pessoas, se inserindo em diversos círculos familiares que mantêm alguma relação com os traficantes. São familiares, amigos, conhecidos dos traficantes, moradores; todos passam a fazer parte do conflito. Em termos de representações sociais, não só local como de toda cidade, o medo coletivo se articula e dá contorno ao substrato simbólico do tráfico. Trata-se do medo de sofrer violência policial, sempre capitalizada pelos traficantes na forma de boatos que alimentam a opinião pública através de histórias de violência policial intensa sofrida por eles e por conhecidos<sup>16</sup>.

Já os políticos, segundo os moradores, são os aproveitadores, aqueles que sempre vão para a comunidade com alguma intenção. São tidos como verdadeiros atores que já fazem parte da organização social da comunidade. São deputados, secretários de

---

<sup>16</sup> Não raro, conversando com os moradores da comunidade, ouvia histórias da polícia “apagando” bandido utilizando tortura, ou de outros métodos não convencionais. Uma que ouvi com maior recorrência, cerca de três vezes, foi “acordar com formiga na boca”. Uma história que falava sobre uma surra que deixava a pessoa em carne viva e a depois os policiais a amarrava em um formigueiro. É interessante notar que nessa história, como em várias outras, o bandido morria e ninguém nunca encontrava o corpo.

governos, assessores parlamentares, representantes de partidos político, governadores, senadores, enfim, todo um corpo de políticos profissionais que dialoga frequentemente com a comunidade por meio de discursos públicos ou por um verdadeiro aliciamento das lideranças que guardam alguma legitimidade local.

Os políticos oferecem tudo aquilo que é possível. Saúde para as famílias, educação de qualidade para os filhos, combate ao tráfico, empregos, programas assistenciais, capacitação profissional, e, principalmente, esperança de uma vida melhor para todos. As promessas são tão corriqueiras que acabam se banalizando no dia-a-dia da comunidade, e é bastante comum encontrar um político discursando por meio de reuniões organizadas pelas instituições locais, ou fazendo “política de cara”, que consiste em visitas a alguns moradores da localidade. Não obstante, o que importa localmente não é a fala, mas ações. Os moradores sabem que aquilo que os políticos querem é o voto, sendo que para conquistá-lo, o produto a ser barganhado tem que ser muito bom.

A política estava, dessa forma, presente em todos os momentos. Eu não era apenas um antropólogo fazendo pesquisa, era um ator político também. Ingênuo, quando comecei a trabalhar na Casa, achava que a minha inserção na comunidade seria dada apenas pelos benefícios que oferecia, acreditava que a comunidade precisava de qualquer ajuda que conseguisse. Com o passar do tempo percebi que o que mediava a minha permanência era a intenção que tinha. Algumas vezes me perguntaram se eu fazia parte de algum partido, ou representava algum político; as pessoas tinham curiosidade em saber o porquê de eu estar lá. Apenas o tempo permitiu que as perguntas em relação às minhas intenções se perdessem e gerassem uma sensação de pertencimento condicionado, afinal, não morei no local, mas passei anos trabalhando junto à comunidade, algo que difere das ações dos políticos, já que nenhum desenvolve um trabalho contínuo na região, não sustentando suas promessas com ações.

Desde que comecei trabalhar na Casa, percebi a densidade das relações que eram construídas, verdadeiras tramas se desenrolavam diretamente. Tais tramas aconteciam na forma de rompimentos e estabelecimentos de alianças em diversos micro-universos

sociais, tanto na Casa como fora dela. No tráfico, essas alianças que sustentavam a rede de distribuição drogas e dava força para as bocas em suas guerras, apesar de freqüentes, eram sempre passageiras e perigosas, pautadas pela possibilidade de traição e pelo medo da morte e da prisão. Na política, o dinheiro, consequência direta do contato com o poder, fazia com que as tramas e alianças fossem ainda mais complexas que no tráfico, envolvendo diferentes recursos retóricos, estratégias e artifícios para ocultar as verdadeiras intenções dos sujeitos. No âmbito político, a finalidade das alianças era essencialmente diferente do tráfico. Não era produzir droga e vendê-la - um fim concreto, quase uma relação mercantil, como é o tráfico; o fim na política era mais sutil, quase simbólico, afinal, quase tudo era construído por meio das falas e gestos. Os discursos retóricos, tanto quanto os apertos de mãos e os sorrisos distribuídos eram indícios que todos utilizavam para definir identidades e assim prever condutas. Nesse universo, o dinheiro é sempre a referência mais ampla, contudo, camuflada, distante retoricamente dos interesses e desejos projetados pelos atores nas diversas interações sociais, mas com certeza, algo que dota de sentido e sedimentariza as alianças.

O dinheiro, que poderia se expressar na forma de voto, fazia com que todas as pessoas de fora da comunidade que buscassem trabalhar voluntariamente na região fossem vistas de forma suspeita. A vinculação com interesses políticos era imediata. Esta era uma categorização segura dos moradores, uma classificação que permitia esperar determinados comportamentos por parte das pessoas de fora, gerando uma segurança quanto à integridade da dinâmica social na qual o agente externo é “enquadrado” e a consequência das suas ações é medida. A comunidade sabe o local de fala dos políticos, conhece qual é o peso de suas posturas e, por consequência, desenvolve reflexões sobre a sua cidadania e sobre o universo de ação tal como será visto ao longo deste capítulo.

O que achava interessante era que não havia lugares não políticos. Da casa de um morador até a sala de aula, eu estava participando da política. Weber sem dúvida se tornava um referencial para pensar a situação, ali, naquele contexto, pois quase todas as falas se conectavam direta, ou indiretamente à essa esfera política. Por mais que a

complexidade dos tempos modernos tenha tornado a esfera política algo quase autônomo, promovendo a desvinculação com a religião por meio do “desencanto do mundo”, ali política se vinculava a tudo, da religião ao carnaval e ao futebol. A relação mais imediata era aquela que classificava as pessoas e avaliava a sua capacidade de estabelecer articulações e promover mudanças, promovendo um sistema de prestígio semelhante ao sistema de reputação do tráfico.

Nesse sentido, um pequeno parêntese conceitual sobre a esfera política se torna fundamental para entendermos suas implicações locais. Teixeira (1997), ao tratar sobre decoro parlamentar, demonstrou, a partir de Weber, que a esfera política é uma *esfera de valor* cuja noção de honra se torna central e permite distinguir conceitualmente essa esfera das demais no mundo moderno. A autora elucida que a ética, apesar de estar fragmentada como esfera de valor, proporciona conteúdos à esfera política, mas assumindo agora um dimensionamento individual, capaz de dotar de sentido as ações particulares. Algo que remete a valores universalistas e igualitários para manter a coerência dentro do escopo de ações dos sujeitos. Weber elucida que a política é o local por excelência para visualizarmos o paradoxo da relação meio e fins, o cenário no qual o bem e o mal são valores nebulosos.

Como a política é uma zona regida pelo poder, as ações políticas envolvem cálculos, cujas conseqüências têm implicações diretas, positivas ou negativas, na vida das pessoas. Esses cálculos são realizados independentemente do político ser profissional ou não, sendo um dos mecanismos de avaliação de conduta que permitem o reconhecimento moral daqueles que lidam com esse universo político. Todavia, os políticos profissionais respondem publicamente por suas ações, o que remete de forma mais intensa aos valores e responsabilidades para com os outros que advém da representatividade eletiva, algo que implica deveres. Não obstante, preceitos normativos, quando institucionalizados, envolvem punições para o não cumprimento, algo que se torna uma das premissas simbólicas, um dos valores culturais que sucumbem diante de

práticas políticas vazias, centradas apenas na promoção de uma imagem pública que venda votos.<sup>17</sup>

Dessa forma, diferentemente do tráfico no qual a comunidade moral do traficante tem um poder de coerção forte implicando a adesão a uma moralidade específica que se nutre e mantém pela interseção com outras moralidades, fora do mundo do tráfico, a moral política é individualizada, não coagindo os indivíduos a responderem diante de uma comunidade moral particular, com exceção nos casos de decoro parlamentar. A coerção de vida ou de morte, tal como sentida no tráfico, está totalmente ausente do universo da política. Por mais que um político aja de forma “imoral”, a sua punição não será a morte, não havendo avaliações e decisões pautadas pelo medo e defesa da vida. Boa parte das ações políticas foge do escopo público, é a política dos bastidores, algo oculto do público mais amplo, contudo, esse jogo político obscuro é o que permite a sustentação de uma imagem pressupostamente digna que os políticos buscam manter.

Diante disso, as ações individuais, por serem baseadas em valores próprios, acabam por permitir uma tipificação mais ou menos precisa sobre a conduta dos sujeitos. Lembrando Weber, o político encontra-se dividido em dois princípios valorativos de condutas chaves dentre daquilo que chama de ética da responsabilidade: o princípio da ética da convicção e do sucesso. O primeiro tipo de ética é aquela que remete a uma lógica de valores, a ação é dotada de sentido próprio, é auto-suficiente por se baseada em uma convicção, o que retira a responsabilidade das conseqüências das ações por parte do sujeito, o tribunal que julgaria em última instância a conduta do político seria a sua consciência.

Já o segundo princípio é aquele que permite a perpetuação do jogo político, é aquele tipo de ética que faz com que os atores sociais sigam uma lógica de benefícios próprios. Refiro-me a um político de resultados que busca incessantemente atingir seu

---

<sup>17</sup> É por essa razão que o tempo de permanência e de trabalho contínuo se torna tão importante para a comunidade. Por mais que a visão local dos políticos seja negativa, as pessoas querem acreditar que existem políticos diferentes, que irão agir de forma responsável.



objetivo, algo que se restringe, basicamente, à manutenção de seu cargo ou à tentativa de conquistar uma posição política mais elevada no contexto etnografado.

O político ideal, no sentido weberiano, estaria entre os dois princípios, representando aquele que consegue ponderar a melhor forma de alcançar resultados sem perder a sua convicção, algo que admite visualizar a política no mundo das ações inseridas em determinada conjuntura social. Nesse sentido, retoma, mais uma vez, a questão da publicidade da conduta do político, algo que só encontra significado remetendo a reputação e classificação social contextual e temporal.

Sem dúvida, a esfera pública local, por meio da reputação, acaba por formar uma dinâmica atribuidora de prestígio social, estruturada a partir de conjuntos de valor de cada comunidade, implicando reconhecimento, e, em algum momento, pertencimento. Dessa maneira, a adesão a determinada dinâmica atribuidora implicaria a adesão a determinados conjuntos de valores, internalizados pela relação de sociabilidades e pela possibilidade de sanção do sistema.

### **A CJC e os tramas políticos**

A Casa de Cidadania e Justiça tem quase 30 anos de existência. Passou em sua história por vários problemas políticos sendo reestruturada na década de 90. Na década de 80, Dona Maria foi a principal responsável pela Casa. Era uma senhora negra de origem baiana que migrou para a Ceilândia logo nos primeiros loteamentos da cidade e se estabeleceu naquela região. Criou fortes vínculos com a comunidade pela “sua natureza caridosa”<sup>18</sup> e também pela extensão de sua família, pois teve cerca de oito filhos, no qual apenas um foi morar em outra cidade. Ela e seus filhos, contando com o auxílio da comunidade, construíram o local que hoje é chamado ambigualmente de Casa. Naquela época o suporte principal veio do time de futebol local Dom Bosco, no qual

---

<sup>18</sup> Dona Maria era umbandista e costumava “dar consultas” tendo segundo alguns moradores, uma boa capacidade de comunicação com o mundo espiritual.

seus filhos participavam. Hoje, seus filhos se orgulham de terem erguido a Casa com as suas próprias mãos, evidenciando certo sentimento de posse bastante recorrente discursivamente por parte de toda família de Dona Hermelinda.

Dona Maria, trabalhou constantemente na Casa de Justiça e Cidadania, sendo uma referência na mediação de conflitos familiares e na resolução de outros problemas, principalmente aqueles ligados à fome e doença física e espiritual. Dentre os filhos de Dona Maria, Dona Hermelinda seguiu os passos da mãe de forma mais fiel. Foi uma das principais responsáveis pela reestruturação da Casa, contando com o auxílio do parlamentar Chico Leite para reformá-la e legalizá-la. Diferentemente do período em que Dona Maria tomava conta da Casa, a reestruturação promovida por Dona Hermelinda incluiu o Estado como um agente importante capaz de sustentar materialmente o funcionamento da instituição, o que fez com que a Casa se transformasse em um ente jurídico que passou a dialogar diretamente com o universo da política estatal.

Os trabalhos na Casa, após a reestruturação legal e política, foram iniciados por meio de um serviço de orientações jurídicas na área penal e familiar. Advogados, contratados por um convênio da Casa com Chico Leite <sup>19</sup>, atendiam a comunidade três vezes por semana. Rapidamente, gozando do carisma e da sustentação política que sua mãe possuía, Dona Hermelinda se tornou uma forte líder comunitária, legitimando sua influência através dos favores que conquistava por meio da peculiar relação que mantinha com parlamentares.

A relação entre Chico Leite e Dona Hermelinda ocasionou-lhe uma vinculação profissional ao passo em que ela se tornou assessora de campanha do candidato a deputado. Em termos de política, após a campanha, a posição no gabinete conquistada pelo agora deputado fortaleceu o vínculo de Dona Hermelinda com a poder, auxiliando na manutenção de um curral eleitoral para o parlamentar. Já no âmbito da Casa, Dona Hermelinda não era quem ocupava o posto mais alto, pois um outro assessor de Chico

---

<sup>19</sup> No início dos trabalhos de assistência jurídica Chico Leite ainda não havia sido eleito, o que permitiu, como procurador, firmar o convênio com o fórum de Ceilândia.

Leite era quem presidia os trabalhos da Casa e respondia por esta. No entanto, como diretora, Dona Hermelinda fazia a Casa andar. Rapidamente modificou a estrutura e os serviços que a Casa oferecia à comunidade, ampliando-os e tornando a Casa uma referência local.

Criou, junto com os seus irmãos, uma escolinha de futebol. Fundou o grupo de karatê e o grupo de capoeira. Na área educacional foi responsável pela implementação do reforço escolar, da alfabetização de adultos e do grupo de artesanato para as mães. Trouxe, junto com Miriam, o centro espírita kardecista CAMIL, que oferece evangelização para jovens e adultos, palestras e distribuição de alimentos semanalmente. Estes trabalhos acontecem até hoje, sendo reforçados pela atuação de voluntários que trabalham de forma intensa para o desenvolvimento da Casa. Com o tempo, Dona Hermelinda alcançou a tão almejada legitimidade local. Esta legitimidade foi fruto de complexas alianças e dos resultados positivos das atividades desenvolvidas na Casa, sendo conhecida pela sua rigidez moral e por seu auxílio direto no âmbito doméstico das famílias, principalmente das mães. Seja pela sua atuação ou pela simples herança de uma imagem pública positiva que sua mãe deixou, Dona Hermelinda possui o apoio local, sendo cotada por várias pessoas para seguir uma carreira de deputada.

No entanto, a vinculação de Dona Hermelinda com a política, e a sua relação com o deputado distrital Chico Leite, propiciou alguns conflitos entre a identidade social que Dona Hermelinda procura sustentar (aquela que ela pensa que legitima sua liderança) e a definição identitária que a comunidade possui dela. O discurso de caridade religiosa foi contraposto com os interesses monetários que esta virtualmente possuía em relação à contrapartida dada pelo deputado por seus trabalhos. Sua legitimidade, como mediadora de conflitos e liderança, está, nessa medida, sempre posta em jogo, e novas alianças têm que ser feitas para que consiga sustentar o seu poder localmente. Dona Hermelinda adentrou na esfera política, sem se desvincular do discurso familiar e religioso, no qual sua família é o exemplo prático daquilo que diz. Tal ambigüidade se torna evidente quando Dona Hermelinda recebe políticos em sua casa. Vizinhos que geralmente enchem a casa de Dona Hermelinda diariamente evitam ir lá quando os

“figurões” estão. O que está em jogo são manutenções de identidades possíveis por meio do controle das informações, o que faz com que boa parte das relações nos bastidores de Casa seja algo oculto para a comunidade que frequenta o local.<sup>20</sup>

É interessante notar que hoje em dia a Casa não possui uma vinculação político-partidária como tinha na época de Chico Leite. Há quase um ano, Dona Hermelinda entrou em conflito direto com o chefe de gabinete do parlamentar, acusando-o de várias irregularidades. Segundo ela, vários assessores roubaram Chico Leite financeiramente, e estavam empregando vários parentes em ministérios utilizando o nome do deputado. Posteriormente, todas essas denúncias se mostraram verdadeiras. Contudo, segundo ela, Chico Leite estava blindado por este chefe de gabinete e por sua equipe, sendo que ela não tinha mais acesso direto a ele. Tal situação acabou pendendo para que ela, junto com alguns líderes comunitários que trabalharam na campanha política do deputado, acabassem sendo exonerados dos seus cargos. Entretanto, dentro da Casa, duas pessoas ainda mantiveram os seus cargos políticos, o presidente da Casa na época, Raimundo, e a professora de artesanato Suellen que também é servidora da câmara dos deputados.

Com a nova eleição da Casa que ocorreu em 2007, Raimundo não conquistou nenhum cargo administrativo, mas Dona Hermelinda conquistou a presidência da Casa.<sup>21</sup> A partir daí começaram as negociações com políticos interessados no curral eleitoral que a Casa oferecia. Chico Leite optou por estabelecer uma estratégia pautada pela necessidade, pois sabia que Dona Hermelinda não o culpava pelo que aconteceu, confiava no seu carisma e na sua suposta integridade para sustentar o seu vínculo a líder comunitária, mesmo que ela tivesse que trabalhar para ele com um salário baixo. Preferiu, dessa forma, não oferecer o cargo político que Dona Hermelinda precisava de

---

<sup>20</sup> Não se pode negar que Dona Hermelinda, apesar de ser legitimada localmente pertencendo condicionalmente ao jogo político estatal desenrolado nos poderes executivo e legislativo, é uma política profissional. O que a insere em uma ética de resultados, aonde, algumas vezes, alianças com pessoas “perigosas” têm que ser realizadas para que seus projetos alcancem resultados e ela sustente a sua legitimidade local.

<sup>21</sup> Raimundo ainda hoje é assessor de Chico Leite. A vinculação dele com a Casa era apenas representativa, não possuía legitimidade local, com liderança, o que o afastou de forma total da região, logo depois de ter perdido a eleição.

imediatamente, mas esperar que a necessidade financeira pela qual ela passava fizesse com que ele negociasse tal cargo com menos ônus possível para si próprio e para o gabinete. Tal atitude também fez com que ele não direcionasse nenhuma emenda parlamentar à Casa, pois ajudar a CJC significava ajudar Dona Hermelinda.

Com o tempo a situação se tornou insuportável e a Casa entrou em colapso financeiro; sem emenda parlamentar, a situação se tornou cada vez mais crítica. Os ânimos estavam exaltados. Em assembléia, todos os trabalhadores da Casa concordaram em procurar novas alternativas financeiras. Os políticos que sempre buscavam a Casa começaram a ser aceitos para os eventos. A Casa se tornou, discursivamente, sem partido, demonstrando que ela entrava no jogo de barganhas por alianças políticas. Quase todos os fins de semana Dona Hermelinda mobilizava a comunidade para receber políticos profissionais de diversos níveis, desde aqueles que já possuíam carreira no Estado mas que almejavam cargos parlamentares, a deputados, líderes de partidos e cooperativas, senadores...

Os deputados distritais eram os mais presentes, o que fazia com que a concorrência a Chico Leite crescesse. Por um lado, a Casa agia com cautela, com medo de possíveis sanções políticas por parte de Chico Leite, principalmente da sua influência no governo. Dessa forma, nenhuma aliança poderia ser concretizada antes que os problemas estruturais da Casa fossem resolvidos, antes que a luz, a água e o alvará estivessem regularizados. Contudo, por outro lado, a Casa não podia ficar na situação em que se encontrava. Assim, a melhor alternativa era estabelecer aliança com o governo.

É neste momento que surge o deputado Raimundo Ribeiro, atual Secretário de Justiça do governo Arruda. Ele inicia a negociação com a Casa de forma direta e explícita. Com pouco tempo, e depois de ter passado pelo crivo classificatório local, que o “enquadrou” como um político sério, a Casa fechou um termo de cooperação técnica com o Governo do Distrito Federal. A partir daí o secretário passou a ser um freqüentador assíduo de todos os eventos que a Casa promovia, falando como parceiro da CJC.

É interessante que, em termos práticos, muito pouco foi feito pelo secretário, mas tal como Chico Leite, muito foi prometido. Lembro que várias vezes Dona Hermelinda e Cristina, assessora direta do parlamentar, falavam sobre a emenda orçamentária que este havia feito destinando um valor de 250 mil a 500 mil reais para a Casa usar como quisesse. Ainda houve um dia em especial que Dona Hermelinda me procurou para tratar das novidades. Neste dia, ocorreu um almoço em que estavam presentes todos os coordenadores do deputado Raimundo Ribeiro, como também o seu sucessor na Secretária de Justiça, algo “bem pomposo”, segundo Dona Hermelinda. O assunto principal foi a CJC, o fechamento da parceria política e a publicação e destinação orçamentária da emenda. Contudo, meses se passaram e tal promessa se mostrou ser apenas retórica.

Durante todo esse tempo, a negociação por cargos continuou. Raimundo Ribeiro ofereceu um cargo de assessora para Dona Hermelinda, porém, nunca saiu a nomeação no Diário Oficial. Chico Leite, sabendo da crescente oferta que a comunidade se tornou alvo, procurou novamente Dona Hermelinda para negociar. Na verdade, a negociação de Dona Hermelinda com Chico Leite nunca cessou, informações iam e vinham, constantemente, por meio dos assessores do deputado. Do lado de Dona Hermelinda, o vínculo com Chico Leite se tornava mais distante. Acreditava que nos bastidores, Chico Leite falava que a ela tinha feito um acordo político com ele e iria apoiá-lo, algo que atrapalhava a negociação dela com outros deputados.

Finalmente, Chico Leite a chamou para conversar no seu gabinete. Nesse dia, Dona Hermelinda colocou na mesa os problemas pessoais que vinha passando em função da falta de dinheiro, bem como da crise que a Casa enfrentava. No final, Chico Leite ofereceu um cargo a ela, mas disse que iria avaliar os detalhes de como seria dado o vínculo, prometeu visitá-la em sua casa e conversar com algumas pessoas da comunidade. O tempo passou, mas, finalmente, Chico Leite foi à comunidade. Nesse dia, porém, a maior parte dos irmãos de Dona Hermelinda estava lá mas o discurso foi um só: o deputado havia abandonado a comunidade, a Casa e Dona Hermelinda.

Depois de ser cobrado e pressionado pela família de Dona Hermelinda, Chico Leite foi visitar os moradores, como costumeiramente fazia. Esperava que a recepção dos moradores fosse como sempre foi, achava que seria elogiado, teria o apoio coletivo, o que aconteceu foi o inverso. Os vizinhos falaram a mesma coisa que os familiares de Dona Hermelinda, que ele havia esquecido a comunidade, se tornando um político irresponsável, daqueles que só aparecem em tempo de eleição.

Visivelmente aborrecido, Chico Leite conversou um pouco mais com Dona Hermelinda, dando a idéia de que a culpa de tal situação era dela, na medida em que ela não estava trabalhando a imagem dele para a comunidade. Apesar de tudo, fez uma oferta para firmar o vínculo com Dona Hermelinda: iria lhe pagar mensalmente cerca de 600 reais, na forma de diárias que seriam transferidas por intermédio de Suellen. Isso configurou uma grande ofensa para Dona Hermelinda, que reagiu diplomaticamente dizendo que iria pensar.

Todos os assessores de Chico Leite ganham acima de 2.000 mil reais, sendo que a maior parte, segundo Dona Hermelinda, “não fazem nada”. Esse não fazer nada significa que não tem projeção política necessária, nem uma articulação de base. Ela sabe que o principal trabalho de um assessor é servir como instrumento de captação de votos, de forma que os parlamentares consigam se eleger ou re-eleger, gastando cada vez menos na sua campanha. Aliança entre deputados e lideranças, tal como Dona Hermelinda, não tem como finalidade fazer com que o Estado se torne mais presente na vida dos cidadãos, nem aproximar os políticos aos seus eleitores; não existe diálogo, o que motiva um deputado a procurar instituições como a CJC é bem simples, com vistas somente a diminuir os custos de campanha por uma regra básica de economia: a relação custo/benefício. Se o deputado irá gastar 1.000.000.000 de reais em uma campanha para conseguir 10.000 votos, ele vai gastar em média 100 reais por voto.

Contudo, se o deputado resolve utilizar um assessor que seja uma liderança local, a possibilidade de diminuir despesas aumenta. Pagando 1000 reais por mês para um assessor, principalmente em período próximo de campanha, digamos por volta de dois meses, que é um tempo médio, o deputado gastaria cerca de 2000 reais, o que na lógica

do voto por cabeça seria igual à cerca de 20 votos. Todavia, nenhuma liderança consegue apenas 20 votos; Dona Hermelinda conta que na época de campanha de Chico Leite para deputado ele tinha garantido 600 votos da comunidade. Ou seja, em termos de contabilidade por cabeça, para chegar ao montante de 600 votos, o deputado teria que gastar 60.000 reais. Dessa forma, ele economizaria, teoricamente, cerca de 58.000 reais de sua campanha apenas utilizando o trabalho de uma liderança

À primeira vista, parece que Chico Leite se equivocou ao usar a estratégia de pressionar Dona Hermelinda com uma ajuda tão irrisória. Contudo, ela não é de toda ineficaz. O que ocorre é que apesar de Chico Leite não fechar a assessoria com Dona Hermelinda neste momento, ele sabe que apesar do assédio que a Casa recebe, dificilmente outros irão acertar algum acordo com Dona Hermelinda de imediato. O período de campanha ainda não chegou e representaria um gasto desnecessário colocar Dona Hermelinda na equipe neste momento. No entanto, quem fechar primeiro com Dona Hermelinda ganhará a sua fidelidade, afinal, o momento que ela enfrenta é crítico, necessidades materiais batem diariamente à sua porta. Além do mais, quanto antes um político for apoiado pela comunidade, mais cedo Dona Hermelinda irá trabalhar localmente a imagem dele podendo, assim, conquistar mais votos. Ou seja, por mais que Chico Leite confie que Dona Hermelinda precisa do cargo e isso permite “cozinhá-la” para assim pagar menos para ela, por outro lado, o parlamentar se encontra inseguro quanto ao assédio de outros deputados e quanto à possibilidade de perder definitivamente aquele curral eleitoral.

Para dirimir essa realidade de insegurança, o deputado utiliza contra informação, ou seja, usa os assessores para conseguir informações e criar boatos. O que ocorre é que nesse micro-universo político, os acordos e alianças são frutos de várias conversas, as quais, pelo caráter retórico, são pouco substanciais, possuindo uma grande maleabilidade. Distorcer qualquer fato e criar um boato é algo muito recorrente e eficaz, sendo que os assessores dos políticos se tornam atores especializados na confecção de tais boatos por serem mediadores entre as lideranças e os deputados. Essa mediação se torna fundamental nesse processo político. Os assessores respondem diretamente por



Chico Leite, fazem o que ele manda. Todavia, os assessores são atores sociais, possuem capacidade de julgamento e, pelo fato dos deputados terem um tempo reduzido, possuem espaço de autonomia e de decisão dentro dessas micro-políticas.

Essa autonomia é também uma forma de os deputados se resguardarem contra possíveis falhas dos seus assessores e contra possíveis denúncias de má conduta, sem prejudicar a sua imagem. Se houve desvio de dinheiro de algum órgão público ou de uma ONG, se algo dito ou feito inviabilizou uma aliança, se o político perdeu popularidade, entre outras coisas, o responsável é sempre o assessor e nunca o deputado. A “blindagem” que Dona Hermelinda se refere é exatamente isso, publicamente (principalmente quando surge um problema) o deputado não sabia de nada, foi o assessor que agiu daquela forma sem aval do deputado. Ironicamente, quando conversava com Dona Hermelinda sobre o deputado, sentia que ela realmente acreditava na boa índole dele, apesar de saber que sempre os políticos têm conhecimento das ações de seus assessores, no caso dela, ele estava sendo mal assessorado, o que o levava a agir dessa forma.

Suellen é um exemplo clássico desse tipo de ação. Com o apoio de Dona Hermelinda que reuniu as mães da comunidade, Suellen se tornou a principal responsável pelo grupo de artesanato. Dona Hermelinda e Suellen se conheceram quando trabalhavam juntas na campanha de Chico Leite. Finalizada a campanha, Suellen, já como assessora do deputado, foi convidada por ele para participar da Casa na gestão de Raimundo. Ela se tornou amiga de Dona Hermelinda e um nome forte para Chico Leite. Suellen é quem intermediava mais intensamente a relação de Dona Hermelinda com Chico Leite. Frequentemente, conversando com as duas ouvi falar: “Dona Hermelinda, o Chico tava falando de você na última reunião, ele disse que tem que arranjar um jeito de conseguir dinheiro pra te colocar de volta na equipe.” Ou “Dona Hermelinda, o Chico não tá muito feliz com as visitas do deputado X na Casa não, ele tá achando que você quer trair ele.”

Na época do encontro relatado acima, a relação entre Chico Leite e Dona Hermelinda já se encontravam desgastada, algo que pesava bastante para Suellen. O

desgaste estava chegando ao ponto atual, ou seja, a um ponto crítico. Nesse ínterim a atuação de Suellen se tornava mais problemática. Em meio a este cenário aparece a Elen, melhor amiga de Dona Hermelinda. As duas são amigas de infância, sendo que Elen também trabalha na Casa e atuou na última campanha de Chico Leite. Ela me relatou que no dia em que ela e Dona Hermelinda foram chamadas para conversar no gabinete de Chico Leite, havia uma verdadeira “cama de gato” armada. Suellen intermediou o encontro, chegando a sugerir alguns valores de salário para Dona Hermelinda. Contudo, quando começou a reunião, Suellen ficou distante e muda. Cercada por assessores de Chico Leite, Elen e Dona Hermelinda se sentiam acuadas. Elen relata que todos olhavam para elas de forma fria, como se fossem duas coitadas que tivessem lá para pedir emprego. Ela me explicou que depois da ida de Chico Leite à comunidade e após sua oferta, as duas se sentaram para conversar com Suellen, que falou: “Dona Hermelinda, você deveria aceitar, afinal, esse é o salário que pagam para quem não tem nível superior. Já você Elen, assim que conseguir recurso o Chico Leite vai te oferecer um emprego, como tá fazendo com a Dona Hermelinda.”

Essa atitude, somada com outras, acabava por desgastar a imagem de Suellen na comunidade. Um outro ponto que sempre ocasionou brigas foi o fato de Suellen vender e se apropriar dos produtos de artesanato. Apesar de ela doar parte do material, o artesanato é uma forma de renda importante para as famílias fragilizadas economicamente. A comunidade reclamava, tornando dificultosa a permanência da Suellen nessa situação. O ponto crítico que causou o rompimento da relação, no entanto, foi no dia em que Suellen, que também possui um cargo administrativo na Casa, disse que tinha que lavrar em cartório a ata da nova gestão da Casa, no qual Dona Hermelinda se tornara presidente. Entregou um documento a Dona Hermelinda e pediu para que ela assinasse.

Sem prestar muita atenção e confiando em Suellen, Dona Hermelinda assinou. Contudo, no dia de entregar o documento no cartório, Dona Hermelinda estava em sua casa e resolveu ler o seu conteúdo. Descobriu que essa ata, era, na verdade, um documento que transferia todas as atribuições de Dona Hermelinda para Suellen,

fazendo com que Dona Hermelinda se tornasse apenas uma mera representante externa da Casa. Tal situação se configurou como uma traição que somada a outras pequenas coisas desencadeou o afastamento de Suellen da Casa, o que representou também o último vínculo direto de Dona Hermelinda com Chico Leite.

\*\*\*\*

A configuração política é o tom que predomina na maior parte das relações públicas na Casa. Contudo, a Casa é ainda um meio essencial para minimizar vários problemas enfrentados pelos moradores da região. Os trabalhos assistenciais que executa se tornam os maiores propagadores de suas ações, o que acaba sendo demonstrado pelo grande contingente de pessoas que participam dos eventos políticos promovidos.

Dentro das atividades da Casa, todas respondem em menor ou maior grau os problemas enfrentados pela comunidade, sendo oferecidas gratuitamente e contando com colaboração de voluntários, a maioria é de pessoas da própria comunidade. Dessa forma, a Casa se torna uma das principais instituições locais que tentam resgatar os jovens por intermédio do esporte, de projetos sociais e educacionais, como também pela religião.

De forma diferente da sua mãe que trabalhava principalmente com entidades de umbanda, Dona Hermelinda é espírita kardecista. Junto com Miriam, resolveu iniciar os trabalhos na Casa, oferecendo palestras, evangelização e trabalho mediúnico. Dos trabalhos que executa, e que, segundo ela, é um dos principais fatores responsáveis pela sua legitimidade local, os conselhos familiares destinados às mulheres assumem destaque. Os assuntos são diversos, mas sempre relacionados à família, sendo que geralmente, tais conselhos se ligam a alguma ação, como assessoria jurídica para aquelas que sofrem de violência doméstica, que querem se separar ou pedir pensão alimentícia aos seus maridos. Entretanto, a atividade que mais assume destaque aos olhos da comunidade é a distribuição de verduras realizadas todo sábado pela manhã, logo após a evangelização dos voluntários espíritas.

É bem interessante observar os contrastes que convivem quase harmonicamente na Casa. Apesar de todo fim de semana serem vistos políticos poderosos na Casa, alguns gozando até de status de senador da república, a comunidade é extremamente carente, sendo que boa parte das pessoas que participam das enfadonhas palestras ministradas por esses políticos (“já que todo político fala muito!” segundo a fala local) se interessam mais pela possibilidade de lanchar e ouvir música nesses eventos, do que prestar atenção naquilo que os políticos dizem.

O conteúdo substancial da fala desses políticos interessa mais aos outros políticos presentes no evento, ou seja, aos assessores e aos políticos não profissionais da instituição. Dificilmente esses políticos abrem mão de suas falas para que a comunidade faça perguntas a ele. Conversam muito pouco com os moradores depois ou antes dos eventos, quando conversam, e quase sempre estão desatentos para os problemas locais. Quem legitima ou não um político são as lideranças através das imagens formadas sobre ele. Se o político tem apoio local, ele apenas precisa aparecer de vez em quando; o resto a liderança local se encarrega.

Todavia, apesar de o conteúdo das mensagens ser minimizado em termos de efeitos práticos, as atitudes e comportamentos falam mais do que palavras. “Você viu a expressão do Cristovam, parecia que ele tava querendo ir embora e o Magela então, aquele sorriso dele é muito falso.” Essas avaliações performáticas dos políticos são comentadas muito tempo depois que os políticos vão embora. Quando negativas, geram a desconfiança e corroboram para o fortalecimento da enciclopédia de classificações locais. Quando positivos, se transformavam no cartão de entrada do político na comunidade. Desde um sorriso mecânico em uma foto, até um aperto de mão, tudo conta, nada passa despercebido, tudo é registrado.

\*\*\*\*

Um dos pontos fundamentais abordados ao longo dessa dissertação, os aspectos da construção da identidade por via do discurso são claramente explicitado nas tramas

sociais que seguem na próxima seção. Dessa forma, destaca-se a capacidade de o grupo “enquadrar” as pessoas de diversas maneiras durante a interação social e após ela. Nesse sentido, as formulações de Crapanzano (1994) articuladas com Silverstein (2003) e Simmel (2006) se tornam essenciais para entender como são construídas as identidades e quais as repercussões de tal construção na prática social.

Crapanzano fala de um processo dialético que consiste na internalização de significados figurados, ou imagem da biografia do sujeito, tal como sugere Silverstein, sendo algo que pode ser compreendido como processo de tomada de arquétipos como orientação. O autor justifica este posicionamento a partir das noções desenvolvidas por Simmel, onde o encontro interacional faz com que mantenhamos uma imagem construída do outro de forma distorcida, o que gera a impossibilidade de visualização deste como um ser individual. Ocorre assim uma generalização fragmentada do outro que suplementa a sua individualidade. Nesse sentido, o indivíduo estaria sempre em conflito com as categorias a priori em que é classificado pelos outros.

Porém, o conhecimento a priori que acompanha o conhecimento do outro também faz com que este sofra uma distorção qualitativa, sendo isto um dos principais fatores que permitem o desenvolvimento das relações sociais. O indivíduo é contido na sociabilidade e ao mesmo tempo encontra a si mesmo no confronto com ela. O argumento de Simmel é que vamos ao encontro do outro com um conhecimento pré-formado que é sancionado socialmente por convenções e que se encontra de forma incompleta na apresentação individual, mas que também é qualitativamente modificada pela percepção individual do sujeito.

Segundo Crapanzano, na maioria dos nossos encontros, a suposição de similaridade e dissimilaridade é aceita sem questionamentos. Apenas em encontros excepcionais ela é questionada. Nós presumimos que podemos conhecer o outro através da fala tomando como verdade aquilo que é dito, tendemos a absorver o outro como uma experiência individual, ao invés de pensarmos o encontro como relação entre atores, o que supõe uma separação.

Esse processo de categorização a priori é visto localmente como “enquadrar”. É fundamental para o estabelecimento de relações sociais seguras, tanto no universo do tráfico quanto da política. Nos tramas relatados abaixo, a análise de tais processos está evidente nos eventos relatados e constitui algo comumente construído pelo “estilo” ou marcadores interacionais, presentes nos discursos dos políticos.

\*\*\*\*\*

Na seção seguinte, busco demonstrar quais são os valores sociais chaves para a comunidade dentro de dinâmicas sociais observadas durante a etnografia. Nesse sentido, analisarei encontros sociais cujo processo de apreensão do outro por meio da similaridade e dissimilaridade se torna marcante, assumindo especial destaque o processo interacional marcado pelo uso da fala e suas conseqüências indentityárias.

Nesse ínterim, a noção de ritual como instrumento analítico torna-se, assim, fundamental por proporcionar um quadro de situações, sentimentos e discursos utilizados pelos sujeitos em processo sociais. Ritual, tal como trabalhado ao longo do texto, difere da perspectiva clássica, na medida em que trato a noção de ritual como evento dotado de um caráter performativo, que reflete aspectos de uma cosmologia posta em ação, tal como propõe Tambiah (1979). Ou seja, os eventos aqui analisados possuem um caráter comunicativo, no qual o seu conteúdo e forma estão inscritos em um conjunto de saberes. O que se destaca na diferenciação da perspectiva clássica de rituais são os “efeitos perlocucionários” dos eventos, algo que permite analisa-los como mais do que uma mera atualização de uma estrutura, podendo ocasionar transformações sociais (Austin 1962).

Nessa perspectiva, os eventos descritos nesse capítulo são apresentados a partir de sua correlação temporal, demonstrando aspectos seqüenciais em termos de acontecimentos. A diferença essencial em cada evento é o contexto em que estes se desenrolam e os resultados que ocasionam, influenciando profundamente os significados que transmitem. Um ponto comum reforçado ao longo dos três eventos é a importância

da oralidade do sistema político, um dos principais atributos dessa esfera, mas que não se desvincula dos aspectos extra-verbais, compondo a “mensagem” e o “estilo” no discurso.

### **Da galinhada ao milhão**

Era um sábado ensolarado, a expectativa para esse almoço era grande. Dona Hermelinda havia pedido para que eu fosse a fim de conhecer o futuro candidato a deputado, Zezinho, e apóia-la nesse evento. Zezinho é uma pessoa polêmica. Apareceu na CJC quando ela mais precisava, ofereceu mundos e fundos, angariando rapidamente a simpatia de Dona Hermelinda. A pessoa que intermediou a entrada de Zezinho na comunidade foi Joaquim. Joaquim é um dos principais personagens que compõem as tramas atuais mais significativas em relação à Casa. É nele que boa parte do universo de tipificações ancorados na moralidade local encontra o seu paradoxo.

A primeira vez que eu o encontrei foi no início do ano retrasado, em 2006. Há três anos eu já vinha trabalhando continuamente com a comunidade, mas durante o final do ano de 2006 havia me afastado. Joaquim e Dona Hermelinda me telefonaram com a proposta de retomar o cursinho pré-vestibular comunitário que eu havia fundando. Joaquim seria o coordenador, pois tinha experiência de vários anos de ensino, além de uma ampla disponibilidade de tempo, algo que não possuía.

Aceitei de pronto a proposta, procurei chamar alguns professores conhecidos e finalmente retomamos o projeto das aulas. A personalidade de Joaquim nos pareceu problemática. Apesar de sempre simpático, seu sorriso era dissimulado, parecendo ocultar outras intenções. Exagerava retoricamente nos discursos sobre a possibilidade de a educação e religião revolucionarem o mundo, tentando, a todo momento, motivar de forma equivocada a equipe de professores. Alguns destes eram ateus e o discurso religioso não era o motivo de realizarem aquele trabalho voluntário.

Com o tempo criou-se certa aversão por parte dos professores com relação a Joaquim. Algo não baseado apenas nos equivocados discursos utópicos, mas nas contradições discursivas que qualquer pessoa que tivesse uma visão mais analítica sobre o conteúdo de suas falas poderia perceber. Geralmente, eram falas vazias, com uma retórica desprovida de sentido.

Além disso, buscava legitimar seus discursos por intermédio de sua experiência. Éramos professores com pouca experiência no comando de uma sala de aula, e falar sobre falta de experiência acabava sendo uma forma de diminuir o profissional, afinal todos sabiam de nossas limitações. Alguns professores se sentiam prontamente ofendidos, reforçando a antipatia à figura de Joaquim. Era claro que Joaquim buscava se diferenciar do grupo de professores para afirmar uma pretensa liderança, conquistada por meio da inferiorização dos outros professores e da exaltação de sua pessoa, algo que ele acreditava que traria confiança e admiração do grupo, pelo contraste entre ele e os demais professores.

Em conversas com os outros professores decidimos ignorar isso, afinal, precisávamos de um coordenador. As aulas correram bem no começo, envolvendo uma grande quantidade de alunos, mas com o tempo, alguns problemas estruturais da CJC, como a ausência de luz, e a evasão de alguns professores, que não mais suportavam Joaquim, acabaram por fragilizar o cursinho. Certo dia, Dona Hermelinda me chamou para conversar. Nesse dia estava com outro professor e previa que seria algum problema relacionado a Joaquim e o cursinho. Ela andava meio tensa quando se referia ele, anunciando a briga que estava por surgir.

Na sua casa, Dona Hermelinda me informou que Joaquim havia deixado o cursinho e a Casa. Eu desconfiava que Joaquim mantinha uma relação afetiva com Dona Hermelinda, apesar de não chegar a vê-los juntos. A proximidade e a inserção de Joaquim na comunidade foi muito rápida, algo que só podia acontecer por um relação mais estreita com Dona Hermelinda. Pensava que a base de tal confiança fosse um relacionamento. Um outro fato que corroborava essa minha intuição era que sempre encontrava Joaquim na casa de Dona Hermelinda. Sabia que ela fazia várias reuniões



políticas na sua casa, mas a presença de Joaquim acompanhava uma intensidade maior. Ele transpassava a barreira simbólica da varanda, tendo amplo acesso ao interior da casa. Além, é claro dos mexericos da comunidade, tal como Dona Hermelinda me relatou posteriormente.

Dona Hermelinda me disse que conversou com Joaquim, e acordaram que este iria sair da Casa. Esta decisão era baseada em alguns acontecimentos recentes. Segundo ela, Joaquim havia se aliado a Zezinho e planejado ações sem o seu consentimento. Ele afirmava incondicionalmente que a Casa daria apoio político a Zezinho, sendo que várias vezes todos haviam concordado que a Casa deveria sobreviver sem uma vinculação político-partidária. Tal afirmação e a conversa sobre a possibilidade de finalizarem projetos fez com que Joaquim conseguisse um emprego para sua filha em uma faculdade da Ceilândia, na qual Zezinho possuía uma longa amizade com o reitor. Este emprego prejudicou sobremaneira a relação de Joaquim com Dona Hermelinda, afinal, ela havia sido exonerada da equipe de Chico Leite estando sem emprego e passando por dificuldades financeiras. Mas o que mais chateava Dona Hermelinda era isso ter sido feito por trás dela, sem o seu consentimento, afinal, já havia tido a eleição para a diretoria e Dona Hermelinda já era efetivamente a presidente, sendo que Joaquim deveria sempre consultá-la sobre as decisões a serem tomadas.

É interessante notar que Joaquim gozava de toda confiança por parte de Dona Hermelinda. Contudo, quando a relação entre os dois começou a ser abalada, tal confiança acabou por se tornar um pretexto para o desencadeamento de conflitos. Normalmente, Joaquim falava sobre a Casa, organizava atividades e principalmente, fazia articulações políticas. Elen, junto com outras mães, “deduravam” as atitudes de Joaquim, segundo elas, de técnico ele passou a se sentir dono e o responsável por todas as ações da Casa. Isto representava um grande problema para Dona Hermelinda, afinal, boa parte de sua imagem política na comunidade é de mãe trabalhadora, aquela que sustenta a Casa com seu trabalho, o que permite a identificação com várias mães da comunidade, sendo aquilo que ela acha que sustenta a sua legitimidade perante o grupo.

Com o tempo, Dona Hermelinda ficou sabendo que Joaquim estava denegrindo sua pessoa para os alunos do cursinho, algo que enfraquecia a sua imagem fortemente, tendo em vista que o cursinho agregava bastantes alunos, por volta de 80. Os problemas que decorriam da atuação de Joaquim obrigaram Dona Hermelinda a se retratar com os alunos do cursinho, tornando pública a briga interna que se desenrolava nos bastidores da Casa. Mas a situação limite que causou a ruptura entre Joaquim e Dona Hermelinda foi no dia em que uma mãe disse a Dona Hermelinda que ela era uma chifruda. Segundo a mãe, Joaquim a traía com todas. Relatou que Joaquim cantava várias meninas e um dia ele resolveu cantar a sua filha, uma aluna do cursinho de artesanato. Sem dúvida, um dos fundamentos da liderança de Dona Hermelinda é sua reputação, algo que ela tenta preservar a todo custo. Um sobrinho dela contou que na época que ela era casada com o seu ex-marido, certo dia ela brigou com ele em função de outras mulheres, fazendo com que jogasse as roupas dele na rua. Em várias conversas que tive com ela pude perceber que abominava o comportamento leviano dos homens para com as mulheres, principalmente aqueles relativos à infidelidade.

Ela me afirmou categoricamente que não tinha nada com Joaquim, mas que as atitudes dele estavam se tornando insuportáveis. Segundo Elen, professora de artesanato e alfabetização, Joaquim e Dona Hermelinda chegavam a ser vistos como um só. Aonde um chegava, prontamente, as pessoas perguntavam sobre o outro. Após a ruptura de Joaquim e Dona Hermelinda, as conversas sobre ele se tornaram freqüentes, principalmente, aquelas que refletiam o caráter negativo de sua personalidade.

João, primo de Dona Hermelinda, sempre foi contra Joaquim e nunca simpatizou com ele. Dona Hermelinda acredita (se referindo à opinião de João) que Joaquim, sempre ambicionou ser presidente da CJC. Segundo ela, Joaquim queria manipulá-la, de forma a conquistar tudo aquilo que ele almejava. Elen reforçava a mesma perspectiva em relação a Joaquim. Relatou o dia em que houve eleição para a diretoria da CJC. Neste dia, Elen era responsável por escrever na lista quais eram os futuros candidatos e seus respectivos cargos. Depois de escrita a lista deveria ser exposta para o conhecimento de todos, sendo que os votos seriam secretos e colocados em uma urna.

Elen não colocou o nome de Joaquim na lista, o que causou grande protesto de sua parte. Joaquim gostaria de ser candidato a presidente. Elen e Dona Hermelinda relatam isso afirmando que a perspectiva de Joaquim sempre foi a de tomar o poder. Sempre buscou ludibriar e conseguir as coisas pelas suas costas.

O que me impressionava nas falas era a transformação da imagem de Joaquim; antes dos conflitos, uma pessoa que era caracterizada positivamente, contudo, sua imagem foi transformada negativamente como resultado das interpretações locais de suas ações, demonstrando aspectos de uma classificação identitária fulgaz. Esta reversão de imagem pública baseou-se na revelação das reais intenções de Joaquim, sendo que este eixo interpretativo, que julgava todas as suas ações no passado bem como o que previa possíveis ações no futuro, tratava-se de sua busca obstinada por assumir todo o poder da Casa.

Neste sábado, o almoço de aniversário do Zezinho, um evento político que reunia centenas de pessoas e pretendia lançar as bases da sua futura candidatura, Dona Hermelinda tinha toda certeza que Joaquim estaria lá, algo que provavelmente geraria um confronto entre os dois. No entanto, isso não ocorreu, Joaquim não foi. Dona Hermelinda disse que era porque Zezinho queria agradá-la, que esse não era o momento para trazer Joaquim de volta, pois Zezinho tinha uma proposta para Dona Hermelinda...Essa foi a interpretação de Dona Hermelinda, algo que não a impediu de se precaver contra tal encontro trazendo vários amigos, inclusive eu.

Neste almoço, eu estava diretamente vinculado a Dona Hermelinda, sendo que ela afirmava que esta era uma boa oportunidade para que eu “avaliasse” Zezinho. Já havia percebido, tal como aconteceu com Joaquim, que a categorização que marcava os primeiros encontros interacionais era de suma importância para entender as intenções ou a moralidade do sujeito, algo tão comum no perigoso mundo do tráfico, era aquilo que marcava o tom também das relações naquela esfera política. No entanto, eu era um peixe fora da água, não possuía a gramaticalidade simbólica dos políticos ou dos traficantes, algo que percebi de imediato quando entrei no ginásio e vi aquele ambiente monocromático, onde faixas e balões enfeitavam todo o recinto, sempre de cor azul.

De imediato, lembrei da Tese da professora Borges<sup>22</sup>, sem dúvida a vinculação entre cor e partido é tônica na política realizada em Brasília. Peirce me veio à cabeça, o azul era um verdadeiro ícone da vinculação política do futuro candidato. Essa, como várias outras interpretações que saltavam à minha mente remetendo à teoria antropológica, demonstravam que era um agente externo, apesar de fazer parte do jogo político, minha categorização da situação era outra.

Zezinho, é um daqueles políticos em alto cargo estatal, faz parte do grupo de pessoas que apóiam e sempre apoiaram Joaquim Roriz. Como um dos diretores da CAESB (Companhia de Água e Esgoto de Brasília) Zezinho esteve diretamente vinculado ao Governo Roriz, se mantendo ainda no seu cargo após a eleição do novo governador. O governo Arruda não modificou, radicalmente, a estrutura dos cargos de direção do antigo governo, e as alianças políticas são praticamente as mesmas; aquela reunião evidenciava precisamente isso. De administradores a assessores, vários políticos do governo estavam lá. Contudo se misturavam a extensa família de Zezinho e moradores do Cruzeiro.

No ginásio havia várias mesas próximas, alinhadas lateralmente, formando um vão que contornava o palco. No palco, uma banda de pagode preparava os instrumentos. Encontrei com Dona Hermelinda e sentei na mesa em que ela estava. De repente, ela se levantou, Zezinho a procurava para agradecer a sua presença. Zezinho foi à nossa mesa e a agradeceu abraçando-a. Em seguida, Dona Hermelinda me apresentou como professor do cursinho. Ele fez uma observação vaga sobre educação, elogiou em voz alta Dona Hermelinda, e seguiu para a mesa seguinte. Percebi que ele já havia andado por quase todas as mesas do ginásio, sempre acompanhado por uma mulher.

Fazendo referência a uma situação anterior, perguntei se aquela era esposa de Zezinho, e Dona Hermelinda me respondeu positivamente. A situação a que me referi foi uma situação na qual Dona Hermelinda confundiu “as mulheres” do futuro candidato. Certo dia, quando a esposa de Zezinho ligou para Dona Hermelinda, esta,

---

<sup>22</sup> (Borges, 2007).

sem saber que ela era esposa, confundiu os nomes, pensando que fosse outra mulher que sempre andava com Zezinho e que ela acreditava que era esposa dele. Uma gafe, que depois Zezinho justificou para Marisetela afirmando que eram apenas bons amigos. Porém, Dona Hermelinda conhece a moça e esta disse que há vários anos ela é “amiga especial” de Zezinho, sendo que este promete mundos e fundos para esta moça, mas não larga a mulher.

Dona Hermelinda, mas uma vez, lembrou de Joaquim, e me disse: “Um homem como este, que faz inúmeras promessas para ela (Dona Hermelinda), mas mantém um relacionamento fora do casamento, magoando as duas mulheres...Não iria honrar os seus compromissos com ela. Não se pode confiar nesse tipo de homem.” Ao que parece, nos critérios de julgamento quanto à personalidade social das pessoas, principalmente dos homens, o que está em jogo para Dona Hermelinda é uma não divisão de esferas morais. Se uma pessoa age errado em alguma esfera de sua vida é bem provável que venha a agir errado em outras também.

Já percebia que o relacionamento entre Zezinho e Dona Hermelinda encontrava-se fragilizado, boa parte por causa de Joaquim. Apesar da atenção que era dirigida a ela de diferentes formas (os assessores de Zezinho a todo o momento procuravam Dona Hermelinda, uma vez ou outra o animador da festa também agradecia a presença de Dona Hermelinda pelo microfone. Zezinho sempre que falava com ela dizia: “Minha presidente” acreditando ser simpático). Dona Hermelinda não visualizava questões mais promissoras e amplas para Zezinho na Casa, algo que ela tinha como um relacionamento problemático que poderia comprometer o futuro da Casa em termos financeiros e morais.

Logo após comermos a galinhada, Dona Hermelinda me chamou para conversarmos do lado de fora do salão. Ansiosa, me contou da proposta milionária que havia recebido de Zezinho dia anterior. Segundo ela, Zezinho havia perguntado quanto ela precisava para desenvolver plenamente todos os trabalhos da Casa. Dona Hermelinda, já entusiasmada, disse que por volta de 150 mil. Zezinho disse que eles estavam querendo investir 7 milhões na Casa. A reação dela, segundo o que me disse,

foi ficar boquiaberta, quase caindo pra trás. Ele explicou que seu grupo já havia realizado algo semelhante com uma ONG em Luziânia. Disse que chegaram a implementar uma piscina olímpica na ONG e queriam fazer o mesmo com a Casa, o que entusiasmou demasiadamente Dona Hermelinda. Apesar de tal oferta tentadora, Dona Hermelinda sabia que eles iriam pedir algo em troca, o que a deixava desconfiada, ansiosa para ver o que aconteceria na reunião que eles haviam marcado para a próxima semana.

Estávamos ainda conversando do lado de fora do ginásio quando chegou o principal assessor de Zezinho, nos apresentando a outro diretor da CAESB e depois ao administrador de Brasília e do Cruzeiro. Conversaram sobre parcerias, e da necessidade de ter o apoio político de Dona Hermelinda. Bastante deslocado, pedi licença e voltei para a festa. Na semana seguinte, Dona Hermelinda me chamou pra conversar e foi logo reclamando de Zezinho; rapidamente começou a descrever a reunião que eu não pude ir na CJC, na qual ele tratou sobre os investimentos na Casa. Segundo ela, Zezinho e seus assessores queriam transformar a Casa em um grande caixa dois para a candidatura a deputado que Zezinho lançaria na próxima eleição. Dos 7 milhões que seriam investidos, 1 milhão iria pra Casa, o restante seria pra campanha de Zezinho, no qual gastos como combustível, carro, panfletos, cartazes entrariam nas contas da Casa, sendo responsabilidades de Dona Hermelinda.

“Léo, eles acham que eu sou otária, ou ladra, só pode.” Disse Dona Hermelinda, indignada. Ela não queria ser laranja de político nenhum, sendo que tal proposta era uma ofensa, afinal ela não era inexperiente na área e sabia que quando isso acontece e surge um problema, a responsabilidade final é sempre do laranja. No entanto, para Zezinho, ela disse que iria consultar os outros membros da Casa e depois daria uma resposta definitiva. Afinal, a resposta dela era uma resposta da comunidade, algo que fazia com que ela se comportasse sempre de forma diplomática, não fechando as portas para outros benefícios que o futuro candidato a deputado pudesse trazer para a comunidade.

## Escondendo o jogo

Logo que cheguei à reunião, Dona Hermelinda me apresentou João Carlos e Demétrio, que estavam sentados na ponta extrema do círculo entreaberto formado pelas pessoas da casa. Ao lado de João Carlos estava uma moça da associação da quadra 19, seguida da mulher do professor de capoeira que desenvolve um trabalho junto com João Carlos. Dona Hermelinda estava sentada do lado direito de João Carlos, seguida por sua filha Sônia, o seu irmão Túlio, o professor de karatê, sua amiga Luana, o seu outro irmão, Flavio Amaral e mais um outro irmão de Fortaleza, que estava apenas acompanhando a reunião. Eu estava sentando no outro extremo da roda ao lado de Ana.

Este era o quadro de pessoas que formavam a reunião. Das pessoas que estavam presentes, a maior parte pertencia ao quadro funcional da casa. Sônia, filha de Dona Hermelinda, é uma adolescente de 19 anos. Túlio é o professor da escolinha de futebol, junto com alguns outros irmãos são os herdeiros do time Dom Bosco, e, atualmente, buscam alternativas para profissionalizar seus alunos. Luana é uma amiga antiga de Dona Hermelinda, há anos a conhece, contudo, é uma política, possui cargo comissionado na Secretária da Juventude, o que faz com que todos tenham um cuidado especial ao tratar com ela, pois sua conduta na Casa está sempre sendo avaliada. Flávio Amaral é um dos irmãos de Dona Hermelinda que assumem maior importância política. Desde a vinculação de Chico Leite com a Casa ele vem acompanhando a situação, chegando a trabalhar com o deputado e estando sempre presente na administração da Casa. Ana é o braço direito da Dona Hermelinda, ela é quem mantém Dona Hermelinda informada sobre a rua, os boatos e mexericos e a auxilia na sustentação de sua imagem.. Ana é uma das principais responsáveis pela sustentação da legitimidade local de Dona Hermelinda.

Os visitantes, as pessoas de fora da Casa, eram João Carlos, Demétrio, o professor de capoeira e suas acompanhantes. Aquela reunião tinha o caráter de aprovar

em assembléia uma proposta de parceria sugerida por João Carlos. O que estava em jogo, na verdade, era um ato puramente performático; Dona Hermelinda, ritualmente, possibilita que os demais trabalhadores da Casa interfiram no jogo político. Contudo, como será relatado a seguir, o que fazia era apenas criar uma farsa, tendo em vista que a sua decisão já havia sido tomada.

Para iniciar a reunião, Dona Hermelinda me apresentou àqueles que não me conheciam, dando prosseguimento à pauta. João Carlos tomou a palavra. Este fez questão de falar que seu objetivo ao trabalhar na Casa não era político, que a questão dos partidos políticos era na verdade uma grande sopa de letrinhas e que nada significava pra ele. Apesar de ser do PPS e ocupar cargo na Câmara dos Deputados, ele não vinha trabalhando socialmente para fazer política ou representar o partido. Para ele, todos os partidos têm como função trabalhar com as idéias, diferente dos movimentos que trabalham diretamente com as pessoas, sendo que os deputados refletem a postura do partido. Segundo João Carlos, a importância do trabalho dos políticos não está nele apenas, mas nas pessoas que os assessoram, tanto as que trabalham no gabinete dos deputados, quanto aquelas que se ocupam da capilarização do trabalho, “pegando na massa” realmente.

Este trabalho que ele (João Carlos) está realizando se baseia diretamente na seguinte afirmação: “Eu gosto de colocar a mão na massa, trabalhar com os movimentos sociais”. Segundo ele, o que deve ocorrer é um trabalho direto com os projetos, formulados a partir da experiência que ele possui, principalmente, da ONG a qual ele fundou e trabalha no P-Norte. “Não importa quem vai ajudar politicamente; o que importa é que as coisas aconteçam. Depois que acontecer é que se pode atribuir os louros a quem for de direito.”

Sustentava que o projeto que a Casa deveria realizar seria aquele que promovesse a sustentabilidade de forma que não fique dependendo de políticos que vez ou outra aparecem oferecendo coisas miúdas como pagar a luz ou a água. As relações políticas deveriam fazer referência a um contexto mais igualitário, de forma que as decisões tomadas não sejam impostas de cima para baixo. Esse ponto me chamou atenção. A



forma e a expressão corporal até aqui usadas demonstravam, a princípio, algum receio, o que dava um tom mais humilde às suas falas. Com a apresentação da Dona Hermelinda, eu acabei sendo o interlocutor privilegiado, pois parecia que boa parte das falas eram direcionadas a mim, sempre na busca de um contato direto com os meus olhos. Procurei demonstrar um pouco de cansaço, o que foi algo fácil, tendo em vista que a fala de João Carlos se estendia bastante.

Isso fez com que ele parasse de me encarar diretamente e direcionasse o seu olhar para as demais pessoas em torno do círculo. Passou a falar, assim, do tipo de política ineficaz que alguns políticos que só buscam votos praticam naquela região, uma política baixa que possui um alcance limitado e não ajuda em nada a comunidade. Algo para ele classificado como política pequena irresponsável, que não visa nenhuma transformação social. “Os políticos de pára-quadras”, que o professor de karatê aproveitou o ensejo pra rotular.

Percebi que a fala dele era condizente com a realidade atual que a Casa de Justiça enfrentava, o que implica um conhecimento anterior contextualizado, fazendo com que essa reunião tivesse um caráter um tanto performático. Se ele estava ali, falando daquela forma, significava que certo arranjo anterior havia sido combinado. Dona Hermelinda já havia legitimado o seu trabalho, algo que ela fez questão de salientar, dizendo que aprovava a proposta de trabalho feita por ele, mas que o que fosse decidido ali era o que realmente valia. Ou seja, dava indícios de sua posição e buscava que os demais membros da Casa concordassem com ela.

João Carlos, já finalizando a sua longa fala, procurou dar autoridade para o seu discurso através do seu passado. Disse que era concursado na Câmara, e que apesar de ter vinculação total com a política, o que realmente gosta de fazer é trabalhar com o povo. Luana, nesse momento, afirmou que ele era velho conhecido e que o pai dela, que toda sua família havia votado nele, o que fez com que falasse um pouco sobre a sua candidatura a deputado. Disse que só foi candidato para cumprir legenda em seu partido. O que para ele foi algo positivo e negativo, abrindo algumas portas e fechando várias, sendo que é por essas vagas abertas que ele hoje desenvolve trabalhos nas comunidades.

Demétrio, personagem pouco carismático, mas que para Dona Hermelinda era a cabeça por trás de todas as ações de João Carlos, falou sobre a sustentabilidade das atividades bem como da Casa. Com cálculos simples, falava sobre a relação custo/benefício que pequenos projetos deveriam envolver, sendo que possuía *know how* e, tal como João Carlos, iria apoiar a Casa em todas as suas atividades. Foi interessante a fala de Demétrio que, apesar de discursar sobre assuntos óbvios a respeito das atividades que a Casa já executava, apresentou as ações da ONG que fundou junto com Manuel, possibilitando avaliarmos futuras ações.

A idéia era atuar com a CJC na forma de parceria. As atividades a serem desenvolvidas seriam: dança de salão, quadrinhoteca e um centro de informática. As atividades seriam implementadas no modelo que foi na sua ONG, ao passo em que Dona Hermelinda e a Casa só forneceria o local e organizariam as pessoas. Falou um pouco mais sobre estreitar o diálogo com os grupos de capoeira, recebendo o apoio geral, apesar do professor da CJC, Valmir, não ter participado da reunião. Concluiu sua fala e em consenso aprovamos a parceria.

Nesse momento, logo após a fala de Demétrio, que deixou a palavra em aberto, esperando que alguém comentasse sua proposta, houve um breve silêncio. Acredito que este tenha sido o ponto alto da reunião. Dona Hermelinda esperava que alguém assumisse a palavra e louvasse a iniciativa de Demétrio e João Carlos, mas ninguém se pronunciou. Dona Hermelinda, assim, resolveu falar que já havia conversado com ele antes e que aprovava a sua idéia, que era um bom trabalho e a Casa precisava disso. Tal resposta agradou aos visitantes, no entanto, ficou um certo mal estar no ar, afinal a legitimidade interna que o ritual daquela reunião deveria reafirmar não foi eficiente, possivelmente, pela atitude precipitada de Dona Hermelinda, já que alguns trabalhadores já demonstravam simpatia pelos dois visitantes.

Após a reunião, Dona Hermelinda me chamou para conversar, discutindo as impressões e os julgamentos políticos que tinha sobre João Carlos e Demétrio. De imediato, reafirmou que o interlocutor real era Demétrio, apesar de João Carlos ser o político, quem pensava era Demétrio. Falou que apoiava inteiramente a parceria deles,

achava que os dois tinham acesso a recursos, mas não tinha mobilidade política local, algo que ela tinha de sobra. Afinal, os dois chegaram do nada ao P-Norte, sem conhecer ninguém. Apesar dos recursos recebidos, eles não conseguiram promover um trabalho eficiente que só não foi um total desastre pelo apoio que João Carlos recebeu do professor de Capoeira.

A parceria firmada entre eles seria complementar, já que Dona Hermelinda não possuía recursos mas conseguia mobilizar fortemente a comunidade local. Contudo, ainda tinha um pé atrás. A pergunta que sempre surgia quando um político aparecia na comunidade inquietava os trabalhadores da Casa e Dona Hermelinda percebeu isso. Afinal, qual era a intenção deles ao vir trabalhar com a comunidade? Ela acreditava que a intenção dos dois era, simplesmente, lançar as bases do futuro apoio à candidatura de João Carlos a deputado. Achava que João Carlos iria se candidatar na próxima eleição e gostaria de se apresentar como candidato da comunidade. Ou seja, a mesma intenção que a maioria dos políticos tinha em relação à comunidade. Apesar de não ter certeza, as atitudes de João Carlos levavam-na considerar fortemente essa possibilidade.

Contudo, só avaliaria melhor as intenções dos dois com o tempo, como sempre fazia. As minhas impressões eram muito vagas, sabia que Dona Hermelinda já havia confiado a João Carlos e Demétrio valiosas informações, o que demonstrava certa confiança por sua parte, mas não tinha uma capacidade de julgamento de personalidade a partir do prisma local tal como Dona Hermelinda possuía. No entanto, ela buscava um conselho meu. Antes que eu falasse ela retornou a referência a Joaquim: será que eles, se vinculando diretamente à Casa, não queriam tomar a sua direção? Ela mesma respondeu que isso iria depender dos termos que foram assinados na parceria e que ela deixaria isso para João, já que ele possuía mais conhecimento técnico e administrativo.

O desdobramento dessa história não foi um dos melhores. Depois de um tempo, as verdadeiras intenções de Demétrio foram reveladas; ele gostaria de transformar a Casa em um centro captador de jovens para o PPS. Um devaneio, muito fora do escopo de contrapartida que Dona Hermelinda gostaria de oferecer. Eles elaboraram um termo para firmar a parceria, contudo, baseado no termo deles, João criou outro, restringindo a

parceria apenas à utilização do espaço. O resultado disso foi que não assinaram o termo de parceria, se distanciando e perdendo prestígio de forma contínua para a comunidade e principalmente para Casa.



João Carlos discursando em evento

## **Cadê a grana?**

A expectativa era grande, não sabia a proporção de pessoas que iriam participar da reunião, ou mesmo a finalidade dela. Conversando com Dona Hermelinda e Luana, elas me disseram que haveria uma reunião onde vários políticos iriam aparecer e queriam que eu estivesse lá. Acreditava que seria mais uma reunião para pressionar os políticos na busca de conquistar uma emenda parlamentar para a casa, ou seja, mais uma tentativa de estabelecer parcerias e fazer com que a casa encontrasse projeção. Os pontos mais emergenciais se apresentavam pelo problema da água, pois fazia tempo que a casa já não a possuía.

Luana estava organizando tudo. Com a sua postura pró-ativa, comandava os diversos trabalhadores da Casa, mas de forma prática, quase fria, criava certo receio por parte das pessoas que a auxiliavam. A preocupação dela era notória, estava mais apreensiva que o normal, nos tratava bem, mas era extremamente perceptível o seu nervosismo. Cheguei por volta das 08h40min e me dirigi para a casa de Dona Hermelinda. Lá encontrei Juvenaldo e Marcelo e fomos batendo papo a caminho da Casa.

No caminho Juvenaldo e Marcelo se desafiavam, discutindo sobre um possível jogo de futebol. Marcelo falava que os sobrinhos dele, hoje em dia, não jogam a metade do que os “velhos” jogam. Falou que ia chamar o time dele para jogar contra o do Juvenaldo. Juvenaldo aceitou o desafio dizendo que só era só marcar a hora. Marcelo relutou, disse que teria que ver com os jogadores, já que todos trabalham e teria que ter tempo para organizar uma partida. Juvenaldo já assumiu uma postura de chacota, era sem dúvida uma disputa de masculinidade, onde o futebol era um pretexto para diminuir a identidade masculina do outro aumentando a sua. Situação semelhante era bastante comum nas discussões sobre o tráfico, onde, relatando acontecimentos do passado, como tiroteios, ou brigas, os traficantes adotavam a mesma postura: “ O Zé, é um vacilão... O

cara chamou ele de corno, falou que no J só tinha bosta... Quando a gente foi lá resolver a parada com o cara o Zé amarelou...Ai eu tive que dar um jeito, sabe como é...”

Nesse caso, como ouvinte da disputa, eu era quase um árbitro na medida em que as minhas observações atestariam o reconhecimento identitário de um, implicando a desvalorização do outro nessa disputa. Marcelo assumiu um tom de brincadeira, como se estivesse zombando da ríspida tentativa de Juvenaldo de conservar sua identidade masculina. Esta postura representava uma virtual indiferença ao seu oponente discursivo, não levando em conta os seus argumentos, tratando-o como moleque. Por outro lado, Juvenaldo assumiu uma postura mais séria, aumentando o tom da discussão e começou a falar sobre força, respeito e atitude. O desafio estava posto e a hesitação por parte de Marcelo era a munição que Juvenaldo usava para desmerecer o seu oponente. O debate continuou quase de forma exaltada, mas cessou de imediato quando chegamos perto da Casa.<sup>23</sup>

A mobilização dos familiares de Dona Hermelinda para o evento salientava a forte influência que exercia sobre a sua família. Sabia que Dona Hermelinda havia se mudado para o lote em que vive, se tornando senhora da casa que, antigamente, era chefiada por sua mãe. Mora com os filhos e irmãos e busca manter a todos nos eixos. Várias vezes a vi brigando e discutindo sobre o comportamentos dos filhos. Nos cargos de direção da Casa, e em vários outros assuntos, os irmãos dela sempre estão presentes, participando e opinando. É difícil avaliar até que medida a presença dos irmãos dela na Casa representa interesses particulares ou solidariedade para com ela e para com a comunidade, e o mesmo vale para ela em relação aos irmãos.

Seguindo para a CJC logo na porta encontrei com Dona Hermelinda e João. Nesse ínterim, Luana se aproximou de nós e, prontamente, perguntou a Dona Hermelinda se ela tinha recepcionado o Secretário Raimundo Ribeiro. Ela falou que sim, que ele estava visitando a associação de idosos. Dona Hermelinda seguiu a caminho de

---

<sup>23</sup> Essa situação se torna interessante por refletir alguns aspectos da sociabilidade que compõe o universo das relações sociais como um todo. Independente do interlocutor, o que importa é sustentar a identidade masculina.

Raimundo Ribeiro e de seus assessores. Fui conversar com João longe dos famosos visitantes. A primeira afirmação de João foi positiva: “É, parece que hoje sai alguma coisa. Quando tanto político tá reunido assim em algum lugar é que interesse tem, isso é claro.” E apontou pra mim, perguntando se conhecia o homem que atravessava a porta de entrada da CJC. Percebi de imediato que se tratava do Deputado Federal Rodrigo Rollemberg, seguido por um verdadeiro séqüito de assessores.

Conversei brevemente com João sobre a conjuntura interna da casa e sobre esse interesse político. A analogia que explicava a situação era simples, segundo João “tem que amaciar a carne antes de assar”. Ou seja, essa atenção voltada para a Casa, esse prestígio que ela parece alcançar na sociedade mais ampla, sendo alvo até de noticiários locais, são indícios dos interesses dos deputados em conquistar votos.

João parecia um pouco mais crente, diferentemente da primeira vez que conversei com ele, onde demonstrava certa objetividade, mas via poucas alternativas assistências para a Casa. João é um dos nomes fortes da Casa, talvez a pessoa que tenha mais influência nas decisões de Dona Hermelinda. João é primo de Dona Hermelinda, um primo afastado que se aproximou da Casa, segundo ele, por desconfiar de Joaquim. João via que Joaquim não era verdadeiro, um mentiroso, e tinha medo que ele desse um golpe administrativo em Dona Hermelinda, podendo até levá-la para a cadeia.

Quando Joaquim saiu da Casa a situação se modificou. João, rapidamente cumpriu a função de Joaquim, como gerente técnico. João é contador, o que facilitou assumir essa posição administrativa. Vendo a projeção política que a Casa poderia dar, passou a se interessar pelas atividades desenvolvidas, mas sempre orientando Dona Hermelinda a partir de uma lógica empresarial. Conquistou a confiança de Dona Hermelinda, apesar de várias pessoas ainda terem certo receio da presença dele, está se tornando conhecido na comunidade, mesmo não morando na localidade.

Nesse momento, Luana nos chamava para entrar. Dentro da Casa, na sua parte principal, o salão encontrava-se dividido. Em um extremo do salão estava uma mesa com várias cadeiras, aparelho de som e microfone e do lado um banner. Já havia percebido que a presença daquele grande contingente de pessoas era atípica. Podia ver

vários rostos conhecidos da comunidade, mas a maioria das pessoas não era de lá, ou pelo menos eu não conhecia. O banner dizia que aquele encontro era a prévia regional do encontro nacional da juventude.

Isso explicava o porquê da mobilização quase frenética de Luana e a razão de ter tomado a iniciativa para organizar o evento. Afinal, o que estava em jogo era a sua própria carreira como funcionária comissionada da Secretária de Juventude, o seu chefe com certeza estaria presente. Depois de formada a primeira mesa que contava com a presença de vários deputados, deu-se início às falas. Como era esperado, Dona Hermelinda abriu a reunião agradecendo a presença de todos, tanto os políticos quanto os moradores, afirmando que a Casa ficava satisfeita em abrigar evento de tal porte. Falou um pouco sobre as atividades da Casa e de como contribuem para dar sonhos e retirar as crianças da rua. Em seguida, antes de passar a palavra para o próximo político, pediu a concentração de todos e iniciou uma prece. Depois de finalizada a prece, passou a palavra para os deputados.

De todas as falas do evento, que geralmente não duravam mais do que 20 minutos, as falas do secretário Raimundo Ribeiro e Fiúza foram a que mais se destacaram. Fiúza é assessor do deputado do PPS Augusto Carvalho. Na renovada política promovida pela Casa após Chico Leite, ele se aproximou auxiliando com coisas pequenas, mas acabou, com o tempo, por receber forte apoio de Dona Hermelinda, que o classifica como um político inteligente. Dos políticos que freqüentam a Casa, sem dúvida, Fiúza possui um prestígio diferenciado.

Nesse evento, porém, antes tomar palavra, Fiúza primeiro teve que ouvir a fala de Secretário de Justiça. Aproveitando o ensejo da prece de Dona Hermelinda, Raimundo Ribeiro falou sobre acertos e erros dos jovens, aludindo a Jesus Cristo e a seus exemplos, e concluiu que todas as pessoas estão em um amplo processo de melhoria. Até aí, nada de contraditório, perfeitamente coerente com a lógica local. Todavia Fiúza intervém, dando início à segunda fala da mesa. Segundo ele, apesar de estarmos sempre melhorando, o que ocorre é que nem todos querem melhorar, que



alguns não possuem possibilidade nenhuma de mudança e que é um erro investir dinheiro e esforço para tentar modificar positivamente a vida dessas pessoas.

A analogia que fez foi com a construção de uma casa. Por mais que a casa fique bonita, bem acabada, se não tiver uma base, um fundamento forte, ela cai com o primeiro vento. O que a CJC deve continuar fazendo é investir nos jovens nesse processo de formação que, dessa forma, se tornarão adultos conscientes e dignos. Foi uma fala que provocou vários comentários. Dona Hermelinda já havia comentado sobre essa postura de Fiúza. Sabia que ele não acreditava na mudança das pessoas, não via nenhuma possibilidade de reforma moral. Por mais que a Casa acreditasse na importância da formação do indivíduo e por isso se dava maior atenção em oferecer alternativas de sociabilidade, tirando o jovem do tráfico... Para Fiúza, qualquer tipo de reforma moral era uma mentira. Contudo, era nessa “mentira” que a comunidade se apegava.

Todo traficante faz parte de uma família, apesar de algumas vezes ignorá-la para alcançar a prosperidade por meio do tráfico, mas quando este é preso e depois sai da prisão, as prioridades e escolhas que ele pode fazer em relação ao futuro podem mudar. A comunidade acredita nessa mudança. Não que ela acredite na instituição carcerária como uma instituição que consegue punir os bandidos por seus crimes e ainda promover a modificação da carreira moral de quem fica aos seus cuidados, de forma que quando estes saíam estejam prontos para viver plenamente na sociedade, como verdadeiros cidadãos. Pensam exatamente o oposto disso, sabem que é na prisão que se apreende a ser bandido, o que significa quase um ritual de passagem, no qual o bandido assume um nível mais elevado em termos de reputação quando pega cadeia.

Todavia, os familiares sabem que apesar de tudo, a cadeia pode mudar o bandido, afinal, essa é a única esperança que possuem, a única forma que visualizam ter de volta ao universo familiar aquele parente que se desviou. Foi bem interessante ouvir a fala de Fiúza, pois sabia que por parte dos poucos que ouvem e avaliam os discursos de forma mais detalhada por terem interesses diretos, ou seja, os políticos profissionais (João e Dona Hermelinda na CJC, e os deputados e assessores que estavam presente),

aqueles que fazem parte da Casa não iriam aprovar, afinal era contraditório com vários princípios locais. E foi exatamente isto que aconteceu; quando ele se pronunciou, Dona Hermelinda me deu um cutucão e depois falou: “Fiúza tem boas intenções, mas ele não acredita nas pessoas, parece que ele teve alguma experiência ruim com alguém”.

As falas ocorreram sem grandes novidades. Todos os políticos versando sobre juventude e se referindo às ações que executavam em prol desse segmento. Depois das falas da primeira banca de políticos, teve a ritual pausa para apresentações<sup>24</sup>. Lá fora, no estacionamento da Casa, o grupo de karatê fazia exhibições utilizando armas brancas e o grupo de capoeira gingava em uma roda. A banca foi desfeita, repentinamente, e grupinhos agrupamentos de políticos se formaram, enquanto Dona Hermelinda tentava compartilhar da atenção de todos. Fui chamado por ela, junto com João, pra conversar com o Secretário de Educação do governo sobre um programa de capacitação profissional da Casa.

---

<sup>24</sup> Participei de várias outras reuniões na Casa, em todas elas o grupo de karatê se apresentou.



Grupo de capoeira no intervalo do evento

Logo, os grupos pararam, era hora do lanche. Lá dentro, no salão, quem ia comer assistia a apresentação de um grupo de forró. Após o lanche, metade das pessoas já havia indo embora, inclusive toda a primeira banca de políticos. Luana chamou todos que ainda estavam lá para ouvirem a nova banca de políticos que ela convocava no microfone. Entre eles, o deputado Geraldo Magela e o deputado Ulisses. Mais uma vez, cada deputado falando sobre o trabalho que desenvolvem na câmara, mas nenhum arriscando palpites ou falas diretas relacionadas com a realidade local.

Acabaram-se as falas, a banca foi desfeita e os políticos formaram novos grupinhos no estacionamento, antes de se despedirem. Nesse momento, Dona Hermelinda nos chamou para conversarmos com o deputado Magela. A idéia era pressioná-lo para que firmasse alguma espécie de compromisso com a comunidade,

principalmente, relacionada com a conta de água que estava atrasada. O problema da conta é bem antigo. Quando a Casa era apoiada por Chico Leite, ele sempre “dava um jeito” e assim ninguém se preocupava. No entanto, quando acabou o seu apoio oficial à Casa, a situação se tornou complexa e as contas de água e luz passaram a ser objetos de barganha política por parte dos deputados.

Após a recusa do apoio a Zezinho, as ameaças que ele havia feito foram concretizadas. Na semana seguinte em que a Casa repudiou as suas ofertas, chegou à conta. A CJC devia 60 mil à CAESB. Dona Hermelinda, já conhecendo o trâmite político, sabia que o valor da conta variaria de acordo com as alianças estabelecidas. Na época desse evento, Dona Hermelinda não sabia que rumo iria tomar, buscando apoio em todos os políticos que tivesse alguma influência local. Resolveu, enfim, procurar o apoio na aliança que já estava formalizada, o acordo de cooperação com a Secretária de Justiça do DF. Essa aliança rendeu resultados e a conta diminuiu para apenas mil reais.

A conversa com o deputado Geraldo Magela seguiu da seguinte forma: “Deputado, o senhor sabe que aqui as coisas são difíceis, a gente queria o apoio do senhor pra melhorar a comunidade”, falou Dona Hermelinda. O deputado respondeu: “- A Casa tem todo o meu apoio, foi pra isso que eu vim hoje. Eu quero participar da Casa, ajudar a comunidade....” E voltou a falar sobre o seu trabalho na câmara, até que comentou novamente dizendo que era presidente da Comissão de Juventude na Câmara dos Deputados, nesse momento eu intervim: “Bom, se o senhor é presidente da comissão, acho que é mais fácil de ser aprovado as emendas relacionadas com a temática que o senhor propor. Porque o senhor não direciona, uma emenda relacionada com a juventude para a Casa?”.

Ao formular essa pergunta pensei em sair do âmbito retórico oferecendo alternativas concretas, de forma que o deputado não poderia utilizar a retórica do “vamos ver o que eu posso fazer”. O que ele poderia fazer seria algo simples, ou seja, coloquei a alternativa mais viável na mesa. Nesse sentido burlei algumas regras da política do bom relacionamento, pressionei o deputado, ainda que sutilmente, o que fez com que ele se sentisse acuado, já que não esperava que uma pergunta direta que

planejasse uma ação executável Ihe fosse feita. Respondeu: “É...(uma breve pausa). Eu acho melhor ao invés de usar a comissão, eu utilizar o dinheiro que tenho destinado a emendas...Vamos ver o que eu posso fazer.... Mas vamos tirar uma foto...” Reuniu a equipe de karatê e pediu para que eu batesse mais uma foto.



Os três eventos aqui descritos foram selecionados a partir da correlação temática e de sua repercussão temporal. Todos, em menor ou maior grau se relacionam e demonstram aspectos do funcionamento da esfera política da comunidade. Nos três eventos, cada um sendo realizado em cenário diferente e em tempos diferentes, a pauta principal é o jogo de alianças acompanhado pelas intenções dos políticos. No primeiro evento, Zezinho finalmente revelou qual era sua verdadeira intenção para com a Casa. Acreditou que uma proposta milionária poderia seduzir Dona Hermelinda, habilitando-a pelo seu apoio e assim, utilizando o suporte financeiro que a Casa poderia oferecer à sua



campanha. Para chegar neste ponto, entretanto, Zezinho participou de inúmeros eventos na Casa, foi classificado e estudado pela comunidade, o que lhe deu uma falsa confiança.

Zezinho enxergou apenas as possibilidades de projeção política que a Casa oferecia e acreditando, principalmente, na relação amistosa que mantinha com Dona Hermelinda, não visualizava possibilidade nenhuma de ser recusado. A proposta que ele fez nesse evento, era apenas uma forma de preparar o terreno para a reunião que aconteceria depois. Nessa reunião, entretanto, ele quase não falou; apenas o seu assessor e de forma bastante técnica, disse como iria funcionar esse investimento e como este seria usado. “Achava que com palavras difíceis iria convencer a Casa” disse Ana. Dona Hermelinda argumenta que a motivação de tal proposta foi a classificação que ele tinha em relação a sua pessoa. Mulher, negra, mãe, sem nível superior e com uma fala doce, ele logo acreditou que poderia enganá-la.

Algo semelhante ocorreu com João Carlos. Acreditando na sua capacidade de convencimento e fazendo promessas que encontravam respaldo nos problemas locais enfrentados, ele se diferenciava dos demais políticos por ter um discurso mais preciso, e por isso, com mais força. Contudo, como quase todos os políticos que vão à comunidade, João Carlos ainda estava preparando o terreno para expor as suas verdadeiras intenções. Ou seja, estava querendo conquistar a confiança da Casa, para enfim colocar na mesa os seus projetos.

No caso de João Carlos, tal como Zezinho, a proposta era muito fora da realidade local. O maior erro de Zezinho foi acreditar que a carência material que a comunidade enfrenta iria levá-la a agir na irregularidade, mal sabendo que a Casa, como um todo, era uma instituição que apesar de não entrar em conflito direto com o tráfico, se opunha a ele avidamente, sendo que uma das principais missões da Casa era resgatar o jovem da bandidagem. Caso Dona Hermelinda aceitasse o que ele propunha, se tornaria bandida também, contradizendo a identidade social que busca sustentar, além de ser deslegitimada localmente.

Já no caso de João Carlos, o seu receio em não assinar a parceria, tal como haviam combinado, e o seu excesso de confiança ao imaginar que a Casa já estava

fechada politicamente com ele, o levou a se precipitar no momento certo de fazer a sua proposta, não alcançando respaldo nenhum na Casa. Fora o fato óbvio que fazer da Casa uma extensão do seu partido, filiando todos que participavam, era uma proposta muito fantasiosa, muito longe das características que a Casa possui hoje. Em nenhum dos casos, porém, as portas foram totalmente fechadas. Os dois políticos ainda possuem interesses na Casa, estando sempre presentes por intermédio de seus assessores.

Já o último evento é simbolicamente representativo, pois apresenta diversos políticos em várias etapas de negociação interagindo no espaço da Casa. Evidentemente, aquele era o espaço que a Casa tinha para expor o seu principal produto, aquilo que faz com que ela exista para os políticos, ou seja, a capacidade de reunir eleitores. Com o sucesso, afinal, centenas de pessoas estavam reunidas naquela ocasião, houve interesse por parte de todos os políticos em procurar a Casa.

Os que já haviam fechado acordos parciais com a Casa tiveram a oportunidade de exhibir seu potencial eleitoral para os seus adversários, buscando demonstrar que na disputa por curral eleitoral eles largaram na frente. Contudo, as demandas públicas de Dona Hermelinda significavam que não tinha jurado fidelidade partidária a ninguém, dando espaço para que os diversos políticos prometessem resolver os problemas da comunidade por meio da Casa. Todavia, a natureza retórica das promessas feitas por esses políticos gerava simpatia das pessoas que a ouviam e, no entanto, sumiam como fumaça, não implicando nenhuma mudança substancial na realidade local.

Um outro ponto em comum, partilhado por todos os três eventos foi, mais uma vez, a possibilidade de classificação da personalidade dos políticos, o que implicava em uma maior ou menor adesão às suas propostas. Nesse sentido, carisma era um referencial, mas não era totalmente essencial. De qualquer forma, algo que se destacava era a relação entre a esfera pessoal e sua reputação pública. Zezinho, apesar do longo período que passou “amaciando a carne” - por volta de quatro meses - comprometeu qualquer possibilidade de aliança com a casa antes mesmo de fazer a proposta milionária para Dona Hermelinda. Sendo assim, seu principal erro foi relacionar a esfera privada com a pública, deixando Dona Hermelinda saber dos reais objetivos de sua “amizade”.

Sem dúvida, a proposta milionária só veio confirmar a classificação anterior de Dona Hermelinda, tornando muito difícil qualquer vínculo dele com a Casa.

O papel de Joaquim se torna mais paradoxal. Ele está sempre presente como o terceiro (Peirce 1977) que dota de sentido a classificação dos políticos promovida por Dona Hermelinda e pela Casa. O medo, que se apresenta como cautela em relação aos políticos, funda-se na possibilidade de traição. Mais uma vez, saliento que a traição no universo político é substancialmente diferente da traição no mundo do tráfico, onde o que está em jogo é a morte ou o cárcere. A traição na política local remete à desconsideração identitária que pode ocasionar perda de prestígio político, deslegitimando o político e se configurando como uma forte ofensa moral.

As condições que envolvem esse tipo de ofensa remetem a informações imprecisas que mascaram as verdadeiras intenções dos sujeitos, suscitando armadilhas. O caso de Joaquim se torna mais emblemático porque a traição ocorreu como uma contradição ao princípio de classificação local. A estadia de Joaquim na Casa não foi algo momentâneo, durou meses, e de forma bem intensa. Afinal, Joaquim estava presente em todas as situações, não só naquelas relacionadas diretamente à Casa, mas também nos momentos que se referiam a vida pessoal de Dona Hermelinda. Foi classificado e re-classificado várias vezes, mas sempre de maneira positiva, o que permitia que ocupasse um papel de grande confiança na Casa, tendo livre acesso a bens e documento, o que facilitou a sua traição.

A ofensa moral assume um tom mais intenso. No caso de Dona Hermelinda, o acesso de Joaquim a informações de sua vida pessoal, possibilitou não somente a sua publicização bem como a atitude de denegrir a imagem da líder comunitária dentro do próprio espaço da Casa. Ainda hoje, quando ela busca a minha opinião para classificar algum político, sempre diz; “Léo, é sempre bom a gente tomar cuidado, porque a traição vem da nossa própria Casa...Se o pessoal de dentro que conhece a gente trai, imagine os de fora.”



## O re-encontro

Todos os eventos narrados estenderam-se por mais de um ano, desde o primeiro evento que ocorreu em Fevereiro de 2007. Abaixo relato os desdobramento mais atuais da problemática relação entre Dona Hermelinda e Joaquim. Tal relato não se dará como um evento, mas sim procurando evidenciar, por via narrativa, a não distinção entre o comportamento público e privado nas relações que se desdobram naquela localidade.

No dia das mães, Dona Hermelinda estava em sua casa, quando sua amiga Isis a chamou para tomar um sorvete. Dona Hermelinda a acompanhou, porém, no meio do caminho Isis disse que tinha que entregar uns documentos para Joaquim e perguntou se tinha problema se elas fossem à casa dele. Frisou que agora ele estava namorando e morando com duas mulheres, possivelmente uma mãe e uma filha, e perguntou para Dona Hermelinda se estava tudo bem.

Dona Hermelinda, apesar do receio, disse que não tinha problema, afinal, ela superou todas as pendências que tinha com Joaquim. Foram à casa dele e Joaquim estava sozinho e morando no mesmo local de antes, apesar de ter dito a todos que iria se mudar. O diálogo com Joaquim ocorreu de forma branda, com as perguntas padrão. Porém, em determinado momento surgiu a pergunta chave finalmente pronunciada por Joaquim “Como tá a Casa?”. Um pergunta perigosa, ambígua, que demonstrava certa familiaridade e boas intenções, como quando perguntamos sobre a família de alguém ou parentes, mas também representava a tentativa de obter informações para embasar novas ações contra a Casa.

Dona Hermelinda respondeu que estava tudo ótimo, que a Casa estava andando bem e que as coisas estavam nos seus devidos lugares. Perguntou se ela tinha fechado com Chico Leite, e sua resposta foi que não, que ele não a havia nomeado e que gostaria ela trabalhasse em troca de uma pequena ajuda de custo. Joaquim afirmou que ela precisava do trabalho. Ela disse que sim, no entanto, o esforço seria muito para pouca recompensa, o que fez com que ela reforçasse a perspectiva da Casa ser apenas

técnica e apartidária. A articulação política que é fundamental para a sobrevivência da Casa seria realizada por outro grupo, um grupo formado por João e seus irmãos.

Este grupo político visa consolidar uma espécie de associação que reúna sobre uma mesma organização todas as lideranças da Ceilândia, sendo um centro captador e distribuidor de benesses políticas por toda cidade. A fundamentação de tal grupo se dá pela possibilidade de agregar força às demandas políticas, sendo que o substrato simbólico que move a formação de tal grupo é a influência política da família de Dona Hermelinda e a sua própria figura política. Eles acreditam que, pelo menos na Ceilândia Norte, será fácil formá-lo. Em termos de projetos políticos individuais, a constituição do grupo reflete os anseios de João em se tornar o administrador da cidade, sendo também, esta, talvez, a maior intenção de João em desenvolver os trabalhos na Casa.

Joaquim elogiou a inteligência de João, o que Dona Hermelinda tomou como uma ironia, afinal, um dos argumentos de Joaquim sempre foi que Dona Hermelinda era manipulada, não tinha opinião própria, algo que remetia indiretamente à ferida mais profunda de Dona Hermelinda, que é o fato dela não ter nível superior, logo não ter, a priori, preparação suficiente para dirigir a Casa, tal como afirmava Miriam. Dona Hermelinda reagiu de forma energética, dizendo que essa idéia tinha surgido dela, algo que ela tinha inclusive comentado com ele ano passado. Mudou o tom, voltando ao passado e colocando que a prosperidade da Casa se deve à atuação de todos os trabalhadores, nomeou várias pessoas, ressaltando o papel fundamental que as dissidências políticas (pessoas que enfrentaram a liderança de Dona Hermelinda na tentativa de tirá-la do poder, dar “golpes” buscando realizar os seus interesses pessoais) tiveram ao contribuir para a prosperidade da Casa.

Como todos os conflitos políticos são conflitos retóricos, onde a verdadeira intenção é sempre mascarada pela polidez de tratamento, essas dissidências não acontecem pelo fato de os atores enfrentarem diretamente o comando da Casa, mas indiretamente, algo que permite uma certa abertura na medida que a ofensa recebida seja algo que uma explicação possa atribuir uma percepção errada das pessoas, mascarando as intenções de quem comete a ofensa.

Dona Hermelinda sabia que a situação de Joaquim era exatamente esta, por mais que ele tenha inventado coisas, mentindo e agindo nas costas de Dona Hermelinda, tudo isso não carecia de evidências concretas. Então, Dona Hermelinda falou que, inclusive ele era muito bem vindo na Casa, que ajudou muito, só que agora, caso ele voltasse, a situação seria diferente. O professor Joaquim voltara como um prestador serviço, subordinado à Casa. Ou seja, não teria peso político algum, afinal, essa era a nova perspectiva técnica que se tornou a diretriz da Casa. Um contra golpe irônico por parte de Dona Hermelinda, afinal, Joaquim não queria ser subordinado, seu interesse sempre foi ter projeção política.

Nesse momento, Joaquim retomou a rédea do discurso. Disse que sua vida tinha mudado, ele havia voltado a ser professor da fundação e agora iria trabalhar para Edilson, secretário do governo responsável por um programa de capacitação técnica. Segundo Joaquim, Edilson pretende fazer campanha para deputado, sendo que havia prometido um cargo de assessor parlamentar caso ele conseguisse se eleger. Mentira!, afirmou para mim Dona Hermelinda. Contudo, para Joaquim, ela o parabenizou. Ele a convidou para participar da festa junina que iria fazer em sua Casa. Se despediram e seguiram os seus caminhos.

Dona Hermelinda estava sensibilizada por tal encontro. Sabia que aquilo não era obra do acaso, sendo mais um ardiloso plano de Joaquim. Teve certeza disso quando uma pessoa passou na rua e complementou Isis. Esse cumprimento demonstrava que ela ia com frequência na região, algo que permitia o seu reconhecimento por parte dos vizinhos e negava o que ela havia dito. Era uma tentativa de armar para ela. Perguntei, mas o que Joaquim queria com isso? Simples, voltar a trabalhar na Casa e mobilizar as pessoas para ele a partir de Dona Hermelinda, pois ele, diferente dela, não conseguia reunir ninguém, não era da comunidade e não tinha a capacidade de liderança que ela tinha.

## Considerações finais

De acordo com o sistema de ganhos e perdas e suas justificativas morais em contraposição a uma lógica relacionada aos meios e outra aos fins, destacam-se, nesse sentido, os casos ilustrativos em que a esfera pública se relaciona com a privada demonstrando os conflitos e a impossibilidade de diferenciação e divisão entre os dois planos na interação social. Política é política da família, política da comunidade, política do político, ou seja, política é algo significado localmente, mas cujo conteúdo é bem mais amplo, envolvendo vários tipos de relacionamentos e personalidades sociais.

De uma forma quase precisa, a política dos políticos segue a máxima weberiana da “política do poder” (Weber 1974:140). De todos os políticos que freqüentam a Casa, dificilmente algum não ambiciona o “culto ao poder”, o que permite categorizações sobre as suas condutas, mais ou menos precisas, dando certa previsibilidade à substância dos relacionamentos entre a comunidade e esses políticos. Trata-se do político de resultados que, pela ausência de princípios ideológicos, não logra atingir outro objetivo que não a própria perpetuação no poder ou a conquista dele a qualquer preço, como ilustram os eventos analisados ao longo do capítulo.

É interessante notar que tal categorização por parte da comunidade e também por parte dos políticos que visitam a Casa é uma categorização que tem o seu início na interação social, mas que se baseia essencialmente nos atos de fala.

Our talk can cause others to reach, with us, an intersubjective identification of things. And not just identification, but identifications as categorized according to our particular descriptive language at a particular moment in discourse. (Silverstein, 2003:8)

Tais atos de fala sobrevivem temporariamente pela avaliação de conteúdo e de performances utilizadas pelos políticos profissionais. Condutas são avaliadas e re-

avaliadas, sendo fluidamente significadas pelos sujeitos. Tal situação é ilustrada pelas várias vezes em que Dona Hermelinda perguntava diretamente minha opinião sobre os políticos, ou mesmo, quando eu, João e ela nos reuníamos, especificamente para trocarmos avaliações sobre eventos e em conversas informais com os políticos que visitavam a Casa. Silverstein esclarece que:

Whether in a single instance of communication or even a chain of instances, then, people can use language to construct collectively, reached and collectively consequential knowledge, opinion, belief about all manner of things. (Silverstein, 2003:9)

Quando nos reuníamos, notava, porém, que a avaliação da mensagem era algo extremamente importante, mas o que mais falávamos dizia respeito ao sorriso enigmático que Joaquim usava ao falar sobre Chico Leite, o porquê de Geraldo Magela ter gaguejado quando foi pressionado ou por qual razão sempre que João Carlos falava Demétrio o interrompia... Aquilo que não era dito atribuía sentido ao que era dito. Algo que lembrava bastante Malinowski (1935), ao dizer que o “contexto da situação” reflete-se nas diferentes formas de linguagem, que influenciam ou informam o significado dos signos, o que sempre me lembrava a função emotiva e enfática da atuação dos políticos (Jakobson 1988).

It turns out that in every discourse a large number of extra-verbal contextual factors leave their determinate traces in the forms we use- what are termed in the trade indexical (pointing) traces. These traces inform us about, they point to, the who-what-where-when-why of discourse by subtle loadings of the “how”, the actual forms, of the discourse. (Silverstein, 2003:9)

E acrescenta:

These indexical factors in language seem to crosscut the information structure always emerging via grammar and denotation coherence as speakers add to the words and expressions in a text. (Silverstein, 2003:10)

É importante evidenciar que o autor explica que quando estamos em comunicação certamente confiamos nos arranjos sociais que já estão dados contextualmente, sendo que é por ele que criamos as expectativas de julgar as formas de falar dos indivíduos socialmente localizados na interação. Contudo, mais do que apenas utilizar essa indexicalização situacional que dá o tom do tipo de relação estabelecida, a conversação também é capaz de criar novos arranjos sociais e classificações do ser, algo demonstrando no consenso alcançado na comunicação que algumas vezes viola mesmo as expectativas normativas.

Nota-se que o sustentáculo da comunicação local, tal como propõe Silverstein, consistiria em localizar os sujeitos por elementos indexicais que se ligam ao contexto social e ao local de fala, tal fator cria identidades sociais. Ou seja, na multiplicidade de canais indexicais, o que se percebe é uma espécie de “poetry of identities-in-motion” que projetaria forma sobre os indivíduos criando uma espécie de imagem. Nesse sentido, a imagem não é necessariamente visual, é um retrato abstrato de identidades formadas por uma congruência acumulativa de sinais indexicais que os indivíduos podem experimentar imaginativamente.

É nessa projeção da identidade social, na forma de imagem, que Dona Hermelinda e os vários políticos que freqüentam a Casa tentam sustentar criando e mantendo boatos. Pois, apesar dessa imagem ser comunicada individualmente na interação por meio da mensagem, é construída através de um evento ou por toda uma biografia. A conexão direta do estilo, isto é, aquilo que transmite a mensagem com o seu conteúdo, é que dá substância à imagem. No entanto, a mensagem, apesar de se praticamente indissociável do estilo, está sujeita a uma avaliação quanto à eficácia, que

pode validar ou não a expectativa do outro. É interessante que por ter esse caráter de eficácia e se ligar a diferentes intensidades em termos de resultado, a mensagem acaba por ser um forte elemento da imagem pública, enfatizando o caráter temporal dos tipos de relações que por ela são estabelecidos.

Apesar do aspecto extra verbal da imagem ser um elemento fundamental para avaliar condutas na comunidade, não se pode excluir que a eficácia da mensagem se liga diretamente ao conteúdo, logo esse conteúdo tem que fazer sentido localmente. Dos eventos analisados ao longo do capítulo a construção da mensagem que alcançou maior eficácia foi a de Manuel, pois foi direcionada à comunidade, baseada essencialmente nos problemas que ela enfrenta. A eficácia foi garantida pelo fato de a fala se dirigir ao contexto dos interlocutores, tendo maior força do que se remetesse a valores universais, tal como a maioria dos políticos costuma fazer. O “problema”, dessa forma, acaba sendo uma categoria de fala decisiva, no qual a conduta e as mensagens que os políticos constroem tendem a ser interpretadas publicamente pela referência a esse, quando assim o contexto manda.

A articulação entre mensagem e estilo, ligada ao “problema” e à imagem, forma aquilo que Siverstein chama de complexo. Ou seja, um processo conceitual que permite classificar coisas ou ações juntas, no qual a relação dessas coisas se dá pela analogia, algumas vezes pela similaridade, sendo que é a associação que desencadeia tal cadeia analógica. É significativo que essa cadeia é algo gradual e comum não apenas na área da política, mas também na ciência, derivando apenas a complexidade dos argumentos desenvolvidos e os tipos de desencadeamento retóricos que o acompanham. A base comum é a criação de um argumento dedutivo analógico que liga uma cadeia a outra, no entanto, tal encadeamento tem que ser ancorado por um princípio classificatório, sendo que essa cadeia de complexos argumentativos-dedutivos é aquilo que constrói um conceito.<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> Algo que lembra a ciência do concreto em Levi-Strauss (2007).

A política é a esfera que liga essa cadeia de complexos ao “problema”. Sendo assim, os problemas seriam o material semiótico bruto, a coisa na realidade. Para que a mensagem surja, os problemas têm que ser colocados, desencadeados por um princípio que permita que se construa a imagem. A combinação, para encontrar maior eficácia, tem que ser reforçada por elementos ligados a essa força ilocucionária, sendo essencial que a forma que se apresenta o problema seja coerente com a identidade, de maneira que o político consiga potencializar os pontos nodais da mensagem, sendo de suma importância a coerência da “ponte lógica”. É aquilo que liga a cadeia de complexos, de forma que mantenha uma coerência. Nesse sentido, a mensagem é apropriada e *linkada* ao Eu do indivíduo, se tornando quase indissolúvel da identidade que este busca imprimir no bojo das relações sociais.



## **Conclusão – Da política ao tráfico via identidade e cidadania**

We can know, in other words, the rhetoric of symbols, but we cannot know, except hypothetically, how symbols are experienced. (Cranpazano 1981:xi)

Busquei ilustrar ao longo dessa dissertação como se caracteriza os dois eixos etnográficos que assumiram maior destaque na vida social dos moradores da região entnografada. Destaquei, no primeiro capítulo, que o tráfico é uma instituição social dotada de sentido e de uma moralidade específica. Essa moralidade é constituída por um sentimento de coerção de vida ou de morte que controla a agência dos indivíduos, ao mesmo tempo possui elementos que os ligam por meio de uma reciprocidade positiva ou negativa, classificando as pessoas e legitimando quais identidades sociais podem ser consideradas ou desconsideradas.

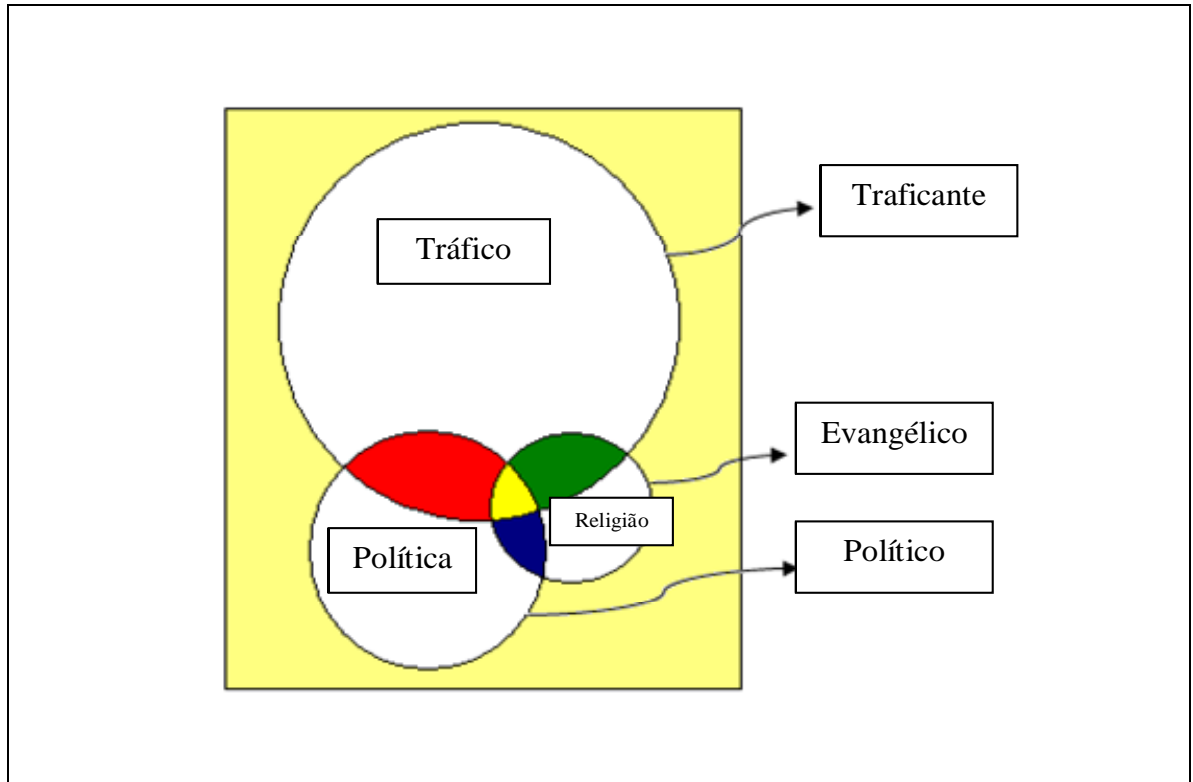
A adoção da moralidade do tráfico por parte do indivíduo é fruto de uma escolha entre as alternativas que o meio produz e seus projetos individuais. É uma escolha institucional que acarreta um processo de re-socialização modificando-lhe a visão do mundo tal como a sua identidade social. Em termos de substrato cultural isto significa escolher fazer parte de um sistema ancorado na reputação cuja finalidade é a sua própria reprodução, custe o que custar. É a escolha de fazer um “pacto com o diabo” e assim viver uma vida de medo, mas que ao mesmo tempo, oferece ao seu participante possibilidade ter tudo aquilo que a sua condição de nascimento o privou.

No segundo capítulo trato da esfera política na comunidade. Demonstro que esta possui elementos de autonomia, mas que se liga a várias esferas de vida social da comunidade. Evidencio que a oralidade do sistema, que singulariza essa esfera, implica

o desenvolvimento de uma política retórica na qual os atos de fala possuem tanta força quanto as ações. Pela análise dos eventos, demonstro que a não diferenciação entre esferas de relacionamento, como a pública e privada, implica um forte sistema de classificação do indivíduo, nem tão intenso como o do tráfico, mas que “enquadra” o político como “enquadra” o bandido.

De forma diferente do tráfico que “produz” o traficante, a Casa de Cidadania e Justiça se torna a instituição que “cria” o político local. Este é treinado a lidar com o Estado, o que implica a incorporação de forma totalizante dos valores que este prega, tal como, justiça, solidariedade e igualdade. Dessa forma, a esfera política acaba sendo formada por uma moralidade que se opõe à moralidade marginal do tráfico, ao mesmo tempo em que se relaciona com ela, implicando a construção de identidades sociais diferenciadas que se assemelham na possibilidade de desconsideração do outro que não pertence à mesma moralidade e na consideração geral por aquele que pertence à comunidade.

No tráfico essa desconsideração é condizente com o sistema de reputação, justificando a violência para a conquista desse fim. Na política, a relação entre meio e fins é mais complexa, envolvendo tramas políticos, cujo conteúdo é ornamentado pela retórica e acaba por nublar as verdadeiras intenções dos indivíduos. Contudo, o tráfico e a política são instituições locais, estão inseridos dentro de um mesmo espaço social, que apesar de concorrentes, se interligam e produzem um sentimento de pertencimento e de reciprocidade. A figura abaixo permite visualizarmos como as moralidades se relacionam na comunidade e produzem identidades, independente da instituição a que o indivíduo faça referência.



É interessante notar que um indivíduo inserido na comunidade apresenta um processo de socialização semelhante, no entanto a escolha de qual comunidade moral que irá pertencer acaba por diferenciá-lo em termos identitários. Nesse sentido, se torna bastante útil a contribuição de Caille (in Nunes 2004) para pensarmos os processos de socialização e sua relação com as identidades.

Segundo o autor, a formação do indivíduo social é composta por duas etapas: a primária, que funciona pela dádiva e pelo simbolismo que compõe as nossas primeiras interações com os outros, sendo formada por um forte poder emotivo, e a secundária, à qual o indivíduo se insere institucionalmente desempenhando uma identidade social regida pela lei da utilidade funcional e moral. Na sociabilidade primeira reina um princípio de personalização que permite afirmar que as pessoas são em princípio mais importantes (em direito e em fato) que as funções que elas exercem. Na sociabilidade secundária, ao contrário, a exigência de eficiência funcional é hierarquicamente primeira

em relação à personalidade das pessoas que desempenham as funções. A sociabilidade primária funciona pelo interconhecimento e pela dádiva. A secundária pela impessoalidade e pela funcionalidade.

A sociabilidade primária, no contexto etnografado, seria aquela promovida pela família, mas também pela rua, na qual os vínculos com a comunidade são firmados (a parte amarela mais clara da figura). Ou seja, a rua seria o espaço em que os indivíduos conhecem os seus amigos, entendem o que é moral no local e percebem que não são essencialmente diferentes do seu vizinho na casa ao lado. Posteriormente, quando um indivíduo escolhe fazer parte de uma esfera moral, seja o tráfico, a política ou a religião, ele não deixa de pertencer à comunidade, ainda possuindo um sentimento de consideração pelos seus vizinhos, algo que restringe a violência ou ofensas morais por parte deles para com a comunidade e da comunidade para com ele.

Cabe ressaltar mais uma vez que existem relações entre essas moralidades, sendo que alguns indivíduos circulam entre as várias esferas, quando as identidades assumidas não são contraditórias. Esta intersecção de moralidades (ilustrada na figura pelos pontos coloridos) é também um fator que, aliado ao reconhecimento local, fortalece a consideração pelo outro na comunidade. Todavia, muito foi dito sobre a relação entre moralidade e identidade, cabe agora analisar como se dá tal funcionamento.

Como foi ilustrado ao longo da dissertação, um dos pontos fundamentais do tráfico e da política é a capacidade de tipificar o outro, aquilo chamado localmente de “enquadrar”. Sem dúvida, o principal agente de categorização é o ego dos indivíduos que se relaciona com os outros, essencialmente, por meio da linguagem. Segundo Crapanzano (1992, 1989) o movimento do ego é contínuo. É pela conversação que ego toma consciência de si e do outro na interação social. Contudo, existem “momentos de parada” em que o ego do outro pode ser capturado e tipificado; estes momentos, ilustrados durante essa dissertação quando os traficantes se reuniam para contar os seus feitos distinguindo o “otário”, o “esperto”, “o traficante forte” e o “traficante fraco”, ou quando Dona Hermelinda reunia os membros da casa para perguntar o que nós achamos do político X, criam realidades, essencializam identidade e constituem mecanismos mais

ou menos precisos para lidar de forma objetiva com o outro. Nesse sentido, a tipificação retira a linguagem e ignora o processo de formação das identidades. Em outras palavras tipificar confirma a máscara ideológica da circularidade e o jogo do desejo e da língua com a resistência - o real.

É importante acrescentar que R. Cardoso de Oliveira (2006) estabelece o elo final, que encontra respaldo em toda a pesquisa etnográfica aqui realizada. Segundo o autor, o self pode ser percebido como “agência estratégica da articulação de identidades sociais frente ao mundo moral” (2006:60), um arcabouço de identidades que seria dotado de liberdade de escolha, de acordo com o contexto social em que se insere, o que significaria a seleção e a adoção da melhor identidade social que se amolda à situação.

Contudo, esse self constitui uma parte do indivíduo que possui uma integridade, não sendo uma identidade autônoma e independente, mas que “possui um sentido reflexivo que o habilita a se distinguir com absoluta consciência a si próprio da outra pessoa ou de qualquer outra coisa” (2006:67). Parafrazeando Giddens (1991), o autor sugere que esse eu seja um “Eu social” compreendido reflexivamente pela pessoa em termos de sua biografia. O que remete a um Eu socializado, cuja integridade só pode ser percebida pelo reconhecimento do outro, constitui uma pessoa e como foi demonstrado ao longo dessa dissertação, um sujeito moral.

Para finalizar gostaria de acrescentar um ponto essencial que tangencia toda a escrita ao longo dessa dissertação, mas que não foi articulado em nenhuma ocasião de forma mais precisa. Trata-se da relação entre as moralidades e identidades sociais formadas localmente, por meio do tráfico e da política com a noção de cidadania. Para tanto me inspiro, essencialmente, pelo trabalho desenvolvido exaustivamente por L. Cardoso de Oliveira (1996, 2002, 2004 e 2006).

Analisando a cidadania como noção essencial para compreender as democracias modernas, L. Cardoso de Oliveira percebe que seu conteúdo está estritamente ligado à noção de igualdade. Em suas pesquisas, o autor constata que em termos jurídicos, o Brasil articula dois princípios paradoxais; o primeiro, baseado na constituição, que atesta a igualdade de todos perante a lei como tratamento uniforme; o segundo, baseado no

tratamento diferenciado, ancorado essencialmente nas máximas propostas por Rui Barbosa presente na famosa palestra proferida intitulada Oração dos Moços.

Diante disso, o autor percebe que o tratamento desigual também é fruto da não separação rígida da esfera pública e privada, algo que permite a convivência harmônica entre o princípio de isonomia e de tratamento desigual. O autor assim esclarece que uma das principais implicações do princípio do tratamento desigual é a desigualdade cívica.

Contudo, em suas pesquisas o autor verifica que:

“...o problema não estaria tanto na dimensão hierárquica da concepção de igualdade que preconiza tratamento diferenciado ou desigual entre atores de condição social diferente, mas de sua incompatibilidade com os ideais de isonomia jurídica ou de tratamento igualitário, o que faria com que o cidadão experimentasse o tratamento desigual como uma arbitrariedade.” (Projeto de Pesquisa CNPQ : 6)

Assim, o autor sugere que:

“... o desdobramento das duas concepções de igualdade seria a convivência entre dois tipos de éticas, igualmente vigentes em nosso espaço público: uma com **É** maiúsculo, de caráter universalista, e outra(s) com **é(s)** minúsculo(s), de caráter particularista.” (Projeto de Pesquisa CNPQ : 6)

À luz dos dados etnográficos apresentados durante essa dissertação, percebe-se que a ética particularista não só é predominante no espaço público da comunidade, como obscurece a própria apreensão de uma **Ética** universalista. Tanto o universo do tráfico como o da política, as duas esferas se apresentam como dotadas de identidades e moralidades próprias que possuem uma tendência à concentração e ao fechamento

expressado pela “letra” coercitiva e pelo “espírito” na noção de pertencimento a um corpo social (Durkheim 2007).

Apesar de os indivíduos circularem entre as diversas moralidades, a apreensão de uma Ética universalista implicaria a possibilidade de se igualar a outros que o estigmatizam, algo que visualiza o Estado, essencialmente, como um ente de manutenção e de concentração de riqueza e, principalmente, de poder por parte de uma elite. No entanto, não se pode dizer que valores universais estejam totalmente ausentes do universo social da comunidade. Algo que é rapidamente percebido, quando um traficante é preso e exige os seus direitos, ou quando na Casa reclamam que pagam os seus impostos, mas o governo não ajuda ninguém. Contudo, o universalismo, localmente, é um espaço menor, estando subordinado a éticas locais.

Acredito que a única forma de propor uma Ética universal, mais inclusiva, para a comunidade, seja baseada na apresentação de outras identidades sociais estatais, diferente dos políticos e policiais, que possam promover uma mudança incisiva sobre a precária condição material em que vive e que demonstram que o Estado não é apenas um ente que concentra poder para uma elite, mas que a comunidade, sabendo jogar o jogo dele, pode alcançar uma cidadania mais inclusiva.

## Glossário

- Avião = Jovem que se inicia no tráfico levando droga para o traficante  
Bacu = Forma reduzida de baculejo, revista policial  
Cabrito, X9 = Pessoas que fornecem informações sobre o tráfico para policiais  
Cagão = Covarde  
Cagoetar = Fornecer informação para a polícia  
Casinha = Emboscada  
Colocar pilha = Incentivar  
Comboio = Bandidos que saem para algum empreendimento em grupo  
Comédia = Pessoa que não deve ser levada a sério  
Dar pra trás = Desistir  
Falta = Época do ano em que a droga se torna escassa  
Fazer a caveira = Falar mal do outro  
Folgado = Aquele que falta com respeito  
Folgar = Ato de faltar com respeito  
Gelar = Medo  
Golzinho = Jogo de futebol na rua com traves pequenas.  
Laranja = Aquele que não fez, mas acaba se responsabilizando pelo ato de quem fez  
Máquinas = Revólver, metralhadoras...  
Melando o esquema = Quando algo não vai dar certo  
Merla = Pasta da cocaína refinada com produtos químicos  
Oreia seca = Trabalhador  
Pé de pano = Pessoa que trai, age de forma desleal  
Pega mulherada = Ter ato sexual com uma mulher, ou dependendo do caso, beijar  
Pica = Dividir  
Pira = Ficar louco  
Pousar de gatinhos = Ficar como os playboys  
Ralar = Trabalhar  
Trouxa = Otário, pessoal fácil de enganar



## Bibliografia

AUSTIN, J. L. How to Do Things With Words. Oxford University Press: Oxford, England. Aylett and Eustace, 1962

BORGES, Antonádia. Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política. Rio de Janeiro: Relume- Dumara, 2003. 194 p. (Coleção Antropologia da Política

NUNES, Brasilmar Ferreira. Brasília: a fantasia corporificada. Brasília: Paralelo 15, 2004

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. "Honra, dignidade e reciprocidade", em Martins, P. H. & Nunes, B. F (orgs.) *A nova ordem social: perspectivas da solidariedade contemporânea*. 2004. Rio de Janeiro: Editora Vozes.  
([www.unb.br/ics/dan/Serie344empdf.pdf](http://www.unb.br/ics/dan/Serie344empdf.pdf)).

\_\_\_\_\_ “Entre o justo e o solidário: Os dilemas dos direitos de cidadania no Brasil e nos EUA”, Revista Brasileira de Ciências Sociais (ANPOCS), nº 31 ano 11, pp.67-81. 1996

\_\_\_\_\_ Direito Legal e Insulto Moral — Dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 157 páginas (ISBN 85-7316-280-5). 2002

\_\_\_\_\_ “Direito, Identidade e Cidadania na França: Um Contraponto”/“Droit, identité et citoyenneté en France: un contrepoint”. Série Antropologia nº 397, Brasília: UnB/Departamento de Antropologia, 2006.

\_\_\_\_\_ Projeto de Pesquisa, Renovação de Bolsa CNPQ (2008-2011)

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de; OLIVEIRA, Luís R. Cardoso de. Ensaios antropológicos sobre moral e ética. Rio de Janeiro: TB - Edições Tempo Brasileiro, 1996.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Caminhos da identidade: Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15. 2006

CRAPANZANO, Vincent. Tuhami: portrait of a Moroccan. Chicago: The University of Chicago Press. 1984

- CRAPANZANO, Vincent. *Hermes' Dilemma and Hamlet's Desire: On the Epistemology of Interpretation*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992
- GOLDMAN, Marcio; PALMEIRA, Moacir. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa,
- DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Ed Univ São Paulo, 1998
- DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus: O sistema das castas e suas implicações*. São Paulo: Ed Univ São Paulo, 1992
- DUMONT, Louis. *O individualismo: Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. 2. ed. São Paulo: M Fontes, 1999.  
L'Enseignement de la Morale à l'École Primaire", *Revue Française de Sociologie*, XXXIII, pp. 1609-1623. 1992
- DURKHEIM, Émile. *Lições de Sociologia*. São Paulo, Martins Fontes, 2002
- GIDDENS, Anthony. *Modernity and self-identity: self and society in the late modern age*. Stanford: Stanford University, 1991.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974
- JAKOBSON, Roman. *Lingüística e comunicação*. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 1988.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2007.
- MARSCHALL, T.H. *Class, Citizenship and Social Development*. Connecticut: Greenwood Press. 1976
- MALINOWSKI, B. *Coral Gardens and their Magic. Volume II: The language of magic and gardening*. London: George Allen & Unwin Ltd., 1935
- MAGNANI, J.G.C. (1998). *Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo, Editora Hucitec.
- MOURA, Margarida Maria. *Os herdeiros da terra: Parentesco e herança numa área rural*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- NUNES, Brasilmar Ferreira. *Brasília: a fantasia corporificada*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

NUNES, Brasilmar (orgs.). A nova ordem social: perspectivas da solidariedade contemporânea. Brasília: Paralelo 15, 2004.

ORTIZ, Renato. Mundialização e Cultura. Ed. Brasiliense, 1994.

PALMEIRA, M. e GOLDMAN, M. (orgs.), *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro, Contracapa. 1996

PAVIANI, Aldo. Urbanização e metropolização: A gestão dos conflitos em Brasília. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987

PEIRCE, C. S. 1977. *Semiótica*. São Paulo: Editora Perspectiva.

PEIRCE, Charles Santiago Sanders. Chance, love, and logic: Philosophical essays. Lincoln: Univ Nebraska Press, 1998

PERISTIANY, J.G. Honra e Vergonha – Valores das Sociedades Mediterrâneas. Lisboa: Calouste Gulbenkian. 1988 [1965].

RAWLS, Jonh. A theory of justice. Oxford: Claredon Press. 1972

SILVERSTEIN, Michael. Talking Politics: The Substance of Style from Abe To “W”. Prickly Paradigm Press. Chicago 2003

SIMMEL, Georg. Questões fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SCHUTZ, Alfred. Fenomenologia e relações sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

SOUZA, Nair Bicalho de. Construtores de Brasília; Estudos de Operários e sua participação política. Petrópolis. Ed Vozes, 1983.

TAVARES, Breitner Luiz; FREITAG, Barbara (Orientadora). Feira do Rolo: na pedagogia da malandragem : memória e representações sociais no espaço urbano de Ceilândia-DF. 2005. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília.

TEIXEIRA, Carla Costa. A honra da política: 'decoro parlamentar' e perda de mandato no congresso brasileiro (1949-1994). Brasília, 1997.

TEIXEIRA, Mendes, R. L. “Igualdade à Brasileira: Cidadania como Instituto Jurídico no Brasil”, in M. S. Amorim, R. Kant de Lima & R. L. Teixeira Mendes (orgs.) Ensaio Sobre a Igualdade Jurídica: Acesso à Justiça Criminal e Direitos de Cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora, pp. 1-33. 2005

TUGENDHAT, Ernst. Lições sobre ética. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1997.

WEBER, Max, Ensaio de sociologia e outros escritos. São Paulo: Abril Cultural, 1974

WEISS, Raquel. A teoria moral de Emile Durkheim. XIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia UFPE, Recife, 2007

ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta: As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985

ZALUAR, Alba. Gangues, Galeras e Quadrilhas: Globalização, Juventude e Violência”. In: VIANNA, Hermano (Org). Galeras Cariocas. Territórios de Conflitos e Encontros Culturais. RJ, Editora UFRJ, 1997.

WOORTMANN, Ellen F. Herdeiros, parentes e compadres: Colonos do sul e sitiantes do nordeste. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.